

CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL

CIDADANIA E DEMOCRACIA

3



Organizadores:

Alfredo Cesar Antunes

Augusta Pelinski Raiher

Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

EDITORA UEPG

Lucia Cortes da Costa

VICE-REITORA

Gisele Alves de Sá Quimelli

CONSELHO EDITORIAL

Lucia Cortes da Costa (Presidente)

Augusta Pelinski Raiher

Bruno Pedroso

Dircéia Moreira

Ivo Motim Demiate

Jefferson Mainardes

Jussara Ayres Bourguignon

Marilisa do Rocio Oliveira

Silvio Luiz Rutz da Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

E ASSUNTOS CULTURAIS

Marilisa do Rocio Oliveira

ALFREDO CESAR ANTUNES
AUGUSTA PELINSKI RAIHER
(Organizadores)

CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL

CIDADANIA E DEMOCRACIA

3

Editora
UEPG

Copyright © by Alfredo Cesar Antunes, Augusta Pelinski Raiher (Orgs.) & Editora UEPG

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Equipe editorial

Coordenação editorial	Lucia Cortes da Costa
Preparação de originais e ficha catalográfica	Cristina Maria Botelho
Revisão	ICQ Editora Gráfica
Projeto gráfico	Rubia Carla Dropa
Diagramação	Marco Wrobel
Capa	Viviane Motim

300.72 C122ca	Cadernos de pesquisa social 3: cidadania e democracia/ organizado por Alfredo Cesar Antunes e Augusta Pelinski Raiher. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 131 p. 1, 37 mb; e-book.
------------------	--

ISBN: 978-85-7798-204-2

1-Ciências Sociais Aplicadas. 2-Cidadania. 3-Políticas
Públicas. 4-Interdisciplinaridade. I. Antunes, Alfredo Cesar, org.
II.Raiher, Augusta Pelinski, org. III.T.

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
e-mail: vendas.editora@uepg.br
<http://www.uepg.br/editora/>

2016

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
O diálogo social no Supremo Tribunal Federal e a efetivação do direito à saúde via poder judiciário: vozes da audiência pública <i>Vitor Hugo Bueno Fogaça, Márcia Helena Baldani e Silvana Souza Netto Mandalozzo</i>	9
Empoderamento da sociedade civil pelas conferências municipais de saúde de Ponta Grossa: possibilidades e obstáculos para sua realização <i>Pedro Fauth Manhães Miranda, Danuta Estrufika Cantoia Luiz e Márcia Helena Baldani</i>	19
Sistema penitenciário brasileiro: ambiente negligenciado pela saúde pública, 1990-2003 <i>Bruna Mayara Bonatto e José Augusto Leandro</i>	31
A experiência da pesquisa quanto à política de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa/PR <i>Reshad Tanfeiq e Lenir Aparecida Mainardes da Silva</i>	43
Desvelando conceitos do programa segundo tempo <i>Diego Petyk de Sousa e Alfredo Cesar Antunes</i>	55
A cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino produzida pelo caderno de esporte do jornal Folha de S.Paulo (1991-2011) <i>Bruno José Gabriel, Miguel Archanjo de Freitas Jr. e Edina Schimanski</i>	65
O cotidiano da equipe profissional do Centro Municipal de Apoio Especializado (CEMAE) de Telêmaco Borba-PR: a relação multidisciplinar e interdisciplinar na educação inclusiva <i>Jucelene Mendes Valério Pedrosa e Jussara Ayres Bourguignon</i>	75
Proteção previdenciária no Mercosul: um estudo sobre o acesso e abrangência aos trabalhadores do bloco <i>Guilherme Soares Schulz de Carvalho e Lucia Cortes da Costa</i>	87

Preparação e inserção dos jovens aprendizes no mercado de trabalho tendo como parâmetro o trabalho decente <i>Kelen Aparecida da Silva Bernardo, Lenir Aparecida Mainardes da Silva e Maria Julieta Weber Cordova</i>	99
O tacógrafo como instrumento possivelmente capaz de controlar a jornada dos motoristas de caminhão empregados no ramo do transporte de cargas <i>Daniel Scheliga, Silvana Souza Netto Mandalo e Solange A. B. de Moraes Barros</i>	109
“PARA PRESIDENTE, VOTE NA GENTE” As personalidades presentes nos programas do PT e PSDB veiculados no horário eleitoral de 2002, 2006 e 2010 <i>Camilla Quesada Tavares e Emerson Urizzi Cervi</i>	115
APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	127

APRESENTAÇÃO

O lançamento do “Caderno de Pesquisas Social 3: Cidadania e Democracia” representa um momento privilegiado para o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, pois consolida o trabalho realizado nos cadernos anteriores. Isso mostra o aprofundamento e a qualificação de nossa prática acadêmica no processo de produção e divulgação do conhecimento. Demonstra o perfil da produção acadêmica discente do programa, que possui uma perspectiva abrangente no campo das ciências humanas e sociais, com ênfase para um olhar interdisciplinar, ou seja, a produção do conhecimento com base no diálogo entre as diversas áreas de estudo que tenham como propósito a constante evolução do saber científico na área das ciências humanas e sociais. Portanto, a presente obra surge da firme preocupação do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG em propiciar uma formação e atualização aos profissionais e acadêmicos interessados e envolvidos com a responsabilidade do desenvolvimento científico e com a intervenção eficiente e eficaz na realidade social e política.

Ao oferecer à comunidade acadêmica a presente obra, esperamos disponibilizar mais um meio para estimular a reflexão e a análise dos problemas e temas inseridos na área de concentração e linhas de pesquisa do programa, neste caso, abordando aspectos da “Cidadania e Democracia”, analisados em prismas diferentes, com intensidades também díspares, mas com alcance acerca desta temática.

Inicialmente, o primeiro texto investiga o processo de efetivação do direito à saúde via o Poder Judiciário, na qual a compreensão se deu a partir das falas trazidas na audiência pública da saúde, realizada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2009. Consideraram-se os argumentos trazidos na audiência, confrontando-os de modo a sintetizar o pensamento dos oradores quanto ao processo de efetivação das políticas de saúde por meio da prestação jurisdicional.

Ademais, existe a possibilidade de empoderamento dos segmentos organizados da Sociedade Civil por meio das ações estratégicas provindas das Conferências Municipais de Saúde. Tal fenômeno é discutido e avaliado no segundo capítulo, inferindo especificadamente sobre o município de Ponta Grossa-PR.

Ainda, na área da saúde, o terceiro capítulo investiga a realidade dos ambientes do Sistema Penitenciário, em termos de qualidade de saúde. Destaca-se que o direito à saúde é decorrente da Constituição Federal de 1988, preconizado em caráter universal, abrangendo a todos os brasileiros. Por isso, os autores investigaram a realidade dos ambientes do Sistema Penitenciário em termos de qualidade de saúde, observando o não acompanhamento das mudanças conquistadas no campo da saúde pública.

É importante destacar que não apenas de forma direta pode-se efetivar ações que venham a beneficiar a população, contribuindo para a melhoria do seu bem-estar, mas também via ações preventivas ou corretivas de fenômenos existentes na sociedade. Por isso, a questão ambiental se encaixa neste objetivo. Destarte, no quarto capítulo as políticas municipais dos resíduos sólidos em Ponta Grossa são abordadas, procurando compreender a forma com a qual esta política local incorpora ou não o discurso da racionalidade global.

Ou seja, nestes trabalhos iniciais, de maneira direta ou indireta, está em análise as políticas públicas e suas ações, especialmente no que concerne à saúde pública. Os textos que seguem também enfatizam aspectos da cidadania e democracia, entretanto, focando outros pontos, como é o caso do quinto e do sexto capítulo, que objetivam, respectivamente, identificar os conceitos de cidadania e democracia nos documentos do Programa Segundo Tempo, seguida da análise quanto à existência de discursos preconceituosos em publicações sobre a seleção feminina de futebol.

No mesmo anseio pela cidadania e democracia, o sétimo trabalho aborda a questão da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Existe uma legislação bastante específica acerca do dever do Estado no tocante à inclusão, cujo resultado foi uma movimentação dos municípios, efetuando mudanças para se efetivar a educação inclusiva nas escolas regulares. No caso de Telêmaco Borba-PR, o Centro Municipal de Apoio Especializado (Cemae) é responsável pela educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A análise que é feita no sétimo capítulo versa exatamente sobre o cotidiano dos profissionais do Cemae no contexto da política educacional inclusiva, considerando a relação estabelecida entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, suas tensões e possibilidades. O sucesso da ação integrada certamente tende a recair na formação e da geração de oportunidades para essas crianças no futuro.

Os três capítulos seguintes vão abordar as questões relativas ao mundo do trabalho. O simples acesso aos postos de trabalho não garante vida digna às pessoas na sociedade, porém, a sua ausência dificulta significativamente o alcance de tal objetivo, apresentando uma importância social e econômica, constituindo de um direito social fundamental. Neste sentido, alguns artigos apresentados nesta coletânea versam desde os direitos dos trabalhadores migrantes no âmbito do Mercosul (referindo-se à proteção previdenciária), como também analisam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, fechando com o dilema da exploração excessiva da jornada de trabalho, com uma análise pontual acerca dos motoristas de caminhão.

Por fim, centrando-se no âmbito da democracia, o último trabalho investiga as estratégias utilizadas nos pleitos eleitorais de 2002 a 2010, com a finalidade de identificar os personagens políticos e sociais presentes nos programas eleitorais, os quais tentam colaborar com a construção da imagem do candidato.

Enfim, essa coletânea traz a temática cidadania e democracia, apresentando diferentes enfoques multidisciplinares acerca dos problemas dos cidadãos, bem como focando na democracia que engendra o desenvolvimento humano de toda a sociedade. Gostaríamos de registrar que nos sentimos honrados em oferecer esta obra para a comunidade acadêmica e que este se torne apenas mais um passo rumo a uma longa caminhada de muitas publicações futuras do Programa.

Alfredo Cesar Antunes
Augusta Pelinski Raiber

O diálogo social no Supremo Tribunal Federal e a efetivação do direito à saúde via poder judiciário: vozes da audiência pública

Vitor Hugo Bueno Fogaça
Márcia Helena Baldani
Silvana Souza Netto Mandalozzo

INTRODUÇÃO

A Constituição cidadã, promulgada em 1988, inova na ordem jurídica brasileira quando passa a integrar de maneira mais solidária a sociedade e seus componentes, enxergando o homem não apenas em sua individualidade, mas também inserido em um contexto social e político que deverá atender às suas aspirações e necessidades, dotando-lhe, assim, de instrumentos capazes de construir o seu bem-estar.

Essa nova ordem jurídica instaurada trouxe os direitos fundamentais de modo que sua efetivação constitui um dever do Estado e de seus Poderes, alocando em nível constitucional a dignidade da pessoa humana e a figura do homem dotado de direitos fundamentais indisponíveis.

A promulgação da Constituição de 1988 possibilitou também, a partir da década de 1990, que o Supremo Tribunal Federal passasse a desempenhar um papel politicamente ativo na sociedade brasileira, observando-se, nesse período, uma tendência do Tribunal em levar questões políticas para serem debatidas em âmbito judicial, de forma que assuntos até então eminentemente políticos passaram a ser exteriorizados como jurídicos. Tal posicionamento do Judiciário resultou em uma forte tensão e discussão sobre a legitimidade e a competência técnica e/ou legal-institucional do Poder Judiciário para decidir sobre o conteúdo e o modo como a prestação estatal deve ser cumprida pelo Executivo.

Com esse cenário, a demanda judicial individualizada relacionada a procedimentos e insumos médicos teve um crescimento considerável na última década, fazendo com que os vínculos entre direito e saúde se intensificassem, consolidando cada dia mais a jurisprudência e as intervenções do Poder Judiciário na administração.

Nesse contexto, o fenômeno da judicialização das políticas públicas de saúde passou a materializar as reivindicações e os modos de atuação legítimos de cidadãos e instituições, visando à tutela dos direitos de cidadania amplamente afirmados na Constituição.

Em decorrência dessa nova atribuição trazida ao Poder Judiciário por meio desse processo de judicialização do direito à saúde, o Supremo Tribunal Federal promoveu, no ano de 2009, uma audiência pública que buscou discutir a questão da saúde no Brasil. Tal evento foi convocado pelo

então Presidente, ministro Gilmar Ferreira Mendes, que reconheceu a relevância do tema dada a crescente demanda apresentada ao STF.

O presente estudo tem como objeto o processo de efetivação do direito à saúde via Poder Judiciário, cuja compreensão se deu a partir das falas trazidas na audiência pública da saúde, realizada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2009. Nesse sentido, seu objetivo geral é analisar os argumentos trazidos na audiência, confrontando-os de modo a sintetizar o pensamento dos oradores quanto ao processo de efetivação das políticas de saúde por meio da prestação jurisdicional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar de cunho exploratório, que promove a análise qualitativa dos discursos proferidos pelos oradores no evento promovido pelo STF. Como procedimentos metodológicos destacam-se a pesquisa bibliográfica e a documental. Como instrumento de sistematização e análise dos dados coletados foi adotado o método da análise de conteúdo, que pode ser definido como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que se constrói a partir de um rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto, buscando-se a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura para além do que está contido na comunicação (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 308-309)

Assim, inicialmente, pode-se conceituar a análise de conteúdo, nas palavras de Laurence Bardin (2011, p. 48), como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Em geral, pode-se apontar como objetivos principais da análise de conteúdo: a) a superação de incertezas, transformando a leitura de determinada informação em algo válido e generalizável e; b) o enriquecimento da leitura, aumentando sua produtividade e pertinência a partir de conteúdos e estruturas do que se procura demonstrar (BARDIN, 2011, p. 35).

De início, para qualquer tipo de análise que se busque fazer, é indispensável a definição de seu campo, ou seja, o território a partir do qual a pesquisa será realizada. Nesse sentido, o presente estudo se enquadra na proposta de domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 40), no código e suporte linguístico oral, no grupo restrito relativo às discussões, entrevistas e conversas de grupo de qualquer natureza.

Superado o campo de análise, devem-se destacar as diferentes fases do método da análise de conteúdo que, nas palavras de Bardin (2011, p. 125-132), dividem-se em:

a) **Pré-análise:** é a fase de organização do material a ser coletado ou que já esteja em poder do pesquisador, em que se busca sistematizar as ideias iniciais e construir um esquema que possibilite o futuro processo de sistematização e análise dos dados. É nesse momento que o pesquisador terá o primeiro contato com o material coletado que, segundo Bardin (2011, p. 126), deve se dar por

meio de uma leitura flutuante do material, a fim de se identificar, por meio de um procedimento de indução, as temáticas e conteúdo dos documentos disponíveis.

A pesquisa ora proposta teve como material de análise as notas taquigráficas produzidas pela audiência pública da saúde, onde constam os discursos de todos os oradores, bem como as filmagens contidas em DVDs fornecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir de tal material, foi realizado por meio de uma leitura flutuante o primeiro contato com os discursos, a fim de se identificar os primeiros conteúdos nos argumentos trazidos pelos oradores, bem como para se compreender a dinâmica pela qual se deu a realização do evento. Na sequência, conforme ensina Bardin (2011, p. 130), foram estabelecidos os primeiros índices e indicadores temáticos, a fim de se possibilitar que o processo de análise e interpretação futura se dê de maneira correta.

b) **A exploração do material:** deve-se destacar que a fase de exploração do material é o momento da aplicabilidade das decisões tomadas pelo pesquisador no momento da pré-análise, ou seja, quando serão confrontados os índices e indicadores com o material coletado, dessa vez por meio de leitura sistemática e precisa e não meramente flutuante.

Nas palavras de Bardin (2011, p. 131), “esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Dessa forma, quando construída a etapa de pré-análise de modo a considerar todos os elementos importantes do material coletado, a fase de exploração consistirá basicamente no confronto entre os documentos analisados e os índices desenvolvidos pelo pesquisador.

c) **O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação:** essa fase trata, em síntese, do processo de análise da pesquisa, no qual o investigador, a partir dos resultados colhidos na fase anterior, poderá responder suas hipóteses e satisfazer seus objetivos, inclusive ultrapassando as dimensões teóricas inicialmente propostas. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode, então, propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131).

Considerando as etapas descritas, procedeu-se na pesquisa à leitura minuciosa do material coletado e a realização do processo de codificação, utilizado como meio de facilitar a identificação dos discursos e seus respectivos oradores. Nesse sentido, foram estabelecidos quatro sistemas de codificação, nos quais foram alocados cada um dos 49 oradores: sistema jurídico (J), sistema político (P), sistema científico (C) e sistema social organizado (S).

O sistema jurídico, composto por 10 oradores, foi constituído por representantes do Poder Judiciário, bem como por todos aqueles atores que se mostravam envolvidos com o funcionamento da justiça. O sistema político, que albergou 21 oradores, constituiu-se por atores pertencentes aos quadros do Poder Executivo, em todos os níveis da federação, bem como aqueles que se mostravam diretamente vinculados à gestão da saúde. O sistema científico, constituído por 6 oradores, comportava os atores que buscaram representar, na audiência pública, a academia em seus diversos aspectos. Finalmente, o sistema social organizado, que compreendeu 12 oradores, buscou alocar todas as associações, entidades de classe e grupos da sociedade civil organizada, que pela ocasião da audiência pública, buscou nortear suas atuações enquanto representantes dos pacientes e demandantes.

A chamada categorização, por sua vez, constitui-se como um dos momentos mais importantes de uma pesquisa que adota como método de sistematização e interpretação da análise de conteúdo, porque é a partir de tal operação que o conteúdo anteriormente coletado passará pelo “tratamento” do pesquisador, de modo que seja possível, ao final, estabelecer as chamadas inferências.

Para que o processo de categorização se dê de maneira correta é indispensável que a fase da pré-análise tenha sido construída de modo consistente e realmente adequado ao material disponível, pois na fase de exploração do material é imprescindível que a chamada leitura flutuante e construção dos índices coincidam com o conteúdo dos documentos analisados.

Sobre o processo de categorização, explica Laurence Bardin (2011, p. 147):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Ou seja, entende-se por categorias, na análise de conteúdo, os grupos temáticos construídos a partir da prévia leitura do material, cujas características genéricas permitem que o pesquisador passe a classificar o conteúdo pesquisado de modo a se alcançar resultados que possibilitem estabelecer interpretações a partir das sentenças agrupadas/categorizadas.

Nesse sentido, após realização da leitura inicial e codificação, e em fase de exploração do material disponibilizado da audiência da saúde, foram selecionadas categorias e subcategorias de análise, as quais estão compreendidas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Categorização do material disponibilizado pelo Supremo Tribunal Federal, relativo às participações na audiência pública da saúde.

Categoria 1: A Constituição de 1988 e o direito à saúde		
Subcategoria 1: Direito à vida e dignidade da pessoa humana		Subcategoria 2: Limites do direito à saúde
Categoria 2: O papel relevante da judicialização do direito à saúde		
Subcategoria 1: Se existe o direito e ele foi negado, é importante ter a tutela do judiciário		Subcategoria 2: Necessária onde a via administrativa falhou: falha no planejamento do orçamento, má gestão de recursos, má gestão da política
Categoria 3: Direito individual X Direito coletivo		
Subcategoria 1: A judicialização enquanto geradora de Iniquidades	Subcategoria 2: Dilemas e situações limites: medicamentos e terapias experimentais	Subcategoria 3: Dilemas e situações limites: medicamentos e terapias comprovados, porém não incluídos na política de saúde
Categoria 4: Aspectos negativos da judicialização do direito à saúde		
Subcategoria 1: Inerência na Administração Pública		Subcategoria 2: Responsabilidade dos entes da federação

Fonte: O Autor.

Nota: O procedimento de categorização indicado se deu a partir de critério semântico (BARDIN, 2011, p. 147) na medida em que as categorias temáticas foram selecionadas por meio de junção das expressões que sintetizavam as mesmas ideias.

Finalmente, o processo de inferência está localizado na terceira fase do procedimento de análise de conteúdo, qual seja, no tratamento dos resultados.

A inferência pode ser descrita como um instrumento de indução para se investigarem as causas a partir de seus efeitos. Assim, a partir de determinada informação prestada por um orador, podem ser obtidas verbalizações que, por sua vez, podem ter induzido as respostas sobre determinados indicadores ou inferências acerca de determinado tema (CÂMARA, 2013, p. 188).

Sobre o processo de inferência, ensina Bardin (2011, p. 165) que análise de conteúdo “fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem [...] que deseja distanciar-se da sua leitura “aderente”, para saber mais sobre esse texto”.

Em síntese, o processo de inferência consiste na indução criada pelo pesquisador a partir da interpretação dada aos resultados de sua pesquisa, ou seja, a partir das respostas dadas às suas hipóteses e aos seus objetivos iniciais, o pesquisador poderá, por meio de processo de indução, compreender informações e valorações que se encontram para além dos documentos analisados, ultrapassando a dimensão puramente escrita.

Na presente pesquisa, o processo de construção de inferências se deu a partir do confronto das falas sistematizadas e analisadas com as decisões reiteradas dos tribunais superiores em matéria de saúde, bem como com o levantamento bibliográfico indicado na parte inicial do trabalho, resultando nos parâmetros de julgamento para ações judiciais envolvendo insumos médicos sugeridos nas considerações finais.

RESULTADOS

A Constituição Federal de 1988 foi pioneira quando trouxe a garantia dos Direitos Fundamentais em seu Título II, à frente da própria Organização do Estado em seu Título III. A ordem de tais dispositivos não se deu de maneira involuntária, buscando espelhar o caráter social da nova Carta Constitucional que, como ressaltou Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, “mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa”.

Ao contemplar direitos fundamentais mínimos à concretização da cidadania dos brasileiros, a Constituição Cidadã elencou um amplo rol de prestações a serem desenvolvidas pelo Estado em benefício do cidadão, como a garantia do direito à saúde estampada em seu artigo 196, o qual prevê que a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, garantindo-se aos brasileiros o “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Diante de uma norma que contemplou inúmeras interpretações e cujos limites de sua abrangência ainda não foram objeto de consenso entre os atores envolvidos em sua efetivação, surgiu no Brasil a necessidade de pronunciamento do Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de tais garantias nos casos concretos. Ao fenômeno marcado pela busca constante da prestação jurisdicional por parte de cidadãos que pleiteiam a efetividade de determinadas políticas públicas

(existentes ou não) atribuiu-se a denominação de “judicialização da saúde”, amplamente noticiada e discutida em todos os meios sociais.

Assim, a partir dos inúmeros embates e do esforço diário dos diversos setores da sociedade e do Estado em buscar soluções para os problemas do Sistema Único de Saúde e de sua judicialização, o Supremo Tribunal Federal realizou, no ano de 2009, audiência pública destinada a ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre a matéria, visando esclarecer as questões técnicas, científicas, administrativas, políticas e econômicas envolvidas nas decisões judiciais que tratam da saúde.

Durante a abertura da Audiência Pública, o Ministro Gilmar Mendes apontou a importância do evento e dos argumentos a serem levantados pelos 49 oradores ouvidos, na medida em que “no contexto em que vivemos, de recursos públicos escassos, aumento da expectativa de vida, expansão dos recursos terapêuticos e multiplicação das doenças, as discussões que envolvem o direito à saúde representam um dos principais desafios à eficácia jurídica dos direitos fundamentais”. (AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE, 2009).

Como se pode inferir a partir das falas analisadas por meio do método da análise de conteúdo, a temática da judicialização da saúde se coloca como um tema de absoluta relevância, gerando efeitos diretos na própria organização do Estado e na governabilidade dos entes da Federação, sendo que as decisões tomadas nos casos concretos refletem diretamente no orçamento e em toda organização do Sistema Único de Saúde.

O tema expõe, por outro lado, a fragilidade do sistema diante da demanda da população e a importância da prestação jurisdicional que, nas palavras do orador Sérgio Henrique Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose, já foi a responsável pela concretização de inúmeras garantias essenciais à própria sobrevivência humana, afirmando que “foi a mão da Justiça que, até o presente momento, evitou a morte de muitos inocentes condenados ao descaso do Estado brasileiro”. (AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE, 2009).

Diante da dualidade do fenômeno da judicialização que, como demonstrado na fala dos oradores, pode trazer inúmeros problemas orçamentários a Administração Pública e ao Sistema Único de Saúde e, por outro lado, se mostra como um importante instrumento no processo de efetivação do direito à saúde, é importante que sejam criados parâmetros minimamente objetivos para solução das demandas propostas.

Nesse sentido, considerando a relevância do evento e a importância dos oradores ouvidos enquanto sujeitos diretamente ligados ao processo de efetivação da saúde no Brasil, a utilização do conteúdo resultante da Audiência Pública mostra-se indispensável à propositura de quaisquer critérios para solução das demandas judiciais, especialmente quando tal material for analisado e confrontado com a jurisprudência do STF, as normas vigentes no país e a doutrina pertinente ao tema, como se buscou realizar no presente estudo.

A partir dos resultados da Audiência Pública e da necessidade de criação de critérios para a solução dos litígios, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constituiu um grupo de trabalho (Portaria nº. 650, de 20 de novembro de 2009) que visa a discussão e aprovação de diretrizes

aos magistrados quanto às demandas judiciais que envolvem a assistência à saúde. Nesse mesmo sentido, o CNJ instituiu, em abril de 2010, o Fórum Nacional do Judiciário, coordenado por um Comitê Executivo Nacional e constituído por Comitês Estaduais, buscando o monitoramento e a resolução das demandas de assistência à saúde.

Diante das premissas apontadas e como conclusões obtidas a partir de inferências construídas ao longo do percurso metodológico, os resultados deste estudo permitem apontar, com base nos discursos proferidos na Audiência Pública da saúde e nos seus desdobramentos, alguns parâmetros a serem considerados pelo Poder Judiciário na solução de demandas envolvendo prestações de saúde:

1) LEGITIMIDADE E IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NOS CASOS QUE TRATAM DIRETAMENTE DA MANUTENÇÃO DA VIDA DO CIDADÃO E DAS PRESTAÇÕES MÍNIMAS AO SEU DESENVOLVIMENTO DIGNO.

Quando o texto constitucional passa a tutelar a vida e a dignidade humana como próprio fundamento do Estado Democrático de Direito, passa a obrigar todos os seus poderes constituídos a exercerem suas competências com vistas à promoção do bem-estar e da plenitude da existência de seus cidadãos.

Nesse sentido, diante de demandas que visam a tutela da própria vida humana e cuja omissão do Poder Público pode ensejar danos comprovadamente irreversíveis à saúde e a dignidade do cidadão, a atuação do Poder Judiciário, pautada pelos próprios fundamentos trazidos na Constituição Federal, mostra-se legítima e indispensável, não podendo o magistrado ser acusado de promover a ingerência na Administração Pública.

2) OBSERVÂNCIA DO ARGUMENTO DA “RESERVA DO POSSÍVEL” QUANDO DEVIDAMENTE COMPROVADA A IMPOSSIBILIDADE DA PRESTAÇÃO PELO PODER PÚBLICO.

Como observado nas manifestações trazidas na Audiência Pública, o argumento baseado na limitação de recursos do Poder Público é indistintamente utilizado em todas as demandas envolvendo a prestação de medicamentos.

Embora o uso de argumentos meramente financeiros não possa se sobrepor à garantia de um direito fundamental de tamanha importância, como é o caso da saúde, o magistrado deve estar atento à fundamentação apresentada pela Administração, sendo razoável que, quando ficar indiscutivelmente comprovado que o cumprimento da condenação poderá comprometer a prestação dos serviços para a coletividade, mostra-se proporcional a decisão que privilegia o aspecto coletivo do direito à saúde em detrimento de sua esfera individual.

3) ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DE POLÍTICAS PÚBLICAS JÁ EXISTENTES, MAS NEGADAS AO CIDADÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA.

Quando a Administração Pública cria determinadas políticas com vistas à efetivação do direito à saúde, parece razoável que a mesma atraia para si a responsabilidade pelo cumprimento integral de tais medidas, uma vez que efetivamente criou expectativas de direito em todos os pacientes que necessitam de tais tratamentos.

Dessa forma, quando o Poder Judiciário se deparar com o descumprimento de políticas públicas já existentes, mas negadas ao cidadão, deve o magistrado conceder a prestação demandada, por se tratar de direito efetivamente garantido não apenas na Constituição Federal, mas também pelos próprios instrumentos criados pela Administração para promover o seu fiel cumprimento.

4) IMPOSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO PELO PODER PÚBLICO OU DE TUTELA PELO PODER JUDICIÁRIO DE MEDICAMENTOS OU TERAPIAS EXPERIMENTAIS.

Como já foi objeto de discussão durante a pesquisa, a legislação vigente no país proíbe o comércio e o fornecimento de qualquer medicamento ou terapia que não tenha sua eficácia comprovada pelas agências responsáveis. Além disso, quando analisados os princípios doutrinários da beneficência e da não maleficência apresentados pela bioética, mostra-se injustificável qualquer obrigação do Poder Público em fornecer, administrativa ou judicialmente, qualquer um desses insumos.

Dessa forma, não deve o Poder Judiciário determinar o fornecimento de qualquer medicamento ou tratamento que ainda não tenha sua eficácia comprovada por agências nacionais ou internacionais, sendo que qualquer decisão que obrigue o Poder Público a distribuir tratamentos experimentais deixaria exposta a própria saúde do cidadão e todo o esforço do Sistema Único de Saúde que atua na redução do risco de doenças e de outros agravos.

5) POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO À CONCESSÃO DE PRESTAÇÕES DEVIDAMENTE REGISTRADAS NAS AGÊNCIAS RESPONSÁVEIS, MAS AUSENTES NAS LISTAGENS OFICIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Como parâmetro a ser oferecido para o julgamento de demandas envolvendo terapias comprovadamente eficazes, mas não incluídas nas listagens oficiais, deve-se destacar a importância do papel do magistrado e de uma minuciosa instrução processual anterior ao julgamento. Para que a demanda se mostre razoável deve ficar devidamente comprovada a necessidade do paciente por meio de perícia médica e a ausência de qualquer outro fármaco similar, cujos efeitos sejam compatíveis e que seja fornecido pelo Sistema Único de Saúde. A mera escolha do paciente por uma terapia não incluída no SUS em detrimento de uma que já é oferecida gratuitamente não se mostra como argumento capaz de ensejar uma condenação por parte do Poder Judiciário.

Assim, quando o Poder Judiciário for chamado a se manifestar sobre demandas envolvendo medicamentos comprovados, mas não incluídos nas listas do SUS, deve determinar a realização de

perícia médica a fim de avaliar a necessidade do paciente e levantar a existência de medicamentos similares que já sejam distribuídos pelo Poder Público. Em caso de não haver medicamento compatível nas listagens oficiais e comprovada a necessidade da terapia para manutenção da vida do cidadão, deve o Judiciário suprir a falha da Administração Pública.

6) IMPLICAÇÕES DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS ENTES FEDERADOS E A NECESSIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO EXCLUSIVA DA INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DEMANDADA.

A discussão sobre a responsabilidade na concretização das medidas determinadas pelo Poder Judiciário certamente tem se mostrado como um dos maiores problemas causados pelo fenômeno da judicialização. Isso ocorre porque, como se observa pelas próprias falas na Audiência Pública, o reconhecimento de uma responsabilidade solidária dos entes tem criado uma espécie de “prefeiturização” no cumprimento de liminares e ordens judiciais, atribuindo-se ao município, que se encontra mais próximo do paciente, a responsabilidade pela concessão imediata do tratamento demandado.

Como já debatido ao longo do trabalho, não existe qualquer norma que vincule de maneira solidária os entes federados ao cumprimento das obrigações de saúde, uma vez que, embora a Constituição traga como competência comum da União, estados e municípios a promoção e a recuperação da saúde do cidadão, a lei 8080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) veio disciplinar a organização e a responsabilidade específica de cada um dos entes, conforme diretrizes e princípios do próprio Sistema Único de Saúde.

Com isso, ao determinar a responsabilidade solidária da União, estados e município à satisfação de determinada demanda, o Poder Judiciário deixa de prestigiar todo um esforço no sentido de se promover a descentralização enquanto princípio organizativo do SUS e passa a trazer inúmeros problemas à própria governabilidade, em especial para os pequenos municípios. Dessa forma, é razoável que o magistrado, ao determinar o cumprimento de determinada prestação, condene tão somente aquela esfera de governo que seria responsável pelo seu fornecimento, mantendo preservada a organização e o orçamento de todo o sistema.

CONCLUSÃO

Os critérios apresentados se mostram como possíveis parâmetros a serem observados pelo Poder Judiciário no julgamento de demandas envolvendo prestações em saúde. Como se observa pela análise de tais diretrizes, as mesmas se confundem e se complementam em diversos momentos, devendo ser aplicadas pelo magistrado de acordo com as peculiaridades do caso concreto, de maneira conjunta ou isolada.

Embora alguns dos parâmetros já se mostrem incorporados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é importante frisar que outros ainda encontram resistência dentre os magistrados, como a questão da responsabilidade solidária dos entes federados. Ademais, mesmo não se tratando

da temática desse estudo, é possível verificar que sequer a jurisprudência do STF vem sendo adotada em alguns julgamentos de primeira instância, que muitas vezes concedem medicamentos e terapias de eficácia ainda não comprovada.

Finalmente, o que se percebe a partir da discussão contida na Audiência Pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal, bem como sobre o tema da judicialização de uma forma geral, é a impossibilidade de se estabelecer respostas para dilemas verdadeiramente éticos, que ultrapassam a simples hermenêutica das normas jurídicas.

O estabelecimento de critérios ou limites à atuação do Poder Judiciário busca tão somente a minimização de uma problemática que dificilmente apresentará uma solução definitiva, uma vez que os próprios conceitos de saúde e doença são mutáveis e efêmeros, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e social de cada país.

Mesmo diante de tal dificuldade é importante destacar a importância de eventos, como o realizado pelo STF, oportunizando a participação dos mais diversos setores sociais e aproximando o Poder Judiciário dos atores que vivenciam diariamente o problema da efetivação do direito à saúde no Brasil. É nesse sentido que o estudo de tais eventos e a propagação de seus resultados nos ambientes acadêmicos e jurídicos mostra-se indispensável à realização de uma discussão pautada nos problemas reais materializados nos casos concretos.

Nesse sentido, a atuação conjunta dos poderes constituídos e a abertura ao diálogo social sobre os problemas que permeiam a efetivação dos direitos sociais no Brasil parecem ser os caminhos mais coerentes, razoáveis e justos na difícil tarefa de concretizar os ideais de uma saúde universal e integral, como idealizada e defendida pelo Movimento Sanitário na década de 1980, fazendo com que o Sistema Único de Saúde seja diariamente objeto de lutas sociais e esperança de vida para cada um dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. 21 p. Ministério da Saúde, 1986.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 set. 1990.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Revista Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, dez 2005.

Empoderamento da sociedade civil pelas conferências municipais de saúde de Ponta Grossa: possibilidades e obstáculos para sua realização

Pedro Fauth Manhães Miranda
Danuta Estrufika Cantoia Luiz
Márcia Helena Baldani

INTRODUÇÃO

A política, em geral, encontra-se mais socializada do que há décadas atrás, havendo uma multiplicidade de atores e demandas em sua composição, não sendo a política brasileira uma exceção. Ela tem como marco a Constituição de 1988, promulgada depois de um período ditatorial, cujo texto positivou a Democracia Representativa, logo em seu artigo 1º, parágrafo único: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos”(BRASIL, 1988). Neste caso, a participação política se dá, principalmente, através do sufrágio, por meio do qual os cidadãos escolhem, por maioria, seus representantes. Porém, sem uma vigilância adequada pelos eleitores, a representatividade prometida no período de campanha pode se perder em face de interesses políticos ou, até mesmo, particulares.

Mesmo fundamentando-se no povo como titular do poder político, a Democracia Representativa possui certas imperfeições, pontos já abordados quando da última constituinte, fazendo com que nossa Carta Magna aliasse àquela espécie democrática uma outra: a Democracia Participativa. Para tanto, foram instituídas formas de controle social, ou seja, meios de os segmentos organizados da Sociedade Civil fiscalizarem a atuação estatal e auxiliarem no debate e na formulação de políticas públicas. Desde então, a política brasileira, ao menos segundo a legislação, não mais se resume aos representantes eleitos pelo voto nem a Sociedade Civil participa dela apenas nas eleições.

Paralelamente à participação social, a redemocratização brasileira baseou-se também no expediente da descentralização. Implementadas na esfera política e na administrativa, essas duas medidas trouxeram novos sujeitos às relações de poder, ramificando-as para âmbitos mais locais, seja do Estado (prefeituras, secretarias, conselhos e conferências, etc.) ou da Sociedade Civil (observatórios sociais, associações de bairro, agremiações etc.). Com a institucionalização desses órgãos e a instrumentalização de grupos sociais organizados, observou-se a potencialização de forças e sujeitos locais, tanto da Sociedade Civil como da Sociedade Política, num diálogo constante destas esferas. Pelo exposto, se efetivada a contento, a Democracia Participativa poderia sanar algumas das falhas de sua vertente representativa, já que os segmentos organizados da Sociedade Civil encontraram-se iam mais próxima da política, de forma a exercer um controle social mais ativo e fiscalizador.

No que se refere a certas políticas públicas sociais – em especial assistência social, saúde e educação –, as medidas participativas, aliadas às descentralizadoras, criaram dois instrumentos atualmente fundamentais para a gestão pública: as Conferências e os Conselhos de Políticas Públicas. Presentes nas três instâncias governamentais da República Federativa do Brasil, tais órgãos promovem a inclusão de novos sujeitos, sobretudo representantes da Sociedade Civil organizada, nas relações de poder, por meio uma composição paritária entre usuários dos serviços públicos e não usuários¹. Ademais, descentralizam administrativamente a gestão das referidas políticas, municipalizando-as.

Utilizando-se dos conceitos de Antonio Gramsci (2006), parece inegável que, a partir da redemocratização, ocorra um processo de socialização da política, no qual segmentos organizados da Sociedade Civil são elevados para o seio do Estado, possibilitando-os debater matérias estatais. Há, portanto, um inegável crescimento da participação da Sociedade Civil na esfera política – seja a nível nacional, estadual ou municipal².

A literatura especializada (DAGNINO, 2002; KRÜGER, 2011; TATAGIBA, 2002) indica que, apesar da redemocratização ter instituído várias formas de participação social, inclusive Conferências e Conselhos, elas nem sempre surtem os efeitos democráticos e emancipadores desejados, já que dependem de inúmeras determinantes para concretizar interesses. O empoderamento insuficiente de tais instâncias, aliás, é uma destas variáveis.

O ‘empowerment comunitário’ [aqui traduzido por empoderamento] pode ser considerado, portanto, como um processo de validação da experiência de terceiros e de legitimação de sua voz e, ao mesmo tempo, de remoção de barreiras que limitam a vida em sociedade. Indica processos que procuram promover a participação, visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida (CARVALHO, 2004, p.1093).

Por fazerem parte da política de saúde – e mesmo do Sistema Único de Saúde(SUS) -, as Conferências Municipais têm como principais obrigações: “I. Avaliar a situação atual da saúde no município; II. Formular a Política Municipal de Saúde no âmbito do município de Ponta Grossa” (PONTA GROSSA, 2009a).

Aproximando o fato de a Participação da comunidade ser um dos princípios do SUS(art. 7º, da lei 8.080/90), da realidade do município de Ponta Grossa/PR(campo de pesquisa específico a que nos detemos neste artigo), há a possibilidade dos segmentos organizados da Sociedade Civil se empoderarem, por meio das ações estratégicas provindas das Conferências Municipais De Saúde (CMSPG), ou seja, promover tentativas de melhor vocalização dos interesses da Sociedade Civil sobre as políticas públicas.

¹ Os delegados das Conferências de Saúde Brasil afora são divididos assim: “a) 50% de entidades de usuários; b) 25% de entidades dos trabalhadores de saúde; c) 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2003).

² Segundo o (IBGE, 2012:209), em 2011, do total de 5.565 municípios brasileiros, apenas 12 não dispunham de um Conselho de Saúde. Quanto às Conferências Municipais, o Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2012:9) indicava que, no mesmo ano, haviam sido promovidas 4.347 destas.

Porém, a pouca abertura política para a participação social, no município de Ponta Grossa/PR, (na terceira gestão do Prefeito Pedro Wosgrau Filho), de 2009 a 2012 (período demarcado da pesquisa), foi bastante criticada, em especial no que se refere à política pública de saúde (GADINI, 2011; GOIRIS, 2013). A partir da problematização aqui apresentada, o presente capítulo tem como objetivo analisar uma das possibilidades para efetivar a participação da Sociedade Civil, qual seja, a utilização das próprias Conferências, no caso as CMSPG, como ferramenta para empoderá-la.

METODOLOGIA

Em face do objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a do estudo de caso quanti-qualitativo, guiado pelo método marxiano (do concreto abstrato ao concreto pensado), mas aliado à teoria gramsciana. Por meio do estudo de caso, o fenômeno da participação social foi focado sobre a análise de conteúdo das ações estratégicas presentes nos relatórios finais das 8ª e 9ª CMSPG (PONTA GROSSA, 2009b e 2011). Vale apontar que o presente capítulo é fruto da dissertação “Expressões do Poder Local na Materialização das Conferências Municipais De Saúde de Ponta Grossa – 2009 e 2011”, apresentada em 2014, no programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Por certo que o objetivo da dissertação era mais amplo que o deste artigo e, portanto, naquela pesquisa foram examinadas todas as ações estratégicas apresentadas pelas referidas CMSPG, de modo que sete eixos operacionais surgiram na coleta de dados, quais sejam: Atenção à Saúde; Gestão do SUS; Política de saúde; Participação da comunidade; Educação e informação em saúde; Ciência e tecnologia em saúde; e outros.

Ocorre que, para esse trabalho, foi realizado um recorte nesta coleta, buscando compreender como os participantes das CMSPG buscam estratégias de empoderar a Sociedade Civil, bem como a instância participativa em questão. Assim, apenas as ações relativas à Participação da comunidade foram analisadas, cujo conceito traduz-se na:

garantia de que a população, por intermédio de suas entidades representativas, possa participar do processo de formulação de diretrizes e prioridades para a política de saúde, da fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais e normativos do SUS e do controle e avaliação de ações e serviços de saúde executados nos diferentes níveis de governo (NORONHA; LIMA; MACHADO, 2008, p.441).

Deste modo, as ações referentes a este eixo têm o potencial de auto empoderarem os segmentos representativos da Sociedade Civil, no caso a pontagrossense, pois são voltadas à própria participação social desta

A proposição, por si só, destas ações nas CMSPG não é suficiente para que elas sejam, de fato, incorporadas aos planos de governo. Isso ocorre porque, em resumo, o processo realizado pelas CMSPG é trifásico. Primeiramente, os sujeitos que as compõem – provindos da Sociedade Civil organizada – vocalizam seus interesses sobre a política municipal de saúde. Num segundo momento, os interesses são coletivamente desconsiderados ou transformados em ações estratégicas,

quando da redação do respectivo Relatório Final. Quando findo, esse é, por sua vez, enviado à Administração Pública, que o analisa, podendo materializar ou não as ações dos Relatórios das CMSPG em seus planos de governo.

O trabalho fundou-se especialmente na pesquisa documental dos relatórios finais das 8ª e 9ª CMSPG (PONTA GROSSA, 2009b e 2011) e nos planos de governo correspondentes, ou seja, o Plano plurianual de 2010-2013 e o municipal de saúde de 2012 (PONTA GROSSA, 2010 e 2012). E, a partir desta pesquisa documental, os dados sobre a atuação das CMSPG foram coletados, de modo a ser realizada uma análise de conteúdo sobre os mesmos.

Esta análise de conteúdo, de caráter quali-quantitativa, concretizou-se com a verificação, em primeiro lugar, de quantas ações estratégicas do eixo “participação da comunidade” encontravam-se presentes nos dois Relatórios finais das CMSPG, além do conteúdo das mesmas. Num segundo momento, constatou-se quantas e quais destas ações foram, de fato, materializadas nos respectivos planos de governo.

Pelo exposto, acredita-se que um panorama sucinto e com enfoque na atuação das CMSPG, no que se refere à participação da comunidade, foi o resultado deste trabalho.

RESULTADOS

No caso da Democracia Participativa, o tipo de participação que a fundamenta é a social³, que controla o Estado por meio da cidadania. “A dinâmica democrática estaria centrada na influência que os sujeitos coletivos pudessem exercer, em termos de demandas e controle, sobre o aparato estatal” (DURIGUETTO, 2011, p.293). Assim, os órgãos compostos pelos segmentos organizados da Sociedade Civil atuam de modo a, em alguns casos, fiscalizar a atividade estatal e, noutros, conduzi-la. E o presente trabalho foca suas considerações sobre esse direcionamento da política, no que se refere ao empoderamento da Sociedade Civil.

Antes de apresentar os dados sobre tal direcionamento, porém, é preciso compreender que Ponta Grossa é um município historicamente conservador (SCHIMANSKI, 2007), desenvolvido por latifundiários apoiadores de políticas austeras, inclusive o Estado Novo e o Regime Militar. Assim, não é surpresa que vários dos políticos eleitos no município possuam tendências conservadoras. A eleição de Pedro Wosgrau Filho, em 2008, comprova a relação “satisfatória entre, por um lado, a noção ideológica de conservadorismo e patrimonialismo (que incluem ricos e também pobres) e, por outro, a manutenção de pelo menos 12 anos de poder político” (GOIRIS, 2013, p.247). A gestão 2009-2012 de Wosgrau (PSDB) foi sua terceira à frente do executivo pontagrossense e, em especial no que tange à política de saúde, sua avaliação não pode ser considerada satisfatória.

³ Segundo Carvalho (1995), três são os tipos de participação: a comunitária, a popular e a social. O primeiro completa o Estado, intervindo por meio de organizações e movimentos populares. Já o tipo popular combate o Estado, sendo mais radical em suas ações, confrontando as diretrizes públicas. Por último, a participação social é a que fundamenta os Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, controlando socialmente o Estado.

Um dos grandes questionamentos do governo Wosgrau Filho refere-se à questão da saúde, que de promessa de campanha se transformou em verdadeiro pesadelo para as pessoas que procuravam os serviços públicos de saúde do município. Falta de atendimento médico, leitos – especialmente de UTI – em completa defasagem com os usuários, número de profissionais exíguo, falta de medicamentos básicos, etc., foram o calidoscópio que durante todo o seu governo ocuparam inclusive as páginas dos jornais locais (GOIRIS, 2013, p.250).

Neste período, como já afirmado, ocorreram duas CMSPG, a 8ª e a 9ª, cujos Relatórios Finais foram publicados com as seguintes configurações quantitativas de ações estratégicas, didaticamente divididas por nós em sete eixos operacionais.

Tabela 1 – Número de ações estratégicas de cada eixo operacional e significância destes números sobre o total de ações propostas nas 8ª e 9ª CMSPG

Eixos operacionais	Nº de ações estratégicas dos Relatórios Finais	
	Ações do Relatório Final da 8ª CMSPG(significância)	Ações do Relatório Final da 9ª CMSPG(significância)
Atenção à Saúde	52(33,5%)	73(34%)
Gestão do SUS	38(24,5%)	52(24,2%)
Política de saúde	23(14,8%)	25(11,6%)
Participação da comunidade	6(3,9%)	12(5,6%)
Educação e informação em saúde	8(5,2%)	22(10,2%)
Ciência e tecnologia em saúde	0(0%)	3(1,4%)
Outras	28(18%)	27(12,5%)
Total	155(100%)	214(100%)

Fonte: organizada pelo autor, a partir dos dados coletados nos relatórios finais das 8ª e 9ª Conferências Municipais de Saúde de Ponta Grossa (PONTA GROSSA, 2009b e 2011).

Ainda que cada eixo operacional tenha sua importância para os relatórios finais das CMSPG, e para a própria política municipal da saúde como um todo, focaremos nossas percepções sobre o eixo denominado “participação da comunidade”. Todos os eixos têm relação com a política municipal de saúde, mas apenas esse se conecta, também, diretamente à participação da Sociedade Civil, seja ela organizada, e já conectada a instrumentos de participação política, ou não.

A priori, um grande número de ações estratégicas neste sentido poderia indicar graves lacunas na condução da política participativa no município, mas, ao mesmo tempo, boa percepção destas pelas CMSPG e tentativas de solucioná-las. Ocorre que tanto no relatório da 8ª (PONTA GROSSA, 2009b) como no da 9ª CMSPG (PONTA GROSSA, 2011), as ações referentes à participação da comunidade colocam tal eixo em penúltimo lugar de significância em relação ao total de ações, respectivamente com 6 (3,9%) e 12 ações (5,6%).

A partir destes dados consideravelmente baixos, não se pode excluir, de antemão, a possibilidade de haver problemas na condução da política municipal de participação de segmentos da sociedade civil na saúde pública local, demonstrando que a atuação propositiva por parte das CMSPG, em especial nesse eixo de enorme importância, pode ser menor que o esperado. Mas, por

outro lado, esse baixo número de ações sobre participação da comunidade poderia ser um sintoma de que a política do município é suficientemente participativa e, portanto, não precisaria de mudanças.

Analiseemos, por ora, de modo qualitativo as ações estratégicas propostas pelas CMSPG, no que se refere à participação da comunidade. Em 2009, na 8ª CMSPG, foram apresentadas as seguintes ações, em número de 06 (seis):

- Que a política e planos municipais de gerenciamento de resíduos estejam vinculados, necessariamente, à deliberação do Conselho Municipal de Saúde; - Ampliar a participação popular nos conselhos locais através dos conselhos municipais; - Envolver representantes de diversos segmentos na reativação da comissão [de farmácia]; - Promover envolvimento dos pacientes na prevenção de DST/HIV/AIDS; - Reabilitar a união das associações de moradores de Ponta Grossa(UAMPG) como usuários e não prestador de serviços; - Comprometimento de toda a sociedade [para a implantação das UPAs e rede de atendimento às vítimas de agressão sexual] (grifos nossos) (PONTA GROSSA, 2009b).

O relatório final da 8ª CMSPG previu seis ações relativas à participação, mas cujas redações eram genéricas, não havendo definições mais objetivas sobre os procedimentos para alcançar a efetividade destas ações. Tal situação, por certo, pode ter múltiplas interpretações e determinações, mas antes de verificá-las, sigamos para a análise qualitativa das 12 (doze) ações relativas à Participação da Comunidade formalizadas na CMSPG seguinte, ou seja, a 9ª:

- O município deve garantir a funcionalidade do Conselho Municipal de Saúde, dentro da legalidade conforme a lei 8142/90, 8080/90 e resolução 333/03; - Garantir autonomia de gestão dos recursos anuais destinados ao Conselho Municipal de Saúde, conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sob administração do próprio Conselho, a partir da prestação trimestral de contas em plenária; - Que o conselho municipal de saúde tenha como prioridade a luta pelo cumprimento, por parte do gestor, das propostas previstas nos relatórios da 8ª e 9ª Conferência municipal de Saúde de Ponta Grossa; - Garantir o cumprimento das diretrizes aprovadas nas Conferências e Conselhos Colegiados, pelos responsáveis pela execução das políticas públicas de saúde, através do acionamentos do Ministério Público Estadual e demais Órgãos fiscalizadores; - Que o conselho municipal de Saúde priorize em seus trabalhos a questão da promoção de saúde cobrando periodicamente dos gestores as ações em promoção desenvolvidas; - Que os responsáveis pela gestão pública no município (secretário de saúde e prefeito municipal) sejam obrigados a participar do processo da Conferência Municipal de Saúde; - Assegurar que os profissionais que atuam na ouvidoria municipal da Saúde sejam servidores (efetivos concursados) no Município; - Garantir funcionamento, ampla divulgação e fortalecimento da ouvidoria da saúde no Município, pelos gestores dos serviços, com supervisão periódica do Conselho Municipal de saúde, a partir de relatórios trimestrais; - Garantir e promover amplas condições de divulgação das funções, existência e do trabalho do Conselho Municipal de Saúde; - Viabilizar estudos através de um grupo de trabalho intergestores, com a participação da comunidade organizada, para implantação de um serviço hospitalar de referência na área de saúde mental no Município; - Manter e ampliar parcerias com a sociedade civil organizada, para desenvolver ações que contribuam para redução da infecção pelo HIV; - Dar continuidade ao Projeto Paradoxo: Adolescentes em Ação, com o objetivo de estimular o protagonismo juvenil e colaborar com a redução da transmissão do HIV (grifos nossos) (PONTA GROSSA, 2011).

No relatório desta CMSPG, as ações da participação da comunidade aumentaram para 12(doze), seguindo o aumento total de ações, mas sem grandes alterações na significância(5,6%). Mas mesmo com baixa presença no número total, tal eixo se mostrou mais objetivo e detalhista no Relatório Final da 9ª CMSPG, buscando estreitar laços com a Administração.

Ademais, 8 (oito) das ações propostas nesta CMSPG se referem à participação social institucionalizada, dotada de viés político e diretamente conectada ao Conselho e/ou às Conferências. Notemos que uma das ações deste relatório se destaca, qual seja: “Que os responsáveis pela gestão pública no município (secretário de saúde e prefeito municipal) sejam obrigados a participar do processo da conferência Municipal de Saúde”(PONTA GROSSA, 2011). Tal ação não foi aprovada no Relatório de modo gratuito, pois justamente nessa 9ª CMSPG as ausências do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde foram sentidas:

Nem o prefeito Pedro Wosgrau (PSDB) e tampouco o secretário municipal da Saúde, Winston Bastos, encontraram tempo para aparecer no evento que reuniu cerca de 200 pessoas. E, claro, não dá para esquecer que também os profissionais da saúde – que ocupam o cargo de vereador em Ponta Grossa (são cinco dos 15 vereadores da Cidade) – sequer apareceram por lá. Não se sabe, aliás, o grau de importância que tais representantes políticos atribuem à política de saúde [...] Entretanto, o fato é que não parece haver tanta disposição para discutir o maior problema da administração pública de Ponta Grossa [segundo o autor, a política de saúde], com usuários, profissionais e gestores do setor (GADINI, 2011, s/p).

Além disso, a 9ª CMSPG aprovou a seguinte moção (não contabilizada como ação estratégica): “Moção de Repúdio à ausência do gestor Municipal do segmento de saúde para debater as questões referentes a este tema, demonstrando a falta de comprometimento e descrença da secretaria de saúde sobre este tema” (PONTA GROSSA, 2011b).

Tais fatos comprovam que a Administração da referida gestão (2009-2012) do Prefeito Wosgrau não tinha boa conexão com instâncias participativas. Numa comparação quantitativa entre as ações estratégicas da 8ª e da 9ª CMSPG, dois fatos são inegáveis: que o número geral de ações estratégicas do Relatório da segunda conferência(214) é muito maior que o anterior(155); e que as ações ligadas à “participação da comunidade” são mais políticas e objetivas.

Estas atitudes, por parte da 9ª CMSPG, demonstram uma tentativa desta instância em empoderar a Sociedade Civil, seja dotando os próprios instrumentos participativos de maior efetividade ou, até mesmo, promovendo maior participação da parcela não organizada desta sociedade. Esta postura parece ser um reflexo não só da ausência do Prefeito e do Secretário de Saúde (ainda que elas não possam ser descartadas), mas, igualmente, da própria desconsideração da CMSPG como instância propositiva e transformadora.

O receio da Administração em aceitar tal espaço de participação como instância política é, aliás, quantitativamente provado pelas baixas taxas de materialização, nos planos governamentais, das ações estratégicas dos Relatórios Finais das CMSPG. Das 155 ações propostas, em 2010, pela 8ª CMSPG, apenas 27 foram materializadas no plano plurianual de governo (PONTA GROSSA, 2010); e das 214 do relatório da 9ª CMSPG, apenas 26 foram incluídas no correspondente texto

do governo (PONTA GROSSA, 2012). Percentualmente, houve materialização política de 17,4% e 12,1%, respectivamente, da 8ª e 9ª CMSPG.

A pesquisa documental demonstrou que, no que se refere ao eixo “participação da comunidade”, a materialização foi ainda menor, já que, das 06 ações da 8ª CMSPG, apenas 01 foi materializada no respectivo plano de governo; e, em 2012, nenhuma das 12 ações presentes no relatório da 9ª foi acatada pela Administração. A referida única ação materializada foi esta: “Promover envolvimento dos pacientes nas ações de prevenção de DST/HIV/AIDS”. Não obstante sua importância, a ação é genérica e não há indicação de como tal promoção deva ser realizada.

Diante do exposto, constata-se que a presença de ações referentes à “Participação da comunidade” nos Relatórios Finais das 8ª e 9ª CMSPG foi consideravelmente baixa e que a materialização das mesmas nos planos de governo foi ainda menor. Neste sentido, a utilização das Conferências como instrumento para empoderamento da Sociedade Civil – fosse daquela parcela presente nas próprias CMSPG, no Conselho ou mesmo fora destas instâncias – não se deu de forma satisfatória. Mesmo quando mais propositiva, como no Relatório de 2011, a CMSPG teve suas ações desconsideradas pela Administração, tanto no âmbito geral, como naquelas ações referentes à participação em específico.

CONCLUSÃO

Culpar apenas o governo municipal pela não concretização das CMSPG como via de empoderamento da Sociedade Civil seria fácil, já que existe inegável tendência de culpar a política pelos objetivos não atingidos por instâncias participativas. Ocorre que, como visto, a própria CMSPG também é ator preponderante neste processo político-participativo. Processo esse desenvolvido no seio de um município conservador, inserido em um país cuja democracia é incipiente e constituído por inúmeros sujeitos interessados em resultados díspares entre si.

Uma avaliação mais produtiva, inclusive do ponto de vista político, enquanto interessados no aprofundamento da democratização brasileira, deve partir do reconhecimento da complexidade desse processo e da diversidade dos contextos, envolvendo a multiplicidade de relações entre forças políticas onde ele se dá (DAGNINO, 2002, p.297).

Mesmo sabendo que a realidade político-participativa das CMSPG é multifacetada – pois composta de várias determinantes, tendo como resultados outros inúmeros reflexos –, este artigo propôs-se analisar as possibilidades do empoderamento do segmento Sociedade Civil pelas CMSPG. E, neste quesito, ficou evidente a correspondência entre a atuação das conferências e o aceite (e, inclusive, a recusa) destas pelo governo municipal.

Argumenta-se que o Poder Público não pretende dividir o exercício da política com as CMSPG, perpetuando-se a ideia que a participação se resume ao sufrágio. Afinal, há tempos a base da Democracia é a representação política, realizada pelos eleitos via voto direto e não por representantes indiretos, provindos de segmentos organizados da Sociedade Civil.

É compreensível, portanto – ainda mais considerando a, até então, recente Democracia brasileira –, a contrapartida receosa da Sociedade Política. Assim, forças opostas, mas convergentes no fim de se empoderar, constituem a política democrática brasileira. E tal situação é ainda mais facilmente verificável a nível municipal, onde os interesses políticos e as relações de poder são mais visíveis.

Neste sentido, a desconsideração das conferências como instâncias políticas, pela gestão 2009-2012 do prefeito Wosgrau, pôde ser comprovada em face da ausência dos atores políticos na 9º CMSPG, além da baixa materialização das ações dos relatórios conferencistas nos planos de governo – e quanto à Participação da comunidade, a taxa foi praticamente nula.

Ocorre que, como dito, não é possível culpar apenas o Governo por tal resultado, visto que o próprio número de ações estratégicas relativas ao empoderamento da Sociedade Civil nas CMSPG foi abaixo do esperado. Mas, por outro lado, também é inegável que na 9ª CMSPG a atuação desta instância foi muito mais propositiva e objetiva, concretizando uma clara tentativa de se firmar diante da Administração, como uma instância política e deliberativa. No geral, todavia, é fato que as potencialidades desta instância participativa poderiam ter sido melhor exercitadas.

No que tange ao qualitativo das ações estratégicas propostas pelas CMSPG, a partir da pesquisa documental realizada podemos afirmar que, quando da redação do Relatório final destes colegiados, não há uma verificação orçamentária do município para a política de saúde. Sem mencionar o já constatado, quando da leitura das ações apresentadas: muitas são genéricas, sem detalhamento de como devem ser efetivadas, e/ou não há parâmetros de verificação de implementação das mesmas.

É fato que a falta de capacitação de alguns membros das CMSPG pode levar a uma atuação fora dos padrões inicialmente previstos, resultando em ações mal formuladas. Mas é óbvio que a situação destes sujeitos não pode lhes ser imputada segundo sua própria vontade. Os delegados, conselheiros e participantes em geral destes colegiados podem não possuir a capacitação e/ou informações necessárias, mas não porque assim o desejam.

O que ocorre é que tal situação persiste pela partilha desigual do conhecimento, marcada pela estratificação classista que concentra o saber em certos nichos, beneficiando-os pela desinformação alheia. E esta incapacidade é tolerada pelos sujeitos dominantes e, até mesmo, incentivada. “Toda a prática profissional ou social que tenha a intenção de ser emancipatória, num contexto capitalista e neoliberal, vai se defrontar com um quadro estrutural que limita tal intenção” (LUIZ, 2011, p.239). Daí que o potencial das CMSPG, no que se refere ao empoderamento da Sociedade Civil, não é concretizado em sua totalidade.

Uma coisa é acampar nos espaços do poder e usar seus recursos para racionalizar e modernizar os sistemas, outra coisa é agir, valendo-se do poder e de eventuais cargos ou recursos de autoridade formal, para fortalecer e politizar as organizações (NOGUEIRA, 2011, p.248).

Em face destas determinantes – negligência e resistência do Poder Público para com as instâncias participativas; falta de conhecimento e informação dos membros que constituem estas ferramentas –, dentre muitas outras aqui não abordadas, as CMSPG acabam por não desenvolverem uma atuação participativa suficientemente efetiva e emancipadora.

Neste sentido, a possibilidade de empoderamento destas instâncias acaba sendo, de um lado, mitigada em parte pela sua própria atuação, possuindo poucas ações estratégicas no sentido de empoderar a Sociedade Civil e outras tantas ações genéricas; e, em sentido oposto, a Administração municipal desconsidera a construção político-participativa desta instância relativamente nova, sem auxiliar em seu desenvolvimento.

Esta conjuntura, aqui brevemente analisada, comprova que a hegemonia “opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 2000, p.03). Outrossim, não é novidade que esta hegemonia é bastante caracterizada por uma retórica neoliberal, que explora “a insatisfação e a desconfiança existentes na sociedade brasileira com respeito ao conjunto das instituições e das ações públicas, ajudando a desvalorizá-las junto à sociedade” (DURIGUETTO, 2007, p.176).

Se mesmo com a realização de reuniões, Conferências municipais e debates, os atores presentes nesta realidade participativa não enxergam a concretização dos resultados previamente desejados, então pode haver desistências ao longo do caminho. Ocorre que, mesmo não havendo o empoderamento desejado de segmentos da Sociedade Civil, ou mesmo o número de ações estratégicas propostas seja menor que o previsto, é fato que a Democracia Participativa como um todo, inclusive as CMSPG, têm um papel fundamental no desenvolvimento da nossa redemocratização.

Os espaços das Conferências e Conselhos, mesmo que formalmente delimitados [...], estão possibilitando que muitos representantes da sociedade, grupos sociais historicamente excluídos (usuários/trabalhadores) e muitos servidores públicos adentrem as [...] fronteiras que marcam a história da administração pública brasileira e façam proposições sobre as políticas públicas. Ainda, se constituem como oportunidade de socialização da política e de construção de uma outra hegemonia articulada pelos princípios da democracia (KRÜGER, *et al.*, 2011, p. 509).

É uma função essencialmente pedagógica, no sentido de que ainda conhecemos pouco sobre as possibilidades políticas e participativas dessas ferramentas relativamente novas, mas que, por meio da própria atuação destas, possamos com elas aprender. Para que uma Democracia efetivamente Participativa possa erigir – não contra a Democracia Representativa e a Administração Pública, mas num caminho conjunto, de um controle social efetivo.

Criar-se-iam, assim, melhores circunstâncias para a atuação participativa, mas como nos alerta Gramsci, “a existência de condições objetivas – ou possibilidades, ou liberdade – ainda não é o suficiente: é necessário ‘conhecê-las’ e saber utilizá-las. Querer utilizá-las” (GRAMSCI, 2006, p. 406). As possibilidades de empoderamento da Sociedade Civil, via conferências municipais de saúde, ainda que de difícil concretização, pode ser realizado, promovendo melhorias nas tais condições objetivas, mas também as aproximando da realidade social enfrentada por aqueles que verdadeiramente precisam de tais ferramentas.

Acreditamos que o exame das questões socioparticipativas é o primeiro passo para que a atuação dos instrumentos correlatos possa ser aperfeiçoada, o que se mostra bastante positivo para a nossa política, já que o potencial democrático de tais órgãos, ainda que não plenamente concretizado, é imenso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 333, de 4 de novembro de 2003**. Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, 4 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/resolucao_333.pdf>. Acesso em: 03/06/2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde: todos usamos SUS**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/Relatorio_final.pdf>. Acesso em: 03/09/2013.
- CARVALHO, A.I.de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.
- CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de promoção à Saúde. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1088-1095, jul.-ago., 2004.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática do Brasil: limites e possibilidades. In: _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.279-303.
- DURIGUETTO, M. L. Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, v.11, n.2, jul./dez., 2011.
- GADINI, S. L. Pela melhoria da saúde. **Diário dos campos**. Ponta Grossa, 28 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodosc campos.com.br/blogs/artigos/pela-melhoria-da-saude-2212/>>. Acesso em 10/01/2014.
- GOIRIS, F. A. J. **Estado e política: a história de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Planeta, 2013.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v.1.4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros de 2011. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64638.pdf>>. Acesso em: 08/10/2013.
- KRÜGER, T. R. *et al.* As proposições das Conferências de Saúde e os Planos Municipais de Saúde: um estudo em municípios de Santa Catarina. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 91, p. 508-521, out./dez. 2011.
- LUIZ, D. E. C. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.
- NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- NORONHA, J. C. de; LIMA, L. D. de; MACHADO, C. V. O Sistema Único de Saúde – SUS. In: GIOVANELLA, Lígia (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 435-472.

PONTA GROSSA. **Lei Municipal 4.728, de 07 de maio de 1992**. Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4658. Câmara municipal de Ponta Grossa, 1992. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/419636/lei-4728-92-ponta-grossa-pr>>. Acesso em: 08/02/2014.

_____. **Regulamento da 8ª conferência municipal de saúde de Ponta Grossa**. Ata da 12ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, 2009a.

_____. **Relatório final da 8ª conferência municipal de saúde de Ponta Grossa – 31/10/2009**. Conselho Municipal de Saúde, 2009b.

_____. **Plano municipal de saúde 2010-2013**. Secretaria Municipal de Saúde, 2010.

_____. **Relatório final da 9ª conferência municipal de saúde de Ponta Grossa – 22 e 23 de julho de 2011**. Conselho Municipal de Saúde, 2011.

_____. **Plano municipal de saúde 2012**. Secretaria Municipal de Saúde, 2012.

SCHIMANSKI, E. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa**: representação social, mito ou realidade na política local? 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.47-104.

Sistema penitenciário brasileiro: ambiente negligenciado pela saúde pública, 1990-2003

Bruna Mayara Bonatto
José Augusto Leandro

INTRODUÇÃO

“60 por cento dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras apenas dois por cento dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente”.

Esta estrofe faz parte da canção “Capítulo 4 Versículo 3” do grupo de rap brasileiro denominado Racionais MC’s. Os músicos que integram os Racionais são conhecidos pela denúncia das mazelas da criminalidade e do Sistema Penitenciário (SP) brasileiro. A estrofe citada acima foi redigida em 1997¹; 18 anos após seu lançamento, a questão social representada pela estrofe mostra-se atual e igualmente complexa no cenário penitenciário do país.

O debate acerca da atribuição política e social do Sistema Penitenciário (SP) circunda a questão da segurança e da violência em nossa sociedade e, também, a problemática da ressocialização e da marginalização da população penitenciária (BARROS, 2011). O crime e a punição sempre tiveram um papel político relevante, pelo menos do ponto de vista simbólico, nas diversas sociedades.

No Brasil, após 20 anos de ditadura civil-militar, aflorou, em muitos segmentos sociais, a possibilidade – dada a maior liberdade política – de realização de protestos e reivindicações na busca de um Estado que ampliasse direitos antes não existentes. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) expressou os novos anseios de expectativa de cidadania dos brasileiros em relação a diversos temas como, por exemplo, a injustiça racial, a desigualdade em relação ao gênero, a equidade no acesso a saúde, dentre outros.

Após essas mudanças no cenário político brasileiro, a função social das instituições penitenciárias tendeu, no discurso das autoridades, a ser mais e mais voltada para a ressocialização do sujeito privado de liberdade. Assim, as instituições totais² do tipo prisão assumiram um caráter

¹ Os dados acerca da discografia do grupo Racionais MC’s foram retirados do site <<http://musica.com.br/artistas/racionais-mcs/discografia.html>>, acessado em cinco de julho de 2014.

² O sociólogo canadense Erving Goffman (1974, p. 11) denomina a prisão com o termo “instituição total”, referindo-se a “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação seme-

aparentemente mais democrático. No entanto, veremos neste artigo que isso não ocorreu; apontaremos, aqui, que o direito básico assegurado pela CF/88 referente à garantia da saúde corporal dos cidadãos não chegou para os sujeitos em privação de liberdade, ou chegou muito precariamente no sistema prisional.

Ao reverso do que se espera, o sistema penal atual é *locus* de violência e estimula a estigmatização³ do sujeito apenado, condicionando-o ao profundo e desumano sofrimento do cárcere. Além disso, para aqueles que cumprem o papel de ‘criminosos’, o sistema penal lhes atribui uma série de adjetivos que dificultam sua (re)inserção no meio social. Neste sentido, a aplicação da pena é decisiva para manutenção e reprodução das relações de exclusão em nossa sociedade. O Estado⁴, que exerce o poder de punir em nosso país, é o principal responsável pela realidade penitenciária brasileira.

O direito à saúde é decorrente da CF/88, preconizado em caráter universal, ou seja, a todos os brasileiros. A partir deste reconhecimento, cabendo ao Estado o dever de prover saúde à população brasileira sem distinção, criaram-se as leis: nº 8.080 e a nº 8.142, ambas no ano 1990. Essas leis dispõem, respectivamente, sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Por tais atribuições essas leis são denominadas leis orgânicas da saúde.

Apesar de todo o arcabouço de políticas públicas em prol da universalização do direito à saúde, por muito tempo as pessoas privadas de liberdade não conseguiram acessar esse direito; nem ao menos havia uma política pública de saúde específica que assistia essa população (RIBEIRO, 2007). Somente em 2003 a saúde da população penitenciária apresentou-se como uma preocupação na pauta das discussões governamentais a respeito da gestão das políticas públicas de saúde no Brasil. Como resultado, em nove de setembro de 2003 instituiu-se o Plano Nacional de Saúde

lhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

³ Goffman conceitua o estigma como “um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Para o sociólogo do interacionismo simbólico, o estigmatizado é socialmente um “desacreditado” e possui uma “identidade deteriorada”. Neste sentido, afirma (1974, p. 12), “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...] Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande”.

⁴ Referimo-nos ao Estado compreendido como três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Cada qual com suas atribuições específicas, no que diz respeito ao Sistema Penitenciário, respectivamente, executadas pelo: Sistema Penitenciário Federal, constituído pelos estabelecimentos penais federais, Departamento Penitenciário Nacional subordinado ao Ministério da Justiça, Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal; Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em âmbito federal e estadual; sistema policial estadual, que compreende a Polícia Militar e a Polícia Civil, órgãos jurisdicionais e os estabelecimentos penais estaduais; Guarda Municipal; órgãos jurisdicionais e os estabelecimentos penais municipais, e Conselho da Comunidade (BRASIL, 1984).

no Sistema Penitenciário (PNSSP), por meio da portaria Interministerial nº 1777 elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Justiça.

Diante de tais questões vislumbramos a possibilidade de investigar em uma mídia impressa, de representatividade nacional, alguns aspectos da história recente do SP brasileiro. Dessa feita, nosso objetivo principal foi voltado para a identificação e análise de como a questão da saúde nas instituições penais emergiu, na imprensa escrita, como tema relevante para o entendimento das facetas do próprio SP. O recorte cronológico foi delimitado entre 1990 e 2003, arco temporal que compreende o ano em que assumiu o cargo o presidente da república eleito na primeira votação direta após a ditadura – um marco democrático no país – até o ano da instituição do PNSSP.

METODOLOGIA

O percurso metodológico por nós utilizado foi, sobretudo, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Nos apropriamos de fontes documentais variadas, destacando-se: a mídia impressa *Jornal do Brasil* e os documentos oficiais do governo brasileiro. A literatura acadêmica referente ao tema foi utilizada para embasar as discussões propostas neste trabalho.

Para constituir a amostra da pesquisa documental utilizamos, exclusivamente, a mídia impressa *Jornal do Brasil*. O periódico foi escolhido por ser um dos jornais que estão em circulação no Brasil há mais de 100 anos e porque circula com ampla abrangência no território brasileiro (ANJ, 2014). Ele, no arco temporal pesquisado, captou notícias em todo o país por meio de sucursais, constituindo-se em uma fonte documental com extensa cobertura territorial. A consulta de seu acervo completo é possível pela base de dados digital denominada Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Delimitamos as seguintes palavras-chave para sondar a realidade prisional brasileira no acervo digital do *Jornal do Brasil*: motim, AIDS, hepatite e tuberculose. Os dados jornalísticos advindos desta busca foram cuidadosamente lidos e, a partir desta leitura, foram selecionados alguns conteúdos concernentes às temáticas pesquisadas. Os textos jornalísticos da amostra foram catalogados e transpostos para fichas específicas, identificadas por séries temáticas no interior de cada palavra-chave, identificando-se o Estado da federação da notícia.

Cabe salientar que nesta seleção não houve preocupação com “a leitura das condições pelas quais as informações emergem em determinado produto jornalístico, convertendo um fato ou assunto em notícia” (PONTES; SILVA, 2012, p.50). Neste sentido, nosso objetivo não correspondeu ao aprofundamento reflexivo sobre como uma notícia é construída. Nos comprometemos em ‘ilustrar’ aspectos relacionados às questões da saúde no sistema penitenciário brasileiro identificando e analisando os dados coletados no *Jornal do Brasil* com vistas a apontar os problemas de saúde no ambiente prisional.

Mas também não deixamos de reconhecer que a produção da notícia é cindida pelo ‘querer-dizer’ da empresa jornalística, inserida numa circunstância sócio-histórica. Adotamos o pressuposto exposto por Edson Fernando Dalmonte (2009, p. 75) de que o jornalismo não deixa de expressar o “posicionamento discursivo de uma instância enunciativa”. Isso significa que, para

além da narração de um fato, pelas e nas estruturas discursivas de um texto jornalístico, é possível a apreensão dos valores sobre os quais e para os quais o discurso do texto foi redigido. Através das notícias acompanhadas foi possível ilustrar as condições de saúde das instituições carcerárias brasileiras e perceber o sujeito encarcerado como subalterno no discurso a respeito dos motins veiculado pelo jornal.

Alguns aspectos teóricos são importantes aqui sublinhar, pois direcionaram inúmeras reflexões relativas à tragédia do sistema prisional brasileiro. Ancorados pela Teoria da Produção Social da Saúde, entendemos que a variável saúde se articula com a qualidade de vida dos sujeitos e não está somente articulada com o aspecto biológico/orgânico do ser humano (MENDES, 1996). Esta teoria rompe com o tradicional conceito de saúde que “reduzido a simples ausência de doenças, propõe uma visão puramente biológica, que foi amplamente contestada por não ter aplicação na análise da determinação social da saúde” (ROCHA; DAVID, 2015, p. 130).

Esta concepção de saúde engloba o conceito de saúde contido na Carta de Ottawa, redigida em 1986 e que fundamentou a compreensão de saúde formulada no mesmo ano na 8ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília: “a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (BRASIL, 1986, p. 04).

Levando em consideração “o lugar de onde se fala”, salientamos que a dissertação se debruçou principalmente na relação entre História e Jornalismo via o campo de estudos chamado História do Tempo Presente. Diante da sociedade contemporânea, produto do capitalismo pós-industrial, em que a realidade se modifica rápida e constantemente, com fluidez, a História do Tempo Presente caracteriza-se como meio de compreensão e interpretação de ‘novas realidades’ que emergem. Assim, a mídia impressa configura-se como um importante recurso metodológico, pois retrata os fatos que ocorrem na atualidade fornecendo uma narrativa acerca dos mesmos, tornando-se uma fonte representativa do período temporal analisado.

Diante do exposto, ao nos inspirarmos em alguns aspectos da História do Tempo Presente, concordamos com Fiorucci (2011, p. 117) quando afirma que “trata-se, portanto, de aventurar-se no tempo recente a fim de contribuir para o esclarecimento, a inteligibilidade e o discernimento do mundo acelerado, para, no mínimo, dar mais foco à imagem borrada e dinâmica hodierna”. Destacamos, ainda, que ao escolhermos um objeto de pesquisa inserido na história contemporânea concebemo-lo a partir da desconfiança preconizada por Eric J. Hobsbawm (1995, p. 12):

Qualquer que seja nossa reação, a descoberta de que estávamos enganados, de que talvez não tenhamos entendido algo direito, deve ser o ponto de partida de nossas reflexões sobre a história de nosso tempo.

O artigo que segue dá conta de apenas um dos aspectos pesquisados e discutidos na dissertação, qual seja, o tema da articulação entre motins e as precárias condições dos ambientes prisional. No entanto, cremos que esta faceta de alguma forma é resumidora e ilustra bem a tragédia da ausência da saúde no SP brasileiro no período 1990-2003.

RESULTADOS

O AMBIENTE PRISIONAL NEGLIGENCIADO

No recorte cronológico aqui estudado, 1990-2003, as publicações do *Jornal do Brasil* noticiaram recorrentemente motins e rebeliões dos mais variados tipos em instituições prisionais de todo o país. A partir dos textos jornalísticos, a pesquisa empreendida nos indicou que a cultura das rebeliões nos presídios brasileiros pode ser pensada como uma prática recorrente. Fernando Salla, em meados da década de 2000, registrou:

Nos últimos dez anos, têm sido comuns as rebeliões nas prisões brasileiras [...]. Assim, além de enunciarem condições precárias de encarceramento que continuam a predominar no Brasil, as rebeliões têm revelado uma baixa capacidade do Estado em controlar a dinâmica prisional, em fazer valer princípios fundamentais de respeito à integridade física dos indivíduos presos, permitindo que grupos criminosos imponham uma ordem interna sobre a massa de presos (SALLA, 2006, p.277).

A partir das informações contidas nos textos jornalísticos, ordenamos as causas relacionadas aos motins de acordo com o número de referências, indicados no quadro que segue:

Quadro 1 – Distribuição das causas de motins apontadas pelo Jornal do Brasil

Motivo	Ocorrências
Superlotação	33
Transferências	28
Maus tratos	14
Direção da instituição	13
Alimentação	11
Visitação	11
Disputa de poder interno	11
Tentativa de fuga	10
Más condições do cárcere	9
Revisão das penas	9
Assistência à saúde	4

Fonte: o autor.

Outras causas e/ou motivos foram também isoladamente mencionadas, como, por exemplo, a revista rigorosa no interior das celas, a apreensão de maconha, exigências diversas de ordem material e pessoal como televisores, ventiladores, entre outros. Quando os relatos dos motins foram publicados por meio de uma pequena nota informativa⁵, normalmente os motivos dos mesmos

⁵ A nota informativa é um breve relato de um acontecimento em andamento, que está em processo de configuração (MELO, 1985).

não foram citados. A título de ilustração, expomos abaixo algumas notícias que explicitam a precariedade do SP brasileiro:

A vida no sistema penal, onde maus-tratos e espancamentos fazem parte do dia-a-dia. [...] Muita gente vai se espantar ao ouvir falar das terríveis surras, as celas do castigo, verdadeiras masmorras medievais, sem luz e sem água, visitadas por ratazanas e infectadas de piolhos (JORNAL DO BRASIL, 20 de abril de 1991, p. 03).

“Nós [presidiários] não temos espaço, e além da superpopulação a comida é horrível e nós somos muito mal-tratados”. Reclamou um detento [do presídio Profº Barreto Campelo, localizado na ilha de Itamaracá em Pernambuco] que pediu para não ser identificado (JORNAL DO BRASIL, 30 de maio de 1998, p. 06).

Na penitenciária Tavalera Bruce (Zona Oeste do Rio) [...] falta material de limpeza e higiene [...] Na cozinha, o cheiro denuncia a existência de comida estragada e as panelas, furadas, obrigam as presas a forrarem o fundo com farinha, para poder cozinhar (JORNAL DO BRASIL, quatro de abril de 1990, p.05).

Doze portadores do vírus HIV colocaram fogo em colchões e quatro deles se cortaram com vidros quebrados para evitar a aproximação dos agentes penitenciários. O protesto pela falta de medicamento – especialmente o AZT – e por mais assistência médica [...] exigiam, além do fornecimento de AZT, leite (por causa de doenças estomacais provocada pela Aids), sanitários e preservativos (JORNAL DO BRASIL, 19 de abril de 1994, p. 06).

O artigo 25 da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” dispõe que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica” (ONU, 1948, s/p). Reforçando as disposições da ONU o artigo 3º da Lei nº 8080/90, uma das leis orgânicas da saúde, define como fatores determinantes e condicionantes da saúde: a alimentação, a educação, o lazer, o meio ambiente, a moradia, a renda, o saneamento básico, o trabalho, o transporte e o acesso a bens e serviços essenciais.

Simone Cynamon Cohen (2014, s/p) explicita nosso entendimento de moradia/alojamento para a saúde pública:

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o conceito de habitação saudável se aplica ao desenho da moradia, ao território geográfico e social em que a habitação se assenta, aos materiais usados para sua construção, à segurança e qualidade dos elementos, ao processo construtivo, à composição espacial, à qualidade dos acabamentos, ao contexto global do entorno (comunicações, energia, vizinhança) e à educação ambiental e em saúde de seus moradores sobre estilos e condições de vida. A Opas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) consideram que o conceito de ambiente e entorno saudável incorporam a necessidade de se ter equipamentos urbanos com saneamento básico, espaços físicos limpos e estruturalmente adequados, além de redes de apoio para se conseguir hábitos psicossociais sãos e seguros. Ressaltam também que a carência e as deficiências na habitação e a falta de saneamento são questões diretamente relacionadas aos níveis de pobreza.

Para além do exposto, e ainda de acordo com a autora Simone Cynamon Cohen (2004), a prevenção e a promoção da saúde são campos da saúde pública que preconizam a difusão do conceito de habitação saudável, acima citado, como precursor de políticas públicas em saúde. Compreende-se que para a eliminação e/ou controle de riscos, bem como para a promoção de um estilo de vida mais saudável, se faz necessário a vigência de normas adequadas para a ventilação, a iluminação, a acústica e a escolha de materiais construtivos e de acabamento que não agredam tátil e ambientalmente os ocupantes de uma habitação (COHEN, 2004).

Ainda pela perspectiva da saúde pública, devido à ligação de uma unidade habitacional com a rede de infraestrutura básica urbana (os equipamentos e serviços públicos, bem como pela questão social de inclusão), a habitação representa um elo entre a coletividade e o território geográfico ao qual se insere. Sua qualidade de saudável ou insalubre remete às consequências em saúde que são direta ou indiretamente vinculadas a toda sociedade. Destarte, uma habitação saudável corresponde a um espaço com a qualidade e a função de ‘habitável’ e ‘saudável’, envolvendo, também, o seu entorno.

A CF/88 e as leis orgânicas da saúde preconizam a construção de ambientes favoráveis à saúde ao conceber a saúde numa perspectiva integral abrangendo o ambiente em suas diversas dimensões (ecossistema estável, habitação, lazer, recursos sustentáveis, etc.). Sob a ótica do paradigma da Teoria da Produção Social da Saúde o ambiente é determinante da saúde, pois compreende uma das condições para o sujeito ser saudável, constituindo o espaço onde a saúde é construída e consolidada (COHEN, 2007). Nesta perspectiva, Livia Fernanda Agujaro (2010) nos esclarece a influência do ambiente na saúde dos sujeitos:

O meio ambiente pode afetar a saúde em seu aspecto físico e mental, positiva ou negativamente. Efeitos patológicos agudos e crônicos da exposição direta aos contaminantes e patógenos coexistem com a falta do bem-estar da população associada à moradia e transporte precários, uso inadequado do espaço urbano, condições insalubres de trabalho e falta de espaços de lazer (AGUJARO, 2010, p. 150).

Outra característica de uma ‘habitação saudável’, exposta por Simone Cynamon Cohen *et al.* (2007), denomina-se ‘ambiência’. Esta se relaciona à necessidade (e/ou o nível) de conforto em uma habitação em termos de:

adequação sociocultural (materiais locais em que foram feitos móveis, utensílios e em que foram elaborados pisos, paredes e tetos) e adequação ambiental (temperatura, ventilação, luminosidade e da quantidade e qualidade do ruído inserido dentro do espaço arquitetural) (COHEN *et al.*, 2007, p.194).

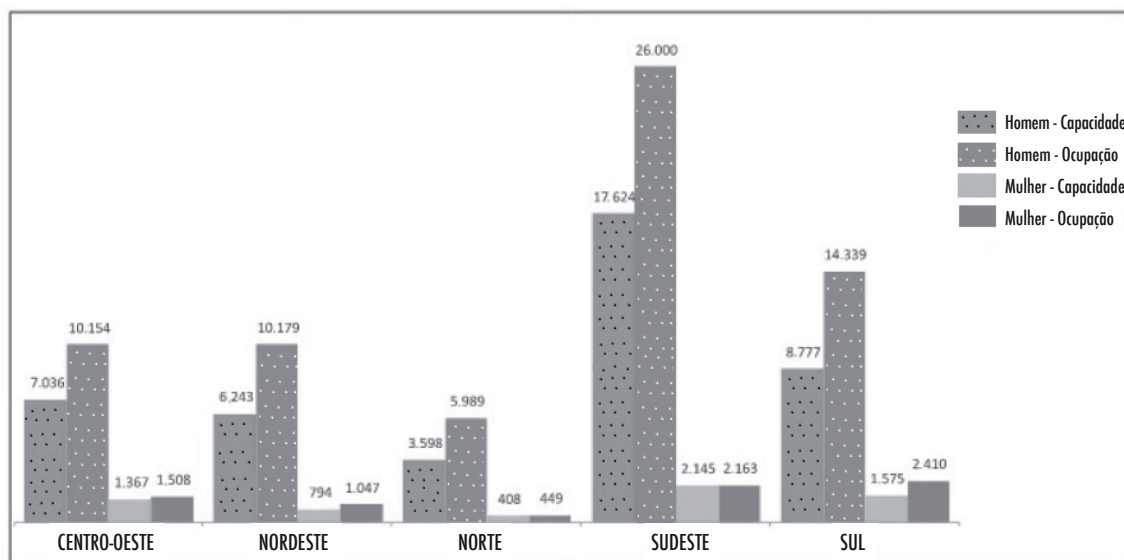
Diante do que estamos discutindo acerca do ambiente e da saúde e a partir dos dados do *Jornal do Brasil*, que apontaram a superlotação das prisões como a causa mais recorrente de rebeliões nas penitenciárias brasileiras, pode-se aferir a suscetibilidade de graves consequências para a saúde do sujeito encarcerado. Os presídios brasileiros, segundo Eduardo A. M. Antunes (1991, p. 03), mais lembram “as celas do castigo, verdadeiras masmorras medievais, sem luz e sem água,

visitadas por ratazanas e infectadas de piolhos” que compõem o cenário da vida nas instituições penais brasileiras.

A condição de superlotação dos presídios é uma realidade de amplitude nacional e de conhecimento de instâncias governamentais que se relacionam com o SP. Como nos mostra o **Gráfico 1** abaixo retirado do relatório denominado “A visão do ministério público sobre o Sistema prisional brasileiro”, publicado em 2013 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é possível observar que a população carcerária é maior do que a capacidade de habitantes das instituições penais que compõem o SP brasileiro.

Como demonstra o gráfico, a capacidade e a ocupação das penitenciárias brasileiras estão ilustradas de acordo com o sexo dos internos. Tal divisão no tratamento destes dados nos mostra que a população penitenciária em sua grande maioria é do sexo masculino. Diante de tal constatação – e apesar de não ser pertinente ao tema deste trabalho aprofundar tal análise – reconhecemos a relevância da abordagem da questão de gênero no ambiente prisional, uma vez que

Gráfico 1 - Indicadores populacionais do sistema penitenciário brasileiro em 2013, segundo o relatório da CNMP.



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2013, p. 38.

As experiências do encarceramento entre homens e mulheres são vivenciadas de forma diferente no cotidiano dos presídios. Vários fatores podem ser considerados nestas diferenças, entre eles os das especificidades atribuídas aos papéis masculinos e femininos, dadas as características culturais, as de valores e as do conjunto de componentes que organizam o Sistema Prisional (UNODC; OPAS, 2012, p. 09).

Os indicadores populacionais apresentados no **Gráfico 1** nos mostram a precariedade da capacidade de custódia do SP do nosso país. Há uma população penitenciária maior que a capacidade de ocupação das instituições penais. Certamente é impossível se ter um ambiente favorável e uma habitação saudável nesta condição generalizada de superlotação. Se a capacidade de moradia não

é adequada à população carcerária, as demais condições de vida (alimentação, higiene, segurança, etc.) no interior dos presídios são afetadas e negativamente comprometidas.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as notícias acerca do Sistema Penitenciário (SP) publicadas no *Jornal do Brasil*, no período entre os anos 1990 e 2003, foi possível perceber a ausência trágica da saúde no ambiente prisional brasileiro. Constatamos, também, que nos textos jornalísticos não há espaço para que os sujeitos encarcerados exponham suas reivindicações de maneira mais pormenorizada. O discurso jornalístico nos mostrou as condições degradantes, morais e materiais, em que se encontram as penitenciárias brasileiras, demarcando um problema social extremamente grave no país. Seguindo a lógica hierárquica da diagramação das informações no jornal, os motins que tiveram maior destaque foram aqueles cujas proporções da violência e da barbárie foram maiores. Ou seja, quanto mais mortes, reféns, armas e depredação da instituição, maior a chance do motim ganhar destaque na edição do *Jornal do Brasil*.

Na tentativa de mudar a realidade brasileira acerca da saúde no ambiente prisional, em 2003 foi instituído pelos Ministérios da Saúde e da Justiça o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Decorrente deste plano, em 2014, vislumbramos uma importante conquista para a garantia ao acesso à saúde da população penitenciária: a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. Essa política representa um esforço significativo para consolidar o direito à saúde da população penitenciária, bem como um reforço para o exercício de cidadania dessa população. Prevê a efetiva inclusão da população penitenciária ao Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que o direito à saúde se efetive na perspectiva dos direitos humanos.

Por fim, concluímos que à medida que a democracia foi avançando no país, a partir de meados da década de 1980, a realidade dos ambientes do SP, em termos de qualidade de saúde, não acompanhou as mudanças conquistadas no campo da saúde pública. Nossas expectativas acerca da extensão do direito à saúde aos espaços prisionais revelaram-se frustrantes: estávamos enganados acerca das potencialidades de extensão das políticas públicas democráticas para esse tipo de instituição total. Se o quadro por nós esboçado neste artigo foi demasiadamente pessimista, vale lembrar de Albert Camus, escritor romancista nascido na Argélia de acentuado tom existencialista. Ele sugere que diante do absurdo das coisas, a falta de sentido do mundo não deveria ser um ponto de chegada e sim um ponto de partida (HAWES, 2009).

REFERÊNCIAS

- ABREU, F. de. Crime social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 06, 23 de janeiro de 2000.
- AGUIJARO, L. F. A importância dos comitês de bacias hidrográficas como parceiros de redes de municípios. In: SPERANDIO, A. M. G. MACHÍN, D. G. FORTUNATO, M. A. B. **Políticas integradas em rede e a**

construção de espaços saudáveis: boas práticas para a iniciativa do rostos, vozes e lugares. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2010. p. 149-156.

ANTUNES, E. A. M. Hóspedes dos cárceres. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 03, 20 de abril de 1991.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Relação dos jornais em circulação no Brasil há mais de 100 anos**. Disponível em <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em: 10/02/2014.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **A visão do Ministério Público brasileiro sobre o sistema prisional brasileiro**. Brasília: CNMP, 2013b.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18/09/2014.

_____, Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____, Ministério da Saúde. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 15/06/2014.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 15/06/2014.

_____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 15/06/2014.

_____. **Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003**. Aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde, 2003a. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=882>. Acesso em: 15/06/2014.

_____. **Portaria nº 01 de dois de janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BARROS, A. M. de. A cidadania e o Sistema Penitenciário brasileiro. **Justributário**, Fortaleza. v. 10, p. 1-20, 2011.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. Disponível em <<http://memoria.bn.br/>> Acesso em: 10/02/2014.

COHEN, S. C. BODSTEIN, R. KLIGERMAN, D. C. MARCONDES, W. B. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 1, p. 191-198, jan./mar. 2007.

COHEN, S. C. **Habitação saudável como caminho para a Promoção da Saúde**. 2004, 167. Tese de doutorado (Ciências na área de Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Habitação Saudável: um novo caminho para a promoção da saúde e do saneamento básico. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br/files/Simone.pdf>>. Acesso em: 19/12/2014.

DALMONTE, E. F. **Pensar o discurso no webjornalismo**: temporalidade, para texto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Guia sobre gênero, HIV/AIDS, coinfeções no Sistema Prisional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FIORUCCI, R. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Espaço Acadêmico**, Maringá. n. 125, p. 110-121, out. 2011.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAWES, Elizabeth. **Camus, a Romance**. New York: Grove Press, 2009.

HOBSBAWM, E. J. O presente como história: escrever sobre a história de seu tempo. **Novos Estudos**, São Paulo. n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDES, E. V. Um novo paradigma sanitário: a produção social da saúde. In: _____. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 233-300.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12/04/2014.

OS HORRORES da penitenciária. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, quatro de abril de 1990.

PONTES, F. S. SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, J. A. OLIVEIRA JUNIOR, C. R. de. **Pesquisa em Ciências Sociais**: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012. p. 49-77.

PRESOS aidéticos fazem motim. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 06, 19 de abril de 1994.

RIBEIRO, P. T. Direito à saúde: integridade, diversidade e territorialidade. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v.12, n.6, p.1525-32, 2007.

ROCHA, P. R. da. DAVID, H. M. S. L. Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo. v. 49, n. 1, p. 129-135, 2015.

SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 08, n. 16, p. 274-307, jul./dez. 2006.

SAMPAIO, R. Presídio tem 22 mortos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 06, 30 de maio de 1998.

SÃO PAULO já teve no ano 46 rebeliões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 07, 20 de maio de 1997.

A experiência da pesquisa quanto à política de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa/PR

Reshad Tawfeiq
Lenir Aparecida Mainardes da Silva

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) possui uma proposta diferenciada em sua essência, consistente no caráter interdisciplinar que possibilita aos acadêmicos o contato com outras áreas de formação, ampliando, deste modo, a compreensão das problemáticas submetidas sobre vários ângulos.

Relatar a pesquisa representa um convite para reviver experiências que contribuíram para o amadurecimento acadêmico e científico. Inúmeras foram as alterações no projeto de pesquisa inicialmente proposto, o que levou a definição de um objeto específico com uma problematização única. No final do processo chegou-se a um resultado especial e singular, revelando a própria originalidade da pesquisa.

A investigação desenvolvida inscreveu-se no debate político que tem por tema o meio ambiente, a relação sociedade-natureza, os desafios socioambientais globais e a superação de uma contradição histórica entre economia capitalista e equilíbrio da vida humana e dos demais seres bióticos. Nesta perspectiva de forma mais ampla, a produção procurou evidenciar os trágicos efeitos dos processos históricos e sociais da relação entre sociedade capitalista e natureza, vista como totalidade política, social, econômica e cultural.

A análise do processo histórico foi tida como essencial para a compreensão e explicação do objeto de pesquisa, consistente na crise contemporânea dos resíduos sólidos no município de Ponta Grossa/PR¹, ou seja, os resíduos sólidos enquanto uma das expressões/facetas da questão ambiental e, logo, uma consequência direta dos atuais modos de produção e consumo capitalistas, alicerçados no paradigma do “desenvolvimento sustentável”, conceito que atualmente dá envergadura à economia mundial.

A decisão de problematizar este tema deitou raízes primeiramente em um conjunto mais geral de inquietações quanto aos níveis de degradação socioambiental e suas consequências, os papéis e as ações (ou omissões) da sociedade civil organizada sem fins lucrativos, empresas e Estado.

¹ De acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Ponta Grossa/PR (PGIRS/PG), no município são gerados diariamente cerca de 195 toneladas apenas de resíduos domésticos.

Com o surgimento da questão ambiental, debate político sobre a dita crise do meio ambiente, o tema tem ganhado notoriedade e tem sido recorrente na produção acadêmica em todo mundo, ocupando posição de destaque na ciência nas últimas décadas.

Os resíduos sólidos, compreendidos como material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, têm se revelado como uma das fortes expressões da questão ambiental em todo o país, tanto é que têm fomentado discussões políticas com importantes marcos legais, como a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e que estabeleceu metas e prazos para que os municípios de todo país encerrem os chamados “lixões”² e instalem os chamados “aterros sanitários”³. Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 12.305/2010, o único modo de disposição legalmente tolerado passou a ser o aterro sanitário, não se admitindo a existência de “lixões” após a data de 02 de agosto de 2014, prazo final conferido aos municípios pela própria lei federal. Ainda, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e avanço das metas estabelecidas na PNRS, foi realizado no ano de 2013 o processo de conferências específicas sobre a problemática dos resíduos sólidos, que se iniciou no plano municipal e regional e avançou para as etapas estaduais, culminando, finalmente, na etapa nacional em Brasília/DF (IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - Resíduos Sólidos), onde as discussões se ampliaram.

Em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, o Decreto nº 9.015/2014, publicado em 23 de julho de 2014 e que aprova o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS/PG), declarou que o município não conseguirá instalar aterro sanitário no prazo determinado pela lei federal, sendo que os resíduos coletados atualmente são dispostos no chamado aterro do Botuquara, local instituído como Área de Proteção Ambiental (APA), revelando, somente por isso, a colossal contradição presente na política municipal de resíduos sólidos. Em 27 de novembro de 2009, por meio do Decreto Municipal nº 3.640/2009 e em 11 de outubro de 2013, por meio do Decreto Municipal nº 7.879/2013, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR declarou situação de emergência na área do aterro Botuquara em razão do esgotamento físico/espacial do aterro, ou seja, o município simplesmente não detém espaço físico para fins de destinação e disposição ambientalmente adequada de seus resíduos sólidos.

Alier (2012, p. 73--74) chama-nos a atenção para o fato de que “talvez, o problema mais grave da sustentabilidade seja a de disponibilidade ou a toxicidade dos materiais e a carência de áreas para despejo de resíduos, bem mais do que a escassez de recursos”. Por estas razões que, de forma mais específica, problematizou-se os resíduos sólidos, já que estes se constituem como problema grave e iminente no município de Ponta Grossa/PR, demandando soluções urgentes.

² O espaço denominado como “lixão” consiste em uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga dos resíduos sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

³ Os aterros sanitários são instalações para a disposição de resíduos sólidos no solo, monitorada segundo princípios de engenharia e prescrições normalizadas de modo a e minimizar impactos ao meio ambiente e à saúde pública. São planejados para captar e tratar os gases e líquidos resultantes do processo de decomposição, protegendo o solo, os lençóis freáticos e o ar.

Por outro lado, traçou-se como objetivo geral apreender no objeto de pesquisa as mediações existentes entre as grandes e catastróficas tendências ambientais globalizadas e a política municipal de resíduos sólidos, procurando identificar e compreender a forma com a qual esta política local incorpora ou não o discurso da racionalidade global. A definição deste objetivo assentou-se no entendimento de que “as tendências cíclicas devem ser interpretadas concretamente a partir da articulação das grandes tendências da conjuntura que as individualizam para o conjunto da economia mundial e para cada região, resignificando-as” (SANTOS, 2007, p. 4). Tornou-se fundamental, portanto, investigar a articulação destas grandes tendências no mundo contemporâneo, as forças políticas e sociais a ela articuladas e as formas que adquirem nas diversas regiões do mundo.

Apresentar-se-á adiante o debate teórico, o percurso metodológico e as conclusões alcançadas com o desenvolvimento da pesquisa.

NÚCLEO TEÓRICO E PERCURSO METODOLÓGICO

A contradição do “desenvolvimento sustentável”, conceito fundamentado pela racionalidade mercantil globalizada, consiste na ineficácia de suas medidas enquanto proposta mundial para a atenuação dos níveis de degradação ambiental. Isto ocorre porque sua dinâmica não aborda a produção e consumo com verdadeira sustentabilidade. De acordo com Silva (2010), as diretrizes do desenvolvimento sustentável não conseguem impedir (e inclusive até fomentam) uma produção cada vez maior de produtos obsoletos e seu consumo desenfreado, levando-nos a cenários catastróficos do ponto de vista socioambiental em diversos lugares do sistema-mundo capitalista. Dentre estes espaços afetados pela economia-mundo capitalista está o município de Ponta Grossa/PR, que já não possui espaço físico adequado para destinar os resíduos que produz.

Contudo, há importantes diferenças teóricas e metodológicas nas produções que apontam para caminhos díspares e, muitas vezes, até mesmo opostos. Na busca por nos apropriarmos de uma leitura crítica desta realidade, deparamo-nos com um conjunto de sistematizações teórico-metodológicas que não davam conta de apreender a problemática ambiental em sua totalidade, “remetendo-a, via de regra, ao orbe das posturas individuais, às ações humanas indiferenciadamente, apartando-as de suas determinações intrínsecas: o sociometabolismo do capital e sua lógica destrutiva” (SILVA, 2010, p. 26).

O núcleo teórico-metodológico desta pesquisa foi construído a partir das proposições da teoria sistema-mundo, desenvolvida através das contribuições de seus principais adeptos, como o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, seu proponente, o economista político italiano Giovanni Arrighi, e os pensadores brasileiros Theotonio dos Santos e Carlos Walter Porto Gonçalves, que, sem abandonarem a teoria crítica o método dialético de Marx e suas clássicas categorias como mediação, contradição, totalidade e história, promovem a reconstrução de algumas destas e se apropriam de novas para formar o núcleo central de sua abordagem. A teoria em que se sustentou a pesquisa vem sendo largamente utilizada pelos cientistas e, por isto, fazem com que ela se constitua como um novo “movimento do saber” (WALLERSTEIN, 2012), consolidado e dotado

de legitimidade acadêmica. Ademais, a teoria sistema-mundo também já vem sendo utilizada para profundas análises socioambientais, como as encontradas em Porto Gonçalves (2013) e Leff (2013).

A teoria sistema-mundo nasceu na década de 1970, na clássica obra *The Modern World-System*, publicada originalmente em três volumes (em 1974, 1980 e 1989), nos quais Immanuel Wallerstein (2012) propõe uma análise das relações/interações sociais, culturais, políticas e econômicas a partir de uma nova unidade geográfica, delineada não por todo mundo, mas “pelo mundo”: Estados nacionais que compõe a economia-mundo capitalista a qual, apesar de não ser a única, constitui-se na grande dimensão deste sistema interestatal. Assim, “o sistema-mundo reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas” (ARIENTI; FILOMENO, 2006).

A primeira contribuição de Wallerstein para o estudo na unidade de análise: as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais do sistema-mundo condensados numa unidade geográfica que agora é redefinida para alcançar todos os Estados nacionais inscritos na economia-mundo capitalista, deixando de limitar-se apenas às fronteiras territoriais do Estado-nação. Tal unidade de análise foi imperiosa na medida em que a totalidade das relações sociais, incluídas aí as relações da sociedade com a natureza e suas inúmeras implicações (questão ambiental) tornam-se globalizadas, exigindo uma reconfiguração espacial da totalidade em que se inscreve a análise desta complexa realidade.

Por outro lado, com base nos estudos do químico belga Ilya Prigogine, Wallerstein (2012) extrai a noção de dinâmica “orgânica” do sistema, ou seja, que, de modo geral, todo sistema possui três fases: nascimento, evolução e morte. Por esse motivo, acredita o sociólogo estadunidense que o sistema-mundo capitalista também não escapa desta dinâmica “orgânica” inerente a todo e qualquer sistema, do mais simples até o mais complexo. A segunda contribuição de Wallerstein está na noção de desenvolvimento desigual que orienta a análise histórica (ARIENTI; FILOMENO, 2006): os resultados sociais, econômicos e ambientais díspares nas relações inter e intra Estados nacionais. Assim, é pela análise da dinâmica histórica do sistema-mundo que se pode compreender o desenvolvimento desigual entre os países centrais, periféricos e semiperiféricos (WALLERSTEIN, 2012).

Por conseguinte, além das diferenças históricas nos níveis de desenvolvimento, essa abordagem nos permite apreender as consequências socioambientais como efeitos desiguais distribuídos pelos territórios que compõe o sistema-mundo, análise essa impossível de ser realizada sob a unidade do Estado nacional de forma isolada e descontextualizada.

Neste sentido, a unidade de análise da teoria sistema-mundo foi uma exigência do objeto que se propôs estudar.

O economista político Giovanni Arrighi (1997), ao complementar a teoria sistema-mundo de Wallerstein, lança sua contribuição com a noção de ciclos sistêmicos de acumulação (ancorada na ideia dos ciclos de Kondratiev, porém aqui com marcante crítica ao sistema-mundo capitalista), que permitiu-nos enxergar dentro de um processo histórico de longa duração (apropriado da noção de *longuedurée* de Fernand Braudel) a forma como o sistema-mundo capitalista consegue se rearticular e ganhar sobrevida, fortalecendo-se ao constituir novas formas de desenvolvimento com alternância do Estado central hegemônico.

Contudo, concordamos com Santos (2007, p.2), que interpreta os ciclos de forma mais ampla que Arrighi:

[...] por ciclos não entendemos forças determinísticas e automáticas que atuam de forma independente da vontade humana. São expressões relacionais de certos padrões sociais dominantes de organização da vida humana e podem ser verificados no desenvolvimento do capitalismo. Não devemos qualificar estas tendências e ciclos como econômicos, mas sim como sociais, no sentido de que abarcam o amplo espectro da vida econômica, política, social e ideológica das sociedades.

O desenvolvimento, portanto, mostra-se como a chave para reprodução da economia-mundo capitalista e, em última análise, do próprio sistema-mundo moderno proposto por Wallerstein, com implicações políticas, sociais, ideológicas e, sobretudo, ambientais, pois é por meio da produção de descartáveis e da obsolescência programada das mercadorias que o sistema consegue impor seus níveis de desenvolvimento e expansão.

Em busca de maior lucratividade, o capitalismo revela sua essência crescentemente destrutiva e perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução: a crescente obsolescência programada, o desperdício no trato dos recursos naturais e sociais – condições essenciais para a expansão da produção e do consumo – confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude dos recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, a própria existência humana no planeta (SILVA, 2010, p. 27).

Consequentemente, entende-se que é por meio da renovação nos e dos processos de desenvolvimento que o sistema logra êxito em se manter vivo. Encontrar novas formas de desenvolvimento implica ao sistema-mundo o adiamento de seu fim, ou seja, o revigoramento ao invés da morte, no momento da chamada de “bifurcação” de Wallerstein (2012). A “bifurcação” constitui-se, então, no momento histórico em que o sistema-mundo capitalista pode estar e onde dois caminhos lhe são possíveis: a “morte” ou a reinvenção, esta última tendo sempre como pressupostos novas formas e capacidades de reprodução de seu princípio básico, que é a acumulação sistemática de capital.

A opção pela análise do sistema-mundo capitalista (e não por outro) se dá em razão das economias brasileira e pontagrossense estarem inseridas neste sistema. Entendemos que a própria problemática dos resíduos sólidos no município de Ponta Grossa/PR somente existe enquanto problemática em razão da cidade estar inserida neste sistema-mundo, ou seja, o problema somente existe enquanto tal porque decorre diretamente deste *modus vivendi* socioeconômico e histórico, que é o capitalismo.

Compreendemos, assim, que a crise do desenvolvimento clássico, a partir do final da década de 1970, forjou a criação de um novo modelo desenvolvimentista, adjetivado de “sustentável”, o qual manteria agora novas relações com a natureza, sociedade, empresas e o próprio Estado. Conforme assinala Silva (2010), o apelo que exerce o termo desenvolvimento sustentável sinaliza uma dinâmica de enfrentamento da questão ambiental balizada pela formação de um acordo internacional, mas com o objetivo de orientar ações em nível local e nacional e segue uma tendência do debate sobre desenvolvimento marcado pela crise do desenvolvimentismo, pelo avanço do pensamento

neoliberal e pelo determinismo das políticas de ajuste econômico, ou seja, um acordo que opera “de cima para baixo” e que vem sendo renovado e celebrado de tempos em tempos, a exemplo das Conferências das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD: Estocolmo, em 1972; Eco-92, celebrada na cidade de Rio de Janeiro; Rio+10, em Joanesburgo, África do Sul, no ano de 2002; e a Rio+20, realizada novamente na cidade de Rio de Janeiro, no ano de 2012.

Apreendemos o agravamento da problemática dos resíduos sólidos no município de Ponta Grossa/PR como uma consequência do modo de produção e consumo instituídos pelo desenvolvimento sustentável, visto como um novo ciclo sistêmico de acumulação da economia-mundo capitalista (agora “pintado de verde”), que forma a principal dimensão do sistema-mundo e que o mantém “vivo” e revigorado, comprometendo as diversas formas de vida existentes no planeta, que vai além do próprio sistema-mundo, uma vez que comporta também os Estados nacionais que não participam da economia-mundo capitalista. É nesta tensão, portanto, que reside o núcleo central de nossas preocupações.

Ao nos mobilizarmos para desvelar as teias que compõe esta problemática, deparamo-nos com o fato de que o desenvolvimento sustentável e a dinâmica da economia-mundo capitalista na temática ambiental têm fomentado ou influenciado, de alguma forma, a política ambiental municipal de resíduos sólidos, o que levou-nos a perguntar: em que medida a problemática, expressa na política municipal de resíduos sólidos, relaciona-se com as grandes tendências ambientais empreendidas pela racionalidade mercantil globalizada da economia-mundo capitalista? Quais são as mediações presentes nesta interação e de que forma a política municipal incorpora ou não o discurso da racionalidade econômica do desenvolvimento sustentável?

Foram essas questões centrais que nortearam a pesquisa. Para tanto, fomos identificando na teoria e na própria realidade, em movimento, as categorias que oferecem os fundamentos analíticos do objeto. O tratamento da bibliografia disponível sobre a temática central do estudo, particularmente aquela que aborda a relação sociedade-natureza e as formas sociais históricas de desenvolvimento do capitalismo permitiu-nos uma apropriação do objeto a partir de suas mediações fundamentais.

Extraídas do complexo categorial da teoria sistema-mundo, as categorias “unidade geográfica” e “ciclos sistêmicos de acumulação” nos possibilitaram analisar a natureza do desenvolvimento histórico do capitalismo e sua expansão, baseada em múltiplo repertório, até chegarmos ao ciclo do desenvolvimento sustentável. Estas categorias foram decisivas para a apreensão da questão ambiental e, em especial, da problemática dos resíduos sólidos como resultado da acentuação das contradições entre o desenvolvimento sustentável, por um lado, e produção de resíduos como nunca antes visto, de outro.

O estudo da categoria “unidade geográfica” forneceu o suporte para o entendimento da base espacial material onde ocorre a divisão qualitativa e quantitativa desigual do trabalho e da produção no mundo capitalista; por conseguinte, também fornece o suporte para a compreensão da base material onde são produzidos e divididos os resíduos oriundos deste trabalho e consumo, trazendo efeitos socioambientais distintos entre regiões da economia-mundo capitalista.

A aproximação da categoria ciclos sistêmicos de acumulação nos permitiu identificar mais um mecanismo de revigoramento da economia-mundo capitalista, pois enxergamos o desenvolvimento sustentável como alternativa à morte do sistema-mundo, no momento da chamada “bifurcação” de Wallerstein (2012).

Esta apreensão possibilitou localizar as determinações da produção de resíduos sólidos e as contradições inerentes ao próprio discurso do ciclo desenvolvimentista sustentável.

Além destas categorias centrais, oriundas do método da teoria sistema-mundo, incorporaram-se ao processo de análise do objeto um conjunto de outras contribuições, extraídas do método dialético, como as categorias metodológicas da contradição e mediação, que se revelam essenciais para a apreensão das relações/interações entre o plano global e local da problemática enfatizada.

Metodologicamente, tratou-se de pesquisa bibliográfica, quanto à parte teórica, e documental, quanto à parte empírica. Entre as principais fontes da pesquisa estavam o relatório final da Conferência Municipal de Resíduos Sólidos, realizada no ano de 2013, e a entrevista semiestruturada dirigida aos órgãos gestores responsáveis pela administração da política e gestão dos resíduos sólidos no município de Ponta Grossa/PR.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2003). A eleição dos órgãos entrevistados se deu com fundamento nas responsabilidades políticas definidas pelo próprio PGIRS/PG (2013, p. 68), o qual lhes conferiu a atribuição de gestão compartilhada dos resíduos sólidos no âmbito do município de Ponta Grossa/PR. Assim, no total, foram entrevistados quatro órgãos, sendo eles: Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Ponta Grossa/PR, Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comdema, Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Ponta Grossa/PR, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa/PR - Diretoria de Vigilância Sanitária. O instrumento de entrevista permitiu a “[...] oportunidade de obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que são relevantes e significativos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 198). Cada órgão selecionado indicou, por meio de seu secretário ou presidente, o sujeito entrevistado.

A aproximação das conferências se deu por meio da participação na Conferência Municipal de Meio Ambiente sobre Resíduos Sólidos, promovida pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Ponta Grossa/PR, em julho de 2013. Nesta oportunidade, foi possível visualizar com maior nitidez o papel das conferências como instrumento para a discussão, elaboração e aprimoramento de políticas públicas para a temática do meio ambiente e em especial para a problemática dos resíduos sólidos. Por outro lado, foi possível verificar também a importância e a dimensão do problema para a região, com aparente preocupação do setor empresarial, do Poder Público e da sociedade civil organizada sem fins lucrativos, representada nesta conferência apenas pela ONG Planeta Azul.

Para a realização do processo de análise, apoiou-se na referência de Minayo (*apud* GOMES, 1998, p. 121), em que “[...] a análise deve superar a descrição do dado, avançar para a interpretação.

Interpretação como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa”.

Esse processo exigiu: a apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa; a organização do conteúdo coletado; a exploração das possibilidades teóricas que o conteúdo apresenta; o estabelecimento de articulações entre os elementos empíricos identificados e o suporte teórico construído. Por fim, a exposição das reflexões de forma a dar conta da explicação das relações internas e externas que o objeto trava. Como finalidade da análise, estabeleceu-se: a) Responder as questões formuladas; b) Ampliar o conhecimento sobre o assunto; e, por fim, c) Reconstruir o objeto de pesquisa e as categorias empregadas, que saíram reconfiguradas após o processo de análise (MUNHOZ, 2006).

A proposta de uma análise interdisciplinar do objeto foi um pressuposto para a problematização em que se fundou a pesquisa, visto não ser possível estudar o objeto e explicá-lo, apelando-se unicamente para dinâmicas disciplinares; o objeto exigiu, portanto, uma síntese de análises sociais, políticas, econômicas, históricas, jurídicas e filosóficas, o que revela toda sua riqueza e complexidade e coloca sua análise e explicação como um grande desafio científico.

RESULTADOS E ANÁLISE

Como finalidade da análise, estabeleceu-se a pretensão de se responder as questões inicialmente formuladas, quais sejam: em que medida a problemática, expressa na política municipal de resíduos sólidos, relaciona-se com as grandes tendências ambientais empreendidas pela racionalidade mercantil globalizada da economia-mundo capitalista? Quais são as mediações presentes nesta interação e de que forma a política municipal incorpora ou não o discurso da racionalidade econômica do desenvolvimento sustentável?

Para responder ao primeiro questionamento, confrontamos as proposições da racionalidade global mercantilizada com a política de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa/PR, a partir de eixos ou categorias de análise que identificam as “macro estratégias” empregadas pela racionalidade mercantil globalizada: 1) Soluções de ajuste econômico, na qual a solução reside na internalização do passivo ambiental; 2) Individualização da solução, por meio do apontamento e hipervalorização da responsabilidade dos indivíduos no trato da problemática ambiental e em especial dos resíduos sólidos, instituída inclusive como requisito para o exercício de uma “cidadania global”; 3) Salvação da ecoeficiência, com soluções pautadas estritamente no uso e aprimoramento de tecnologias; 4) Primazia pela sustentabilidade ambiental, em que identificamos uma prevalência da sustentabilidade ambiental em face da sustentabilidade social e onde há uma preocupação no trato da problemática dos resíduos sólidos que opera realizando um corte na totalidade socioambiental, ou seja, trabalha a questão ambiental olvidando-se da problemática social, de modo que ao tentar resolver um problema, acaba por criar outros, ainda mais complexos.

Neste sentido, pudemos verificar a presença destas grandes tendências ambientais da racionalidade mercantil globalizada na política de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa/PR, que emergiram da seguinte forma:

Entre as soluções apontadas pela política de resíduos de Ponta Grossa/PR relativas às soluções de ajuste econômico, identificamos três mecanismos básicos: 1) Atribuição de valor ao meio ambiente, 2) Atribuição de direitos de propriedade sobre recursos e ecossistemas; 3) Internalização da degradação ambiental nas despesas da atividade econômica. Por meio da instituição do princípio do “poluidor-pagador” (inciso VI do artigo 3º da Lei Municipal nº 11.223/2012), que estabelece àquele que utilizar ou degradar um bem ambiental o dever de pagar por ele, tem-se a presença dos três mecanismos de ajuste econômico de forma emblemático, vejamos: o próprio ente municipal estabelece um preço para a hipótese de degradação ambiental, ou seja, o meio ambiente e a biodiversidade possuem um preço nesta lógica (e não um valor); num segundo momento, aqueles que possuem recursos financeiros suficientes para pagar o preço cobrado pelos recursos ambientais passam a ter sobre esses o direito de domínio (propriedade); por fim, o preço pago por uma determinada empresa volta a ser cobrado dos consumidores finais de seus produtos e/ou serviços.

Também emergiram na política municipal soluções individualizadas, voltadas para a “educação ambiental” e para a necessidade de “estimular a adoção cultural de hábitos, costumes e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente” (inciso III do artigo 3º e inciso III do artigo 4º da Lei Municipal nº 11.223/2012, respectivamente).

Há, portanto, uma clara e injusta distribuição das responsabilidades para com o trato da natureza, em que a responsabilidade individual e educação ambiental dos sujeitos são exacerbadamente elevados a elementos imprescindíveis na melhoria das condições ambientais, como se a soma de todas as partes fizesse o todo, enquanto que se olvida do meio ambiente como totalidade que envolve não apenas pessoas, mas também empresas, Estados e organismos multilaterais, com responsabilidades que devem ser sopesadas e devidamente imputadas.

Algumas políticas públicas municipais de gestão, proteção, manutenção e recuperação do meio ambiente passaram a buscar a incorporação de soluções ecoeficientes em seus objetos, como as que identificamos: o objetivo de se construir um Complexo Eco-Ambiental para tratamento dos resíduos domésticos e industriais e também para a geração de energia, com várias tecnologias destinadas a tratar os resíduos, de forma a não gerar rejeitos; autoclavagem para manejo dos resíduos dos serviços de saúde; a usina de beneficiamento de resíduos da construção civil, que utiliza tecnologias para produzir subprodutos a partir dos resíduos desta espécie. Destacamos os aspectos negativos da dependência das inovações para a solução do problema dos resíduos sólidos, uma vez que as tecnologias necessitam de um tempo para serem desenvolvidas e esse tempo não acompanha o tempo em que os processos de devastação da natureza ocorrem, sendo que alguns deles, aliás, são irreversíveis.

Alier (2012, p. 43) explica outros riscos:

[...] tal otimismo (do “credo da ecoeficiência”) não pode eliminar nem dissimular as realidades decorrentes de uma maior exploração de recursos em territórios ambientalmente frágeis, simultaneamente a maiores fluxos físicos de matéria e energia entre Sul e o Norte [...]. Ainda que aceitemos o argumento de que as economias ricas contam com os meios financeiros para corrigir danos ambientais reversíveis, além de possuírem a capacidade de introduzir novas tecnologias de produção que favoreçam a proteção do meio ambiente, pode também ser que tais pontos de inflexão quantos às tendências ambientais negativas surjam unicamente quando muitos danos

já tenham se acumulado ou quando o ponto de não retorno tenha sido ultrapassado de modo irreversível. Em outras palavras: “tarde demais para ser verde”.

Ou seja, não se pode crer na salvação da ecoeficiência quando há processos de degradação ambiental que são irreversíveis do ponto de vista técnico, já que:

[...] os estudos mais recentes vêm apontando que os níveis de depredação do planeta seguem se aprofundando, apesar dos avanços obtidos com a introdução de processos de produção menos dispendiosos de recursos naturais e de técnicas de controle de poluentes mais eficazes, entre outros. As interpretações para este aparente paradoxo – os crescentes investimentos em gestão ambiental e os avanços da degradação do meio ambiente – vão desde a culpabilização das tecnologias consideradas sujas à crítica ao consumo exacerbado, especialmente dos segmentos mais abastados da sociedade, diante do esgotamento dos recursos naturais e do aumento dos resíduos. A crítica ao produtivismo e ao consumismo faz-se presente no discurso ambientalista e tem sido responsável, em larga medida, pela tomada de consciência de amplos segmentos da sociedade quanto aos riscos à reprodução da vida no planeta (SILVA, 2010, p. 233).

E, por fim, verificou-se a precariedade das soluções dirigidas para a sustentabilidade social, pois os marcos legais objetos de nossa análise não se preocuparam com a interface social presente na questão, como a assistência social aos sujeitos envolvidos na dinâmica da política de resíduos sólidos e definições específicas sobre seus regimes e condições de trabalho. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ponta Grossa/PR, não há uma política de melhoria salarial e de fiscalização das condições de segurança no trabalho das pessoas que laboram nas associações e cooperativas, o que reforça a ideia de a racionalidade mercantil globalizada ignorar, na realidade analisada, as implicações sociais de sua proposta.

Detona-se, portanto, que a questão social subjacente aos novos mecanismos de sustentabilidade ambiental, contraditoriamente, vem sendo considerada externalidade ao processo produtivo, omitida pela racionalidade mercantil globalizada, que opera uma sustentabilidade ambiental a partir de uma insustentabilidade social, à medida que afeta de forma diferenciada as classes sociais. O discurso do desenvolvimento sustentável oculta o fato de o capitalismo promover a sustentabilidade ambiental à custa da sustentabilidade social e a sustentabilidade socioambiental dos Estados nacionais centrais à custa das demais regiões do sistema-mundo moderno-colonial.

Essas “macrosoluções” não têm representado, na realidade analisada, a diminuição da degradação ambiental no município de Ponta Grossa/PR, já que de acordo com o próprio PGIRS/PR, a tendência é justamente o contrário, com previsão de aumento na geração de resíduos domésticos nos próximos anos. A realidade pontagrossense dos resíduos sólidos não deixa qualquer margem de dúvidas quanto à incapacidade da racionalidade globalizada em resolver as contradições gestadas por ela mesma.

Isto nos levou a concluir que as soluções apontadas pelo município de Ponta Grossa/PR em relação ao problema dos resíduos sólidos são de matriz mercantilista, buscadas no âmbito das proposições da racionalidade mercantil globalizada e de sua economia “verde”, ratificando nosso pensamento, no sentido de estarmos aprisionados a uma forma de pensar e de se relacionar com

a natureza que, além de não ser nossa, não nos tem servido diante do agravamento do problema dos resíduos no município de Ponta Grossa/PR.

Temos, claramente, na política municipal de resíduos sólidos, um desajuste imenso entre problemas e soluções, assim como na racionalidade mercantil globalizada.

Por outro lado, para responder à segunda questão formulada, identificamos na estreita relação entre as Conferências das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento (principalmente na “Eco-92”, da qual resultou a Agenda 21) e a PNRS as mediações presentes entre a racionalidade mercantil globalizada e a política municipal pontagrossense.

A agenda internacional foi paulatinamente penetrando nas agendas políticas dos Estados-membros do sistema-mundo capitalista e, posteriormente, nas agendas políticas dos demais entes da federação, dentre eles o município de Ponta Grossa/PR.

Essa penetração da agenda internacional ambiental e, sobretudo econômica, na agenda política de Ponta Grossa/PR faz emergir também o capitalismo real presente nesta fração territorial político-administrativa do sistema-mundo. O município de Ponta Grossa/PR deseja desenvolvimento a qualquer custo, não impõe limites ou fiscaliza os efeitos socioambientais da produção que ocorre em seu território, excetuando-se algumas ações mitigatórias. Assim como o Brasil (Estado semiperiférico), Ponta Grossa/PR almeja crescimento econômico e ao ter chegado na “bifurcação”, também optou por aplicar o desenvolvimento sustentável e adiar a morte do desenvolvimento clássico, ciclo econômico que já havia se esgotado. Entretanto, em razão dos municípios não terem políticas monetárias e cambiais é que enxergamos nas políticas nacionais (econômicas e ambientais) as mediações entre as proposições do desenvolvimento sustentável globalizado e teórico e o desenvolvimento sustentável realmente existente no município de Ponta Grossa/PR.

CONCLUSÃO

Chamou-nos a atenção, sobretudo, o fato da política de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa/PR não conseguir, na prática, dar conta sequer de atender os preceitos do desenvolvimento sustentável, consistentes em viabilizar medidas de redução de danos à natureza: prova disto é a inexistência de um aterro sanitário no município e a instalação de um aterro controlado em Área de Preservação Ambiental, bem como a não instituição da coleta seletiva porta-a-porta, políticas básicas de redução de danos.

Ou seja, em última análise, a política do município está aquém daquilo que, na nossa ótica, não viabiliza a sustentabilidade socioambiental mesmo se efetivado na sua integralidade. Na contradição das soluções de ajuste econômico e no avanço técnico na área ambiental pôde-se verificar como, na realidade, a ideia de desenvolvimento sustentável (ou sustentado) surge como um conceito que apenas reinventa o crescimento econômico e aprofunda as desigualdades sociais e ambientais, ou seja, trata-se de novo ciclo sistêmico de acumulação que adia o momento da morte do sistema-mundo capitalista no momento da “bifurcação” de Wallerstein (2012).

A partir disto, então, pudemos compreender o modo como a racionalidade mercantil penetrou nas agendas públicas dos Estados nacionais e culminou na própria formação das políticas

ambientais dos diversos países que compõe a unidade geográfica do sistema-mundo capitalista (dentre eles o Brasil), passando seu conteúdo das conferências internacionais aos textos constitucionais e legislação infraconstitucional de forma quase que acrítica, consubstanciando-se em modelo político e público de ação para todos os países desta unidade geográfica a partir de um diagnóstico do problema e da propositura de soluções por parte de apenas um segmento: as grandes corporações empresariais.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Disponível em: <<http://zip.net/bwnxrB>>. Acesso em: 10/05/2014.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade**. Disponível em: <<http://zip.net/bbnxNL>>. Acesso em: 20/01/2014.

PONTA GROSSA. Decreto nº 9.015, de 23 de julho de 2014. **Aprova o plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Ponta Grossa**. Ponta Grossa/PR, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência e a descoberta do sistema mundo**. Disponível em: <<http://zip.net/bsnTtM>>. Acesso em: 12/05/2014.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Duke University Press Books, 2012.

Desvelando conceitos do programa segundo tempo

Diego Petyk de Sousa
Alfredo Cesar Antunes

INTRODUÇÃO

Esse estudo é parte da dissertação intitulada “O Programa Segundo Tempo: entre documentos e discursos: o caso dos profissionais de Ponta Grossa – Paraná”. Desta forma, o texto objetiva identificar os conceitos de cidadania e democracia nos documentos do Programa Segundo Tempo. Esse programa é uma ação do Ministério do Esporte, executada por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), sendo lançado no ano de 2003, tendo como objetivo “[...] democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens” (BRASIL, 2011, p.10).

Assim, os significados dos conceitos de democracia e cidadania, presentes dos documentos norteadores e no discurso dos sujeitos que executam as ações de implementação no dia-a-dia ganham relevância para compreender e analisar as políticas públicas com o foco em garantir a democratização do esporte e a cidadania dos seus beneficiários. Segundo Duriguetto (2007), os conceitos de democracia e cidadania atualmente têm seus significados esvaziados, existindo diferentes usos e apropriação, o que reforça a necessidade e a importância de rediscuti-los.

Tais contradições sobre as categorias teóricas de Cidadania e Democracia levantam a necessidade de indagação sobre as suas significações presentes nos documentos oficiais de orientações do PST e no discurso dos profissionais. Diante dessas considerações, esse trabalho tem como pergunta norteadora: Como são apresentados os conceitos de Cidadania e Democracia nos documentos do Programa Segundo Tempo?

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE DEMOCRACIA E CIDADANIA

O debate sobre democracia participativa limita-se a exposição das concepções de democracia participativa que surgiram ao longo da década de 60 do século XX. Duriguetto (2007, p.124) coloca que as concepções de democracia participativa “[...] defendem a necessidade de uma participação mais efetiva dos sujeitos sociais nas diferentes instâncias políticas de discussão dos assuntos públicos”.

A concepção de democracia participativa propõe uma possibilidade de maior participação do cidadão nas decisões governamentais, deste modo, ele passa a atuar como sujeito no processo histórico. Nesse sentido, Duriguetto (2007, p.125) destaca que “[...] a prática da participação é visualizada como elemento para o desenvolvimento dos indivíduos e para a tomada de consciência dos seus interesses”.

Held (1987) destaca com base em Pateman (1992), que a democracia participativa engendra o desenvolvimento humano, aumenta o senso de eficácia política, reduz as distâncias dos centros de poder, centra-se a sua preocupação com os problemas coletivos e contribui com a formação de um corpo de cidadãos ativos. Pateman (1992, p. 46) ressalta a importância em desenvolver práticas de participação em nível local:

Em outras palavras, para que os indivíduos em um grande Estado sejam capazes de participar efetivamente do governo da ‘grande sociedade’, as qualidades necessárias subjacentes a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local.

Duriguetto (2007) destaca que Macpherson (1978) não centra a sua discussão em como a democracia participativa deve atuar, mas sim os principais obstáculos para atingi-la. Assim, a desigualdade social é um forte obstáculo para a participação das pessoas. Portanto, a desigualdade socioeconômica é um fato que inviabiliza a participação ativa da parcela da população por falta de recursos e oportunidades.

Contudo, não pode-se perder de vista a contribuição de Macpherson (1978) sobre os obstáculos da participação. Com isso, é necessário oportunizar e criar condições de igualdades para que a verdadeira participação democrática possa existir.

Os defensores da democracia participativa, para Duriguetto (2007, p.125), acreditam que o processo de participação “[...] colocado em prática, despertaria nos indivíduos maiores graus de interesse e compromisso com os problemas coletivos e com os assuntos governamentais”. Assim, a participação é entendida “[...] como um elemento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e para a tomada de consciência dos seus interesses”.

Pinsky (2013, p. 9) destaca que “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e espaço”. Com isso, o significado de ser cidadão depende do contexto histórico vivido. Portanto, pode-se conviver com diferentes tipos de cidadania em um mesmo período histórico. Pois, ser cidadão no Brasil é diferente de ser cidadão nos Estados Unidos, na França ou no Japão.

Em notas gerais, ser cidadão significa:

Ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2013, p.9).

Na definição de Pinsky (2013) pode-se perceber a cidadania composta por três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais. Tal divisão remete-se ao pensamento do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall.

Marshall (1967) desenvolveu a distinção entre as dimensões da cidadania, baseado no contexto inglês. Primeiro vieram os direitos civis no século XVIII, posteriormente os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX, em uma sequência cronológica e lógica. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos.

Porém, Carvalho (2011) mostra que esse processo cronológico e lógico descrito por Marshall (1967) no caso brasileiro não pode ser identificado, pois sofre duas diferenças importantes:

A primeira refere-se à maior ênfase à em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania (CARVALHO, 2011, p.12).

No Brasil, primeiramente vieram os direitos sociais, posteriormente os direitos políticos e os direitos civis. Portanto, Carvalho (2011, p. 221), salienta que “[...] seria tolo achar que só há um caminho para a cidadania. Mas é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetam o tipo de cidadão, e, portanto, de democracia, que se gera”.

O processo de inversão colocado por Carvalho (2011) teve as suas consequências. Uma delas foi à excessiva valorização do Poder Executivo. Essa cultura é orientada mais para o papel do Estado na resolução de problemas. Em equivalência acontece a desvalorização do Poder Legislativo. Conforme Carvalho (2011, p. 222), “a contrapartida da valorização do Executivo é a desvalorização do Legislativo e de seus titulares, deputados e senadores”. Assim, essas consequências da inversão resultam no favorecimento e fortalecimento do corporativismo.

Para Covre (2005, p.10), cidadania está ligada com a necessidade da construção de práticas reivindicatórias:

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor.

Covre (2005) ressalta a necessidade da compreensão de que a cidadania não pode ser tratada somente com o intuito de receber direitos. Mas também que as pessoas sejam elas próprias autoras na construção dos seus direitos. Para discutir cidadania, Coutinho (2000, p. 50) coloca a necessidade de uma profunda articulação entre cidadania e democracia. Assim, cidadania é entendida:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as suas potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Portanto, cidadania é um processo histórico, que é resultado das conquistas em determinada época. Assim, Coutinho (2000, p.51) colabora para o entendimento do processo de conquista de cidadania:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração.

Finalizando, cidadania é um processo de construção histórica. Variável no tempo e espaço. A grande ênfase para a conquista da cidadania está na capacidade dos indivíduos em construir práticas reivindicatórias por seus direitos.

Em seguida, será apresentada a pesquisa documental sobre o Programa Segundo Tempo e as condições ao longo da história que possibilitaram a implementação e execução como política pública.

METODOLOGIA

A análise de conteúdo esteve presente desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os antigos escritos, como as tentativas de interpretar os livros sagrados. Entretanto, a análise de conteúdo apenas na década de 20 do século XX foi sistematizada como método, devido aos estudos de Lesswell sobre a propaganda empregada na primeira guerra mundial, adquirindo, dessa forma, o caráter de método de investigação (TRIVINOS, 1987). Para Bardin (2011), a análise de conteúdo de mensagens deveria ser aplicável a todas as formas de comunicações.

Bardin (2011) organiza a análise de conteúdo em três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira fase é estabelecido um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. A segunda fase consiste no cumprimento das decisões tomadas anteriormente e, finalmente, na terceira etapa o pesquisador, apoiado nos resultados brutos, procura torná-los significativos e válidos.

A organização da análise de conteúdo para Bardin (2011) está dividida em diferentes fases. Essas fases então organizadas em três polos cronológicos: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Seguindo a sequência de Bardin (2011), surge a necessidade de um primeiro contato com os documentos. Esse momento é denominado de leitura flutuante. No caso desse estudo, a leitura flutuante iniciou-se com as Diretrizes do Programa Segundo Tempo (2011), após esse primeiro contato foi possível identificar os principais conceitos e objetivos do PST. Foi identificado que somente as diretrizes do PST (2011) não seriam material suficiente para a análise pretendida pelos objetivos da pesquisa. Pois, as diretrizes são uma forma sintética de apresentação do PST. Mas, por meio de sua leitura, foi possível identificar outros documentos que fundamentam a elaboração teórica e pedagógica do PST. São eles dois livros: Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática (2009) e Fundamentos Pedagógicos para o programa segundo tempo

(2008). Posteriormente, a leitura flutuante dos outros documentos encontrados por meio da leitura das diretrizes do PST (2011), foi possível identificar os documentos e textos a serem escolhidos.

Assim, para a construção do corpus que Bardin (2011, p.126) entende como “[...] o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”, foi necessário recorrer ao uso de regras de seleção. Uma vez que os livros do PST de 2008 e 2009 são divididos em textos com temas diversos e de diferentes autores. O livro de 2008 é composto por 18 textos. O livro de 2009 é composto por nove textos.

Portanto, foram usadas as regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência de Bardin (2011). Com a regra de exaustividade procurou-se não deixar de fora qualquer dos elementos que pudessem implicar em prejuízo da análise. Desse modo, incorporado no corpus, todos os textos dos livros do PST de 2008 e 2009, assim como as suas diretrizes 2011.

Outra regra na escolha foi a da representatividade, que para Bardin (2011, p.127) “[...] a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso preste. A amostragem diz-se rigorosa se a mostra for uma parte representativa do universo inicial”. A leitura flutuante mostrou ser mais que suficiente o uso das diretrizes do PST (2011) e os cinco textos, apresentados no **Quadro 01**.

Quadro 01 - Textos para o corpus de análise.

Livro: Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo (2008)	Livro: Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo (2009)
• Texto1: Programa Segundo Tempo – Introdução. • Texto 2: Gestão de projetos esportivos sociais	• Texto 3: Apresentação. • Texto 4: Fundamentos do Programa Segundo Tempo. • Texto 5: Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo

Fonte: o autor.

A próxima regra observada na escolha dos documentos foi a da homogeneidade. Para Bardin (2011) a regra da homogeneidade deve estabelecer critérios precisos, objetivando que os documentos retidos sejam homogêneos. Neste aspecto, os textos selecionados e apresentados no **Quadro 01**, correspondem e apresentam-se como textos adequados com os objetivos da pesquisa e por apresentarem os principais fundamentos do PST. Consequentemente, estão de acordo com a regra de pertinência, que Bardin (2011, p. 128) entende a necessidade dos “[...] documentos retidos devem ser adequados enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise”.

Após a escolha dos documentos, o próximo passo foi a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Desse modo, para Bardin (2011) os textos são manifestações de índices. O índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Para esse trabalho foi adotado como índices as palavras e expressões vinculadas aos conceitos de cidadania e democracia.

Seguindo a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a exploração do material juntamente com o tratamento dos dados consiste numa codificação e categorização desse material. A codificação é a transformação sistêmica dos dados brutos em unidades, por meio de recorte,

agregação e enumeração, com o objetivo de chegar a uma descrição exata do conteúdo que esclareça sobre as características do texto. A unidade de registro é a unidade de significado a ser codificado, ou seja, o segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base, visando à categorização. Como unidade pode-se utilizar a palavra, o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento ou o documento, de acordo com o material a ser analisado e o objeto de análise.

Para esse trabalho foi utilizado como unidade de registro (UR) o tema. Para Franco (2005, p. 44), é considerado como a mais útil forma de unidade de registro em análise de conteúdo. Sendo entendido como:

O tema é uma asserção sobre determinado assunto. Pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto delas ou um parágrafo. Uma questão temática incorpora, com maior ou menor intensidade, o aspecto pessoal atribuído pelo respondente acerca do significado de uma palavra e /ou sobre as conotações atribuídas a um conceito.

Com base ainda em Bardin (2011, p.147) define-se categorização como sendo “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

As categorias reúnem um grupo de unidades de registro sob um título genérico, a partir dos conteúdos e sentidos das unidades definiram-se os títulos das categorias fazendo uma classificação analógica e progressiva das unidades.

Para explorar os dados foi necessário elaborar um quadro de categorias a partir da questão norteadora da pesquisa. Portanto, nesse trabalho o critério de categorização foi o léxico. Pois, conforme Bardin (2011, p.147) é entendido como “classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos”. Assim, as categorias são: a) Expressões vinculadas à cidadania; b) Expressões vinculadas à democracia.

Por meio desta categorização foi possível eleger uma série de subcategorias (para cada categoria). A partir destas subcategorias os resultados serão discutidos e analisados.

RESULTADOS

Para a análise de conteúdo inicia-se com o livro ‘Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo’, lançado no ano de 2008. O livro foi organizado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira de Oliveira e Gianna Lepre Perim, composto por nove textos de fundamentos teóricos para o PST e sete anexos com atividades práticas para auxiliar os profissionais que atuam no PST.

A coletânea de textos é direcionada para o 1º ciclo nacional de capacitação dos coordenadores de núcleo. A elaboração desse material didático é de responsabilidade do Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

Na descrição dos textos 01 e 02, na categoria “expressões vinculadas à cidadania”, foi possível identificar quadro subcategorias: a) Finalidades; b) Esporte; c) Intersetorial; d) Direitos.

Desse modo, identifica-se na subcategoria ‘direitos’ a necessidade do entendimento do esporte e o lazer como um direito social de todos os cidadãos. Assim, surge a conexão com as

subcategorias esporte e finalidades. Portanto, o esporte é entendido como um meio de formação para cidadania de crianças e adolescentes. Para que esse processo de formação de cidadania seja concretizado, existe a necessidade do entendimento do conceito de esporte educacional. Dessa forma, a prática pedagógica embasada no esporte educacional deve contribuir no processo de construção da cidadania. O documento ainda revela que é fundamental a implementação de políticas intersetoriais, visando às possibilidades de ampliação de espaços que viabilizem a formação para a cidadania.

Na categoria expressões vinculadas à democracia, foi possível identificar duas subcategorias: a) Exclusão Social; b) Finalidades.

Primeiramente, os conteúdos dos textos expressam a preocupação com a condição social dos beneficiários do PST. Assim, crianças e adolescentes são excluídos socialmente por não ter acesso a determinados bens econômicos, sociais e culturais. Portanto, a questão central é o acesso à cultura esportiva como meio de sanar determinadas condições de risco social, ao qual, crianças e adolescentes são expostos. Desse modo, o acesso ao esporte via PST, é entendido com um processo de ampliação e democratização do esporte. Igualmente, o acesso ao esporte é referido como forma de inclusão social e ocupação do tempo ocioso.

O livro ‘Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática’ foi lançado no ano de 2009 pela Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem). O livro está organizado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira e Gianna Lepre Perim, com nove textos ao longo de 301 páginas.

As temáticas dos textos para a fundamentação teórica e prática do PST são: a) Apresentação do PST; b) Fundamentos do PST; c) Lazer; d) Gênero e sexualidade; e) Ensino e aprendizagem motora; f) Deficiências; g) Organização; h) Procedimentos metodológicos; i) Planejamento. Respeitando as regras de seleção de textos para a análise de conteúdo de Bardin (2011), três textos no livro do PST (2009) foram selecionados.

Na descrição da categoria “expressões vinculadas à cidadania” foram identificadas três subcategorias, sendo elas: a) Formação; b) Direito; c) Finalidades. Na subcategoria formação pode-se identificar a vinculação do esporte como um meio para a formação da cidadania de crianças e adolescentes. O conceito de esporte educacional é apresentado como o instrumento adequado para a formação integral e desenvolvimento de valores. Desse modo, as práticas esportivas, por meio do PST, possibilitam experiências de formação humana e formação de cidadania.

Na subcategoria direito, é expresso o entendimento do esporte e o lazer como direitos do cidadão, como alusão ao artigo nº 217 da constituição Federal de 1988. Sobre as finalidades o PST é entendido como fator de formação de cidadania para os seus beneficiários que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Na categoria “expressões vinculadas à democracia”, foram identificadas quatro subcategorias: a) Responsabilidade; b) Finalidades; c) Articulação; d) Formação. Assim, na subcategoria responsabilidade é apresentada a responsabilização do Estado como instituição que deve garantir o acesso ao esporte e lazer à população brasileira. Demonstra-se a necessidade de entender o esporte como uma política de Estado. Ainda, é evidenciada a contradição entre as políticas públicas

focalizadas e as de caráter universal. O PST, como política pública esportiva tem como meta o atendimento focalizado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Na subcategoria finalidades, o PST é apresentado como ação do governo federal que visa à democratização e acesso ao esporte para crianças e adolescentes. Porém, o caráter de focalização é expresso em detrimento da universalização. Como política pública esportiva e de caráter focalizado, o PST objetiva que por meio de sua prática pedagógica de acesso a crianças e adolescentes encontrados no quadro de vulnerabilidade social possa contribuir para a reversão da sua situação como vulnerável. Já no que diz ao respeito à participação de crianças e adolescentes nas práticas esportivas, o PST prima por ações pedagógicas que contribua para a participação de todos os seus alunos, evitando a exclusão de gênero e física. Sobre a subcategoria formação, o esporte é entendido com um elemento de formação humana. Assim, quando refere-se à democratização do esporte, é necessário dar ênfase na dimensão lúdica do esporte em detrimento a sua vertente competitiva. Desse modo, assegurar práticas esportivas que garantam a participação de todos os alunos. É fundamental facilitar a participação, evitando a exclusão por questões físicas e de gênero. Outra questão identificada é a vinculação teórica entre a pedagogia do esporte e democratização da prática esportiva.

Na subcategoria articulação é possível identificar que para a garantia de acesso ao esporte e ampliação do PST. Existe a necessidade de ações em conjunto entre o sistema esportivo e escolar. Ressaltando a necessidade do PST em âmbito escolar e a vinculação com o projeto político pedagógico da escola. Essa articulação entre o sistema esportivo e sistema escolar é um processo em construção que visa ampliar a participação de crianças e adolescentes ao esporte.

Nas diretrizes do PST de 2011, pode-se analisar a subdivisão da categoria expressões vinculadas à cidadania, em duas subcategorias: a) Formação; b) Esporte.

Desse modo, na subcategoria formação é encontrada a vinculação entre os objetivos do PST e a formação de cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Assim, as ações esportivas do PST contribuem para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, criminalidade e ao trabalho infantil), devido a ocupação do tempo ocioso. Na subcategoria esporte, identifica-se a necessidade da utilização do conceito de esporte educacional como elemento para a formação de cidadania.

Na categoria expressões vinculadas à democracia foi encontrada uma subcategoria: a) Finalidades. A gestão do PST e o acesso ao esporte deve ser garantido pelo Estado. Essa afirmação parte do marco legal da Constituição Federal de 1988, que define o esporte como direito do cidadão e dever do Estado. Ainda na Constituição Federal de 1988 é destacada a necessidade da participação da comunidade na gestão das políticas públicas.

Como Finalidades do PST, o processo de democratização e acesso do esporte às crianças e adolescentes está embasado no conceito de esporte educacional. Ainda, é demonstrada a preocupação com o acesso e participação do público feminino nas práticas esportivas. A participação de crianças e adolescentes no PST deve visar uma prática pedagógica que priorize a diversidade.

Portanto, a lógica central do programa é que, através do direito ao esporte, surgem possibilidades para oportunizar práticas esportivas para crianças e adolescentes antes excluídos da

formação esportiva. Desse modo, há um afastamento da noção de que o programa teria a sua preocupação central em somente tirar crianças e adolescentes da rua, mas sim a busca por garantir o seu direito ao esporte.

CONCLUSÃO

Primeiramente, não se pode encontrar um conceito ou concepção de cidadania e democracia claramente nos documentos do PST, pois não há um campo de debate teórico para discutir a temática. Porém, pode-se constatar implicitamente algumas relações entre concepções de cidadania e democracia e o objetivo do PST. No que se refere ao conceito de cidadania, não há menção ou uma apresentação clara sobre o que é cidadania, em uma perspectiva conceitual. O conceito de cidadania não é problematizado.

Identifica-se como ponto inicial para a criação de programas de acesso às práticas esportivas a institucionalização do esporte na Constituição Federal de 1988 e a criação do Ministério do Esporte em 2003. Por meio do entendimento do esporte e lazer como um direito social é possível fazer uma aproximação entre esporte e construção da cidadania. Conforme Covre (2005, p.66) é preciso do acesso aos bens que compõem os chamados direitos sociais, sendo necessários os direitos políticos para reivindicar o seu acesso e ter os seus direitos. Por outro lado, é fundamental “haver uma educação para a cidadania” para ter consciência, existência e reivindicar os seus direitos.

Portanto, quando os textos do PST fazem referência às expressões “exercício” e “formação para cidadania”, indicam o entendimento do esporte como direito social constitucional e a sua necessidade de disseminar essa visão de mundo para os seus profissionais.

Assim, pode-se evidenciar contradições no discurso oficial do Ministério do Esporte sobre o direito social para todos, por meio, do acesso às práticas esportivas. Tal contradição está no objetivo do PST. O detrimento do acesso universal para o acesso focalizado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Portanto, existe a necessidade de levantar a luta democrática por políticas públicas esportivas de acesso universal para toda população.

A aproximação mais adequada entre democracia e PST está na vinculação com a democracia participativa que apresenta como princípios as possibilidades de criar/oportunizar acesso aos meios de desenvolvimento da coletividade na tomada de decisões e de consciência por meio da participação ativa dos sujeitos sociais. Porém, tal ação de inserção visa uma redução nas desigualdades de oportunidades de formação cultural. Fato que se pode aproximar dos pontos que Macpherson (1978) coloca como obstáculos para a participação.

É fundamental questionar-se sobre a participação de crianças e adolescentes no PST. Somente a participação em atividades esportivas possibilitará o enfrentamento à questão da vulnerabilidade social e da desigualdade social que tais grupos sociais estão expostos? O PST oportuniza meios para ao acesso e participação de crianças e adolescentes, até então excluídas do processo e do conhecimento da cultura corporal esportiva. Ou seja, cumpre o seu papel de acesso/ampliação das práticas esportivas. Por outro lado, o direito social ao esporte e lazer é um dos elementos do

rol dos direitos sociais. Assim, o acesso a esporte não pode ser entendido como a única ferramenta de enfrentamento à desigualdade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Programa Segundo Tempo (2011). **Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério do Esporte, 2011. Acesso em: 20/10/2013, disponível em Ministério do Esporte: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

MACPHESON, C. B. **A Democracia Liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OLIVEIRA, A. A. B, PERIM, G. L. **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

A cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino produzida pelo caderno de esporte do jornal Folha de S.Paulo (1991-2011)

Bruno José Gabriel
Miguel Archanjo de Freitas Jr.
Edina Schimanski

INTRODUÇÃO

O futebol é, indubitavelmente, o esporte que dispõe do maior volume de capital simbólico dentre todos os que estão dispostos na estrutura do campo esportivo brasileiro. Enquanto um fenômeno de elevada significância cultural, esse esporte faz-se presente, cotidianamente, na vida dos 202,7 milhões de habitantes residentes no Brasil (IBGE, 2014) por meio de um sistema de criação e interpretação de símbolos e práticas associadas, que de modo algum está desarticulado de outros aspectos socioculturais (GUEDES, 1982). Essa situação é mais facilmente observada durante a participação da seleção brasileira em uma Copa do Mundo, visto que a rotina laboral e a arquitetura das cidades são significativamente alteradas pelas pessoas. Todas as instituições sociais e os outros subcampos esportivos praticamente param para torcer pela equipe nacional, integrando o verde e o amarelo ao seu *habitus* cotidiano.

Neste momento, o futebol sobrepõe claramente os limites dos gramados mediante as tomadas de posição acerca dele realizadas, dentre as quais também estão as coberturas jornalísticas, capazes de elaborar ou reforçar as realidades desdobradas em afirmações, significados, crenças, mitos, ideias, valores e representações referentes e transcendentais ao subcampo futebolístico. Entretanto, ao observar a quantidade de publicações dos jornais impressos, torna-se evidente o contraste cultural que adquire o futebol quando acrescido do termo “feminino”. O “futebol feminino”, exceto em algumas situações pontuais, como na disputa final do Pan-Americano de 2007, Brasil *versus* Estados Unidos (EUA), assistida por aproximadamente oitenta mil (80.000) torcedores, não dispõe da mesma significância que o masculino. Por conseguinte, acaba obtendo uma baixa visibilidade nesses veículos.

Mesmo assim, Moura (2003) demonstrou que os jornais impressos têm produzido coberturas sobre o futebol feminino desde as décadas iniciais do século XX. O autor também salientou que os seus conteúdos discursivos foram preconceituosos em algumas conjunturas subsequentes, tentando contribuir com o *habitus* individual e social requisitantes do cerceamento ou da adaptação da mulher em relação à prática do futebol.

Diante desta problematização, a presente pesquisa objetiva verificar e analisar quantitativamente e qualitativamente a cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino produzida pelo caderno de esporte do jornal Folha de S.Paulo, entre 1991 e 2011, intentando desvendar se subjacente aos textos das publicações existiu a intencionalidade de criticar a modalidade e as suas jogadoras. A realização deste estudo justifica-se, pois na sociedade brasileira contemporânea os jornais impressos continuam dispondo de uma influência bastante grande na estruturação dos *habitus* individual e social. Nesse contexto, a reverberação de *habitus* sexistas tem dificultado o exercício da “democracia” e da “cidadania” no tocante à inserção e a manutenção das mulheres no futebol e no subcampo futebolístico feminino¹.

METODOLOGIA

Para tanto, optou-se pela utilização dos instrumentos metodológicos da Análise de Conteúdo (AC), pois esta direciona os pesquisadores nas análises dos vários tipos de discursos existentes, dentre eles o jornalístico. Bardin (1977) a definiu como um conjunto de instrumentos metodológicos de análise das comunicações, que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) permissíveis de inferências sobre os conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas. O fator comum destes instrumentos múltiplos e multiplicados é uma hermenêutica controlada, baseada dedução, a inferência.

Nesse sentido, aplicaram-se os instrumentos referentes às diferentes etapas da organização analítica da AC, a qual está estruturada em torno de três polos cronológicos, quais sejam a “pré-análise”, a “exploração do material” e o “tratamento dos resultados, as inferências e as interpretações”.

Durante a “pré-análise”, etapa correspondente a organização propriamente dita do material empírico, foram realizadas as três missões necessárias, não sucedidas obrigatoriamente em uma ordem cronológica: **1.** A escolha dos documentos a serem analisados; **2.** A indicação do(s) objetivo(s) e da(s) hipótese(s) e; **3.** A eleição dos índices e dos indicadores que fundamentaram a análise final.

Ao intentar a verificação e a análise quantitativa e qualitativa da cobertura jornalística acerca da seleção feminina, escolheu-se o dispositivo impresso como o material que seria submetido à análise. Essa ramificação comunicativa foi escolhida, pois mesmo com a emersão de outras, como a televisão, o rádio e a internet, os jornais impressos continuam dispondo de bastante influência na internalização dos fatos nos *habitus* das pessoas. (PONTES; SILVA, 2012).

Dentre os jornais estruturados no campo jornalístico, definiu-se apenas a Folha de S.Paulo como documento empírico por dois motivos interdependentes. O primeiro refere-se ao volume de capital simbólico que ela acumulou nas conjunturas precedentes, resultando na sua disposição entre

¹ Acerca das interfaces existentes entre as categorias “democracia”, “cidadania” e “esporte”. Cf. SOUSA, D. P. de. **O programa Segundo Tempo no Mais Educação entre documentos e discursos: os casos dos profissionais de Ponta Grossa – Paraná.** 2015, 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

os veículos comunicativos mais influentes na sociedade brasileira contemporânea. O Segundo, mas não menos importante, refere-se às particularidades editoriais que distinguem os jornais.

A partir das compreensões e das impressões emergidas durante a leitura flutuante desse periódico em sua totalidade, delimitou-se o *corpus* da pesquisa as matérias (colunas, entrevistas, notas, notícias e reportagens) publicadas no seu caderno de esporte, entre janeiro de 1991 e dezembro de 2011, baliza temporal que corresponde ao período em que a seleção feminina cancelada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) disputou a maioria das edições das principais competições futebolísticas, a Copa do Mundo, organizada pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e os Jogos Olímpicos, organizados pelo Comité International Olympique (COI).

Nesse sentido, a associação entre as compreensões e as impressões provenientes da leitura flutuante, da determinação do *corpus* e da construção de um “estado da arte” das pesquisas que estabeleceram as coberturas produzidas pelo jornalismo impresso acerca da seleção feminina como objeto científico possibilitaram formulação de quatro hipóteses. Vejamos:

1H: Espera-se encontrar uma baixa periodicidade de publicações acerca da seleção feminina;

2H: Espera-se que o maior volume de publicações seja sazonal ao período de ocorrências das principais competições;

3H: Acredita-se que os seus conteúdos discursivos estejam associados a representações do tipo fragilidade feminina, estética corporal (espetacularização e masculinização) em detrimento das relacionadas ao jogo (técnica, tática e resultados);

4H: Acredita-se que subjacente às publicações haja a intenção de descaracterizar o futebol feminino e as suas jogadoras, pois o subcampo da modalidade foi estruturado com valores masculinos.

Terminada as tarefas da “pré-análise”, finalizando a coleta e a transcrição das matérias, foram realizadas as da etapa subsequente, a “exploração do material”. Essas correspondem às operações de codificação, desconto ou enumeração relacionadas às decisões anteriores no tocante ao material empírico. Nesse sentido, definiu-se que as unidades de registro (UR), recortes semânticos que direcionam a categorização, seriam as temáticas centrais emergentes das abordagens das publicações e as unidades de contexto (UC), elementos que referenciam o local de emersão das UR, seriam os corpos das matérias em sua totalidade.

Definidas as UR e as UC, contaram-se as UR emergidas (o que normalmente se conta) utilizando a regra de enumeração “presença (ou ausência)”, a qual expressa a visibilidade e a invisibilidade das temáticas. Diante dessa definição, optou-se pela manutenção das designações nominais dos temas encontrados, adversária(s), competição, família, jogadora(s), múltipla(s),² patrocinador, seleção brasileira, técnico(s), torcedor e transmissão como o título geral das categorias nas quais as UR ficaram agrupadas. Também optou-se pela realização de uma contagem frequencial simples das UC. Por conseguinte, duas ações foram realizadas em subsequência: **1.** Descrições das UC (quantitativo de publicações) e; **2.** Descrições textuais das UC (qualitativo das publicações) referentes às UR agrupadas apenas nas categorias “seleção brasileira” e “jogadoras”, pois essas coadunam com o objetivo proposto nesta

² Consideramos que a temática emergente de uma matéria receberia a designação nominal “múltipla(s)”, quando emergisse dois ou mais temas centrais do mesmo texto.

pesquisa. Estas duas ações possibilitaram efetivar os “tratamentos dos resultados, as inferências e a interpretações”, última etapa metodológica da AC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de apresentar as descrições quantitativas e qualitativas, buscou-se compreender algumas características do campo jornalístico, embasando-se no referencial teórico dos campos de Pierre Bourdieu e seus afins, como Nelson Traquina. Por sua vez, esta teoria coaduna com os pressupostos da AC, visto que ambas externalizam contrariedade à ilusão da transparência dos fatos, a compreensão espontânea dos fenômenos da sociedade, a evidência do saber subjetivo, a intuição em proveito do construído e a sociologia ingênua.

O campo jornalístico, tal como propõem os pressupostos teóricos de Bourdieu (1983), se apresenta a apreensão sincrônica como um espaço estruturado de posições (ou postos) cujas propriedades dependem das suas distintas posições nessa estrutura, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por eles). Assim como os outros campos, o jornalístico extrema-se pelo confronto entre agentes inseridos na estrutura, disputando um objeto, maior média de circulação e/ou influência social, dentre outros existentes, que estão aptos para tal ocorrência e dotados de *habitus* que implique no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes da disputa.

Segundo Bourdieu (1983, p. 94), *habitus* corresponde aos “sistemas de disposições” adquiridas pelas aprendizagens (implícitas ou explícitas) que funcionam como “sistemas de esquemas geradores”, gerando estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido concebidas para este fim. Vale ressaltar que os *habitus* dos ocupantes das posições jornalísticas são estruturados com “generalidades” do campo e com “especificidades” da sua posição neste espaço, como, por exemplo, a ética “requisitada” na produção de qualquer tipo de jornalismo e a conformação deste a uma política editorial.

Mas o que se entende por jornalismo, produto objetivado no campo jornalístico? Traquina (2005, p. 19/20) formulou uma resposta para esta indagação, fragmentando-a em duas partes distintas, entretanto interdependentes. Na primeira, influenciado pelas representações poéticas, designou que o jornalismo representa a vida em todas as suas dimensões. Por conseguinte, numa breve passagem pelas páginas dos jornais é possível identificar a vida cotidiana dividida em cadernos temáticos constituídos pelas notícias que, em última análise, são definidas como tudo o que é importante e/ou significantes. Já na segunda, embasada em ideologias profissionais, afirmou que o jornalismo é a **realidade**. Essa realidade, materializada nos noticiários, aparece sempre em fragmentos complementares, representando a avalanche de acontecimentos publicados pelos jornais sob a tirania do fator tempo.

Traquina (2005) ressaltou outras particularidades, como a cultura vivenciada pelo jornalista e a editoria do veículo no qual ele exerce a sua profissão, as quais também influem na produção do jornalismo. Ou seja, as realidades presentes no jornalismo representam, na verdade, construções particulares, podendo transformar um fato único num acontecimento múltiplo. Alsina (1989)

corroborar com esta proposição, salientando que o *mass media* tornou-se um dos principais instrumentos de construção social da realidade. Segundo o autor, os jornais não se limitam a mediar à realidade para o público, pois atuam sobre ela, direcionando-a ao fim objetivado, realizando ações, omissões, falas e silêncios conscientes ou inconscientes.

Diante desta contextualização, tornou-se necessário apresentar, antes de avançar, uma das definições mais utilizada pelos estudiosos do jornalismo no tocante ao termo realidade. Segundo Berge e Luckmann (2004, p. 13), ela corresponde à qualidade que estrutura os fenômenos que as pessoas reconhecem ter um “ser” independente das suas volições.

Bourdieu (1996) afirmou que o discurso dos agentes sociais (indivíduo ou instituição) dispõe de poder instituidor de realidades e, não obstante, influenciador na possível internalização das suas disposições, quando embasadas no capital simbólico do discursista, as pessoas atribuem credibilidade a ele, autorizando-o na efetivação dos efeitos supracitados. De acordo com Gastaldo (2000), o poder mencionado está localizado, na contemporaneidade, em grande parte, nos discursos produzidos pelo jornalismo.

Nesse sentido, é possível afirmar que o discurso de alguns jornais dispõe capacidade para influenciar na estruturação dos *habitus* individual e social, os quais se encontram subjacentes a percepção (a maneira como uma situação é visualizada), a apropriação (como elas é julgada) e a ação (a conduta adotada em função das experiências armazenadas anteriormente) das pessoas e dos grupos. Por conseguinte, nesta pesquisa, pretende-se verificar e analisar a influência do jornalismo esportivo da Folha de S.Paulo, jornal alocado entre os dominantes do campo jornalístico desde a década de 1980, especificamente na estruturação de um *habitus* brasileiro preconceituoso ou não, referente ao futebol feminino e as mulheres futebolistas.

Desta forma, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos supracitados, e em conformidade com os dados obtidos por meio da literatura nacional sobre as coberturas jornalísticas do futebol feminino, chegou-se a confirmação da primeira hipótese desta pesquisa. A amostra de vinte anos da cobertura esportiva da Folha de S.Paulo mostrou a baixa periodicidade/visibilidade que ela forneceu a seleção feminina, entre janeiro de 1991 e dezembro de 2011, pois foram encontradas 622 matérias, média de 31,1 publicações anuais e 2,59 mensais.

Segundo Kinijnik e Vasconcellos (2003), a pouca periodicidade/visibilidade do futebol feminino nos veículos de comunicação está relacionada à inserção das mulheres num campo considerado como uma exclusividade do gênero masculino. Os autores exemplificam este argumento, ressaltando que mesmo o futebol sendo parte significativa da cultura nacional e as brasileiras sendo uma das principais forças da modalidade, obtendo ótimos resultados nas competições disputadas, elas continuam praticamente invisíveis nos jornais.

Ao tratar da invisibilidade da seleção feminina nos jornais brasileiros, dentre eles a Folha de S.Paulo, Jorge (2015) não problematizou as razões para a manutenção desta condição ao longo das conjunturas históricas, apenas formulou a seguinte indagação: Será que a modalidade obtém pouca periodicidade/visibilidade em função da falta de interesse do público ou será que esse não tem interesse devido à cobertura pífia? Se, conforme afirmou Traquina (2005), os jornais publicam nos seus cadernos temáticos tudo o que é importante e/ou relevante, pode-se inferir que o futebol

feminino ainda não adquiriu estes *status* perante os brasileiros. *Status* que, segundo constatou Reis (2011), pode ser modificado com a conquista de títulos expressivos, como o da Copa do Mundo e o dos Jogos Olímpicos.

Outra constatação, que confirmou a segunda hipótese, refere-se à maior periodicidade/visibilidade da seleção feminina sazonal aos períodos de ocorrência das competições que não foram encaradas como preparação para outras disputas. Das 622 matérias coletadas, 123 (19,77%) foram publicadas antes, 342 (54,98%) durante e 157 (25,24%) depois do término dessas competições. Acerca deste contexto, verificou-se que Martins e Moraes (2007) analisaram as matérias referentes ao futebol feminino publicadas pelos jornais “O Estado de S. Paulo” e “Folha de S. Paulo” nos dois meses antecedentes e durante a ocorrência dos Jogos Olímpicos de Atenas (2004). Nos meses de maio e junho eles efetivaram cinco publicações juntos. Já em agosto houve uma avalanche de matérias, 64 no total, sendo 29 publicadas no jornal “O Estado de S. Paulo” e 34 na “Folha de S. Paulo”. Os autores não analisaram os períodos subsequentes ao término da Olimpíada, pois ao observarem que as abordagens eram, preponderantemente, da seleção feminina na disputa em andamento, hipotetizaram que “encerrada a competição, encerra-se também a atenção dada às mulheres neste esporte” (p. 75).

De fato, entre 1991 e 2011, a “atenção” dada ao futebol feminino depois da ocorrência das competições não foi totalmente encerrada no caderno esportivo da Folha de S. Paulo, mas no transcorrer dos dias havia uma diminuição drástica na quantidade de publicações, sendo retomadas nos períodos em que a equipe iniciava a preparação para as disputas subsequentes. Por conseguinte, infere-se que durante as competições a seleção feminina adquire alguma importância e/ou relevância, ainda que mínima e correlativa a positividade dos resultados, resultando em produções jornalísticas sobre o tema.

Já os conteúdos discursivos das UC referentes às UR alocadas nas categorias “seleção brasileira” e “jogadoras” permitiram constatar que as realidades produzidas pelo caderno de esporte da Folha de S. Paulo infirmaram a terceira hipótese. Antes do início das competições as matérias abordaram, preponderantemente, a dinâmica dos treinos, dos amistosos, dos torneios preparatórios e apresentaram as expectativas do jornal sobre o desempenho futuro da equipe feminina. Observemos o que foi veiculado em novembro de 1991, nos dias que precederam o início da Copa do Mundo, realizada na China: “O Brasil estréia domingo [dia 17] no Mundial. Após dois meses de treinamentos diários, a seleção chega à China na condição de favorita. A partida contra o Japão será disputada na cidade de Foshan, às 19h45 (9h45, horário de Brasília)” (TORRES, 1991, p. 8). Infere-se que o jornal atribuiu essa expectativa a seleção, embasando-se além da conquista invicta do I Sul-Americano, classificatória para o Mundial, no capital simbólico acumulado a partir da década de 1980 pelo Esporte Clube Radar, equipe que cedeu 18 das 16 jogadoras que constituíram o grupo brasileiro.

Com o fim da proibição da prática do futebol feminino pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1979, várias equipes, departamentos e campeonatos da modalidade foram organizados. O Radar colecionou títulos nacionais e internacionais, chegando a representar o Brasil em diversas competições que ainda não eram canceladas pela FIFA. Para se ter uma noção da

significância acumulada pela equipe carioca no subcampo futebolístico, vale apresentar algumas de suas conquistas: campeão da Women's Cup of Spain (1982), derrotando as seleções da Espanha, Portugal e França; hexacampeão carioca (1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988); hexacampeão da Taça Brasil (1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988); e campeão do Torneio Brasileiro de Clubes (1989).

Mesmo sendo considerado favorito, o Brasil acabou eliminado na primeira fase, quando venceu o Japão (1 x 0) e perdeu dos EUA (0 X 5) e da Suécia (0 x 2). Como se indicou anteriormente, não foram associadas representações do tipo fragilidade feminina e estética corporal ao conteúdo discursivo das publicações. Essa particularidade também caracterizou a cobertura efetivada durante as ocorrências das competições, pois as abordagens preponderaram nos desempenhos táticos, técnicos e nos resultados dos jogos. Em diversos momentos essas produções jornalísticas também evidenciaram o poder da Folha de S.Paulo em instituir realidades, efetivando apontamentos sobre a individualidade e a coletividade brasileira associadas às conquistas ou as perdas dos objetos de disputa dos jogos. Vejamos o que foi produzido pelo jornal no dia da disputa da semifinal da Copa do Mundo de 1999, entre Brasil *versus* EUA:

A seleção brasileira feminina de futebol e, em especial, a meia Sissi podem conseguir hoje, no jogo com os EUA [...] a consagração mundial.

O Brasil já faz a sua melhor campanha em Mundiais, mas ainda não decidiu nenhum torneio importante e não integra o grupo dos melhores times do planeta.

Uma vitória contra as norte-americanas, principais favoritas ao título, que jogam em casa - no Stanford Stadium [...] onde o Brasil venceu os EUA por 1 a 0 na Copa-94, também em 4 de julho, dia mais celebrado pelos norte-americanos -, daria ao Brasil o direito de jogar a final contra Noruega ou China, que fazem a outra semifinal hoje, mas, mais do que isso, põe a seleção nacional na elite.

Sissi vem sendo o grande destaque individual da competição, rivalizando com a atacante norte americana Mia Hamm, considerada a melhor do mundo.

A brasileira é a artilheira do torneio, com sete gols. Mia Hamm, que soma 110 gols em jogos internacionais, fez seis, somando os três mundiais que disputou. Este ano, marcou só duas vezes (BUENO, 1999, p. 8).

Infere-se que esta matéria designou o jogo enquanto um “rito de instituição” da seleção feminina e da jogadora Sissi. Segundo Bourdieu (1996), o “rito de instituição” é uma ação performativa realizada por algum agente legitimado para instituir diferenças sociais, criando categorias de percepção dicotômicas em outros agentes. O vilão, o consagrado, o ídolo e o herói são as categorias preponderantes nas coberturas jornalísticas esportivas. Entretanto, conforme argumentou Helal (1998), elas não instituem estas disposições a seu “bel-prazer”, pois é necessário que as equipes e o jogadores(as) preencham os requisitos necessários para que o *status* seja inscrito nos seus *habitus* e nas suas *hexis corporais* (expressões) e que a sociedade (o público) esteja em “comum acordo” (autorize) com a designação.

Ou seja, subjacente a influência da Folha de S.Paulo, que em 1999 já dispunha de dominância no campo jornalístico, a matéria designou que uma vitória brasileira diante da seleção americana, então considerada a melhor do mundo, instituiria nos *habitus* da equipe nacional e da jogadora Sissi o *status* de “consagradas” no subcampo futebolístico feminino mundial. É importante

salientar que dado o poder conquistado pelos jornais, diversos pesquisadores, como Freitas Jr. e Gabriel (2014), demonstraram que os discursos dos profissionais dispostos em veículos significantes no campo jornalístico são profícuos na instituição dos mitos futebolísticos (herói e ídolo, por exemplo), que passam a ser supervalorizados individualmente, mesmo atuando numa modalidade caracterizada pela coletividade.

A ação performativa autorizada do rito tem, portanto, o poder de inscrever de maneira durável no *habitus* e na *hexis corporal* dos agentes ritualizados as disposições necessárias para que eles se tornem em definitivo aquilo que lhes foi instituído. As americanas ganharam (0 x 2). Além do jogo e da vaga na final a seleção brasileira e a jogadora Sissi perderam o *status* de “consagradas” no subcampo futebolístico feminino mundial. Na disputa do terceiro lugar o Brasil venceu a Noruega (5 x 4 nos pênaltis), posição que associada à artilharia e a escalação no “All-Star Team” da FIFA, equipe formada pelas jogadoras de maior destaque do Mundial, acabaram resultando na instituição de Sissi como ídolo da modalidade, *status* caracterizado pelo protagonismo, proporcionando o reconhecimento social e a criação de raízes com o time, a seleção, a modalidade, os torcedores e os veículos de comunicação em questão (GIGLIO, 2007).

Este *status* passou ser reconhecido pela Folha de S. Paulo nos anos subsequentes. Marta Vieira da Silva, substituta de Sissi no ciclo de idolatria nacional, em conjunto com as suas contemporâneas, encantou o campo jornalístico nos anos 2000 com atuações “exuberantes”, categorizadas, principalmente pela Folha de S. Paulo, como a essência do verdadeiro “futebol arte”, qualificador do futebol brasileiro masculino ao longo da história.

No entanto, essa exuberância foi correlata a constantes fracassos em Olimpíadas e Mundiais. Mesmo assim, depois das derrotas, em nenhum momento a Folha de S. Paulo descaracterizou o futebol feminino e as suas jogadoras, característica que refutou a quarta hipótese desta pesquisa, conforme é possível observar na sua produção mais crítica, intitulada **“Sem título, sem arte”**, e publicada no dia seguinte a derrota para os EUA (4 x 5 nos pênaltis), pelas quartas de final da Copa do Mundo da Alemanha (2011).

A seleção feminina perdeu como sempre, mas jogou feio como nunca.

Em uma das mais dolorosas derrotas de sua história, o Brasil foi eliminado na decisão por pênaltis contra os EUA, eternos algozes, nas quartas de final da Copa da Alemanha, na tarde de ontem [10 de julho], em Dresden.

A queda foi um castigo para quem ficou a maior parte do jogo com uma atleta a mais e vencia até os 17min do segundo tempo da prorrogação, quando sofreu o gol de empate em falha generalizada da defesa.

Mas também foi um castigo para uma equipe que se acostumou a exibir um futebol exuberante e que, neste Mundial, optou pelo jogo pragmático, feio, com chutes e pouca inspiração.

Nem Marta, com seus dois gols, nem Cristiane, com toda a sua vontade, ou Érika quase impecável na zaga, conseguiram levar a diante a seleção brasileira, que mais uma vez caiu e continua sem ter uma grande conquista.

A vilã da vez é a zagueira Daiane, que ontem fez um gol contra, falhou no segundo tento dos EUA e perdeu o único pênalti brasileiro.

Mas a derrota pode se relacionar a várias condicionais: se Daiane não falhasse, se Marta e Cristiane não perdessem as chances nos contra-ataques, se Érika não fizesse cera no fim, se a goleira Andréia alcançasse a bola, se a arqueira americana Hope Solo não tivesse brilhado tanto (REIS, 2011, p. D2).

Infere-se que a realidade produzida nesta abordagem da derrota das mulheres foi bastante proximal a efetivada quando os agentes atuantes são os homens. Inicialmente a matéria realizou uma crítica ao desempenho técnico e tático das brasileiras ao longo da competição e na partida em questão. Em um segundo momento, em contradição ao primeiro, afirmou que o resultado foi o produto de uma punição do futebol a equipe feminina, apontando diversos elementos que justificariam o fracasso diante das americanas e, dentre eles, elegeu a jogadora “Daiane” como o principal, chamando-a de “vilã”. Segundo Helal (1998), o apontamento de justificativas não relacionadas à superioridade dos adversários é algo recorrente nas coberturas ofertadas pelos cadernos esportivos depois das derrotas masculinas em Copas do Mundo de futebol. Freitas Jr. (2012), além de corroborar com o argumento mencionado, denominou esta característica de “cultura da desculpa”, teia tecida pelos jornais impressos que ao longo das histórias dos Mundiais tentaram justificar ou explicar os fracassos futebolísticos brasileiros elegendo culpados, os chamados vilões.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluiu-se que mesmo não proporcionando uma periodicidade/ visibilidade bastante grande em termos quantitativos, a cobertura acerca da seleção feminina produzida pelo caderno de esporte da Folha de S.Paulo não foi caracterizada pela construção de realidades qualitativas preconceituosas, evidentes e latentes. Ao contrário, produziu abordagens referentes ao desempenho técnico, tático e aos resultados dos jogos, aproximando-se das coberturas futebolísticas masculinas, refutando a quarta hipótese desta pesquisa. Essa característica influi positivamente na estruturação dos *habitus* individual e social ausente de “sexismos” e, conseqüentemente, na democratização e na cidadania do futebol e do subcampo futebolístico feminino para as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGE, P. L.; LUCKMAN, T. 2. ed. **A construção social da realidade**. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.
- _____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- BUENO, R. Brasil e Sissi buscam consagração no 4 de julho. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jul. 1999. Caderno de Esporte. p. 8.

FREITAS JR., M. A. de. Copa do Mundo de 1950: a cultura da desculpa como justificativa de um fracasso. In: _____;CAPRARO, A. M. (Orgs.). **Passe de letra: crônica esportiva e sociedade brasileira**. Ponta Grossa: Vila Velha, 2012. p. 118-147.

_____.; GABRIEL, B. J. Quando o herói se torna humano: a visão do caderno de esportes da Folha de S.Paulo sobre o jogador Ronaldo na Copa do Mundo de 1998. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, v. 3, n. 6, p. 47-66, jul./dez. 2014.

GASTALDO, É. L. “Os campeões do século”: nota sobre a definição da realidade no futebol espetáculo. **Rev. Bras. Cien. Esporte**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 105-124, set. 2000.

GUEDES, S. L. Subúrbio: celeiro de craque. In: DAMATTA, R. (Org.). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982. cap. 3. 59-74.

MOURA, E. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003, 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HELAL, R. Mídia, construção da derrota e o mito do herói. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 141-155, 1998.

JORGE, M. P. Futebol, sangue, suor e machismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2015. Caderno de Esporte. p. B14.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELLOS, E. G. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, J. R. L. (Org.). **Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 75-89.

PONTES, F. S.; SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. de. (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais: interface, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012. p. 29-77.

REIS, L. Sem título, sem arte. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 mai. 2011. Caderno de Esporte. p. D8.

TORRES, S. Fifa acelera “invasão” da Ásia com o 1º Mundial Feminino na China. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 nov. 1991. Caderno de Esporte. p. 8.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

O cotidiano da equipe profissional do Centro Municipal de Apoio Especializado (CEMAE) de Telêmaco Borba-PR: a relação multidisciplinar e interdisciplinar na educação inclusiva

Jucelene Mendes Valério Pedroso
Jussara Ayres Bourguignon

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto conhecer o cotidiano vivenciado pelos profissionais do Centro Municipal de Apoio Especializado (Cemae) de Telêmaco Borba-PR, no contexto da política educacional inclusiva, considerando a relação estabelecida entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, suas tensões e possibilidades. O recorte temporal para averiguar a experiência citada foi delimitado entre os anos de 2005 a 2012, considerando que neste período a experiência do Cemae se constituiu e se consolidou na realidade investigada.

Situando a realidade brasileira, o recorte histórico, dimensionado nesta pesquisa, é a partir da década de 1980 do século XX, em que há a busca de transformações sociais e a sociedade reclama por outro tipo de Estado, pela democracia e por direitos sociais.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, a qual trouxe em seus artigos temas que não constavam em Constituições anteriores, incorporando instituições sociais, ampliando os direitos sociais, questões sócio-políticas, entre outros. No que tange à educação, a Constituição Federal de 1988 – CF/1988 elevou-a como política social de Estado, fazendo parte dos direitos sociais e de uma ordem jurídico-política-democrática.

Na década de 1990 do século XX, o modelo neoliberal foi implantado no país com o propósito de creditar ao mercado a regulação do capital e do trabalho e culpabilizar as políticas públicas, caracterizadas como causadoras da crise que o país enfrentava (AZEVEDO, 1997). Os defensores deste modelo, afirmavam que “[...] a ampliação dos deveres sociais da Constituição Federal de 1988 foi declarada como motivo de ingovernabilidade”¹ (COSTA, 2006, p. 147).

Em meio a essas contradições, de avanços com a promulgação da CF/1988, houve também outras legislações que vieram reforçar o direito à educação como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, lei nº 9.394 de 1996.

¹ Os conservadores afirmavam que haveria ingovernabilidade devido ao excesso de demandas sociais de responsabilidade estatal e, por consequência, haveria a rigidez nos gastos com a vinculação da receita (COSTA, 2006).

Nesse contexto, encontra-se a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. É importante considerar que a educação especial tem seu direito garantido nas legislações citadas no parágrafo acima e destaque para a LDB/1996, que especificará qual o dever do Estado no tocante à inclusão, contido nos artigos 4º, 58, 59 e 60.

Dessa forma, visando à efetivação contemplada nas legislações e nos debates teóricos, os municípios iniciaram as mudanças necessárias para a efetivação da educação inclusiva nas escolas regulares. E é neste cenário que se apresenta a experiência do Cema, da rede municipal de ensino de Telêmaco Borba-PR, responsável pela educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

O Cema, abordado nesta pesquisa, tem como objetivo garantir a educação inclusiva na rede municipal de ensino, atendendo o aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, bem como atuar diretamente com alunos que, de alguma forma, os fatores de ordem social ou econômica possam comprometer seus processos de acesso e permanência na escola.

A equipe buscou formas de garantir a educação inclusiva para as crianças da rede municipal de ensino através de uma atuação conjunta, de discussões e de formações continuadas, almejando a concretização de uma experiência sustentada na perspectiva interdisciplinar.

A pesquisa desenvolveu-se pautada nas seguintes questões problematizadoras em torno do objeto de estudo: Como se constrói no cotidiano da equipe de profissionais do Cema o processo interdisciplinar, considerando as suas atribuições, seu papel, as suas especificidades profissionais no contexto da política educacional na perspectiva inclusiva do município? Quais os desafios encontrados no trabalho da equipe do Cema no processo entre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, inserido no contexto de educação municipal inclusiva? Quais são as estratégias no cotidiano da equipe dentro de um contexto de política educacional inclusiva municipal, na perspectiva de contribuição para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no município de Telêmaco Borba-PR?

Assim, este estudo teve como objetivo geral analisar como se deu no cotidiano profissional a relação entre a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, a partir da experiência da equipe do Cema no contexto da educação inclusiva no município de Telêmaco Borba-PR.

No que se refere aos objetivos específicos, apresentam-se os seguintes: Verificar como se apresenta a política educacional no contexto de Estado e políticas públicas, elencando o processo de construção na realidade brasileira, especialmente a educação inclusiva e sua expressão a partir da década de 1980 do século XX; Sistematizar teoricamente as categorias interdisciplinaridade e cotidiano profissional, tendo como referência o debate contemporâneo sobre a educação inclusiva; Identificar os desafios inerentes ao exercício das atribuições e competências dos profissionais que compõe a equipe do Cema em relação à educação inclusiva municipal; Observar como a equipe favorece, através do cotidiano profissional, estratégias para conseguir efetivar a educação inclusiva no município de Telêmaco Borba-PR; Compreender os caminhos construídos pela equipe do Cema, através da experiência da perspectiva multidisciplinar para o interdisciplinar, com embasamento nas orientações legais e nos depoimentos dos profissionais, dentro de uma dinâmica municipal de educação inclusiva.

METODOLOGIA

A perspectiva da interdisciplinaridade alicerçou a construção do percurso metodológico da pesquisa, articulando conhecimentos das áreas do Serviço Social, Direito, Educação, Ciência Política, História, Psicologia e Sociologia.

A natureza da pesquisa é qualitativa, visto que, segundo Minayo (1994), é uma pesquisa que permite compreender os atos no cotidiano do sujeito, sua relação com o contexto da sua realidade social, econômica, política e cultural. E a fim buscar compreensão crítica da realidade pesquisada, a reflexão se fundamentou no método dialético, ancorado na Teoria Social de Marx. O método dialético possibilitou a compreensão das mediações explicativas e a apreensão das contradições inerentes ao objeto de estudo no contexto analisado, especialmente a relação contraditória entre a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.

A partir das informações e dados observados da realidade foi possível desvelar o contexto social e educacional em que se situa a equipe de profissionais do Cemaie, compreendendo como a equipe buscou construir através do cotidiano profissional a superação do multidisciplinar para o interdisciplinar.

O universo pesquisado foi o Cemaie, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Telêmaco Borba-PR. Os sujeitos da pesquisa foram os seguintes profissionais: 02 psicopedagogas, 03 psicólogas, 01 assistente social, 01 fonoaudióloga.

Como procedimentos metodológicos, utilizou-se para esse trabalho: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista individual, análise de conteúdo no formato temático-categorial. Estes procedimentos serão especificados a seguir.

Especificamente para a coleta de dados e depoimentos junto aos sujeitos de pesquisa, utilizou-se como procedimento a entrevista individual com cada profissional do Cemaie. Ressalta-se que a entrevista foi agendada com antecedência e realizada em dois momentos: no período de outubro e novembro de 2013 e em setembro de 2014.

Fez-se o uso de um roteiro de entrevista semiestruturada, com questões abertas, caracterizando oito questões, quais sejam: Como foi a sua inserção na equipe do Cemaie de Telêmaco Borba? Na realidade local, qual a sua percepção sobre o trabalho interdisciplinar na educação inclusiva? Como identifica o seu trabalho numa equipe interdisciplinar? Qual a relevância social no seu trabalho para a demanda atendida? Quais os desafios no exercício profissional em relação à educação inclusiva? Através de sua experiência profissional, o que ainda precisa ser melhorado no cotidiano da equipe do Cemaie na educação inclusiva? Quais as contribuições que nota no cotidiano profissional para a garantia dos direitos da criança e do adolescente? Quais as tensões/contradições/impasses/enfrentamentos vivenciados no cotidiano da equipe para a construção de uma experiência que supere o disciplinar e avance para a proposta interdisciplinar no processo de construção da equipe do Cemaie? O que você compreende como prática interdisciplinar?

Assim, os questionamentos foram baseados nas tensões; dificuldades; potencialidades; a trajetória do profissional dentro do setor; a sua contribuição enquanto profissional do Cemaie para os alunos, professores, famílias; e atribuições e competências exercidas pela equipe.

Após a realização dos procedimentos metodológicos, o estudo passou para o momento de tratamento dos dados e depoimentos obtidos, sendo escolhida a análise de conteúdo, especificamente no formato categorial, que, para Bardin (1977), oportuniza a organizar, sistematizar e construir categorias de análise a partir de um conjunto de informações que podem ser de fonte documental ou oral. Nesse sentido, Bardin (1977) divide a análise de conteúdo em três fases: pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. É através dessas fases que o material empírico foi tratado, buscando articulações ao referencial teórico construído.

Desse modo, foram levantadas seis categorias pela pesquisadora, quais sejam: 1ª: Experiência da equipe; 2ª: Especificidade do trabalho do profissional nessa equipe; 3ª: Desafios presentes na experiência dos profissionais do Cema; 4ª: Tensões e impasses no processo de superação do multidisciplinar para o interdisciplinar; 5ª: Relevância social da experiência da equipe no Cema; 6ª: Compreensão da prática interdisciplinar.

Todo esse caminho percorrido para a construção desta pesquisa foi no sentido de demonstrar o contexto do cotidiano profissional da equipe do Cema, inserido na educação inclusiva municipal, buscando apresentar as reflexões e críticas, os avanços e como a equipe deve fortalecer a sua prática profissional, embasada na interdisciplinaridade.

PRINCIPAIS REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DO CEMAE EM TORNO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeiramente, foi importante compreender que na sociedade contemporânea o Estado tem um papel fundamental nas transformações econômicas, sociais e políticas. Afirmar-se que o Estado sempre esteve integrado com as determinações do capital, visto que havendo mudanças no processo de acumulação capitalista, também haverá modificações no que tange as funções do Estado moderno (COSTA, 2006).

Nesse sentido, também foi importante refletir sobre as transformações do Estado no que se refere aos direitos sociais e políticas públicas sociais brasileiras na sua constituição de Estado.

A formação do Estado brasileiro foi resultado da sua inclusão no espaço de reprodução nos investimentos voltados para o mercado da Europa em que o Estado “assumiu um caráter patrimonial, fazendo do poder político uma extensão do poder econômico das elites, sem considerar as demandas das classes trabalhadoras” (COSTA, 2006, p. 22).

Um fator de mudanças significantes no país e de maior mobilização social foi o fim da Ditadura militar, que perdurou mais de vinte anos no país (1964 -1985), na qual a sociedade lutava em favor da democracia e reclamava por direitos, sendo eles reconhecidos na CF/1988.

Cabe apresentar aqui uma das políticas sociais conquistadas a partir da CF/1988, qual seja a educação como um direito universal. Destaca-se na CF/1988 a importância na área da educação inclusiva, garantindo à pessoa com deficiência o atendimento especializado, com acesso obrigatório e gratuito, de preferência na rede regular de ensino. Mas é a partir da década de 1990 do século XX que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva ganha destaque.

Como já apontado, a CF/1988 foi importante para a área da educação inclusiva, pois garantiu, no artigo 6, 205, 206 e 208, o direito de todos à educação, com acesso ao ensino obrigatório e gratuito, bem como garantiu o direito de atendimento educacional especializado, sendo dever do Estado e preferencialmente na rede regular de ensino.

É possível verificar que houve avanços nas legislações brasileiras referentes à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Todavia, o grande desafio posto para os sistemas de ensino, bem como para a sociedade, e apresentado por Prieto (2006, p. 69) é: “fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos”.

Constata-se nos documentos legais os avanços para a educação inclusiva, mas ainda há caminhos a serem percorridos, alcançados e efetivados no cotidiano da política pública de educação.

Dessa forma, encontra-se o cotidiano de cada profissional inserido na educação, seja na educação infantil, até no ensino superior. Cada profissional que trabalha na educação visa atuar conforme aprendeu em sua formação, bem como em suas experiências adquiridas ao longo de sua vida. O enfoque desta pesquisa é a atuação do profissional inserido na educação inclusiva, buscando compreender como ele intervém nessa modalidade, como se dá o seu cotidiano. Nessa perspectiva é importante conhecer teoricamente o que é esse cotidiano.

A discussão sobre a vida cotidiana se torna necessária, pois é um espaço de complexidade, contrariedades e ambiguidade, sendo que ela não pode ser negada como fonte de prática social e conhecimento (CARVALHO, 2012):

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral (por exemplo, a escolha entre tomar um ônibus cheio ou esperar o próximo); mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não o lugar a uma mulher de idade) (HELLER, 2008, p. 39).

É na vida cotidiana que estão presentes as possibilidades e contradições de criação de novas relações sociais, porém, é necessário apreender através do esforço reflexivo.

Conforme Heller (2008), a vida cotidiana é heterogênea, mas também é hierárquica e se modifica devido às funções das diferentes estruturas econômico-sociais. A autora afirma que o ser humano já nasce inserido na vida cotidiana e considera adulto aquele que é capaz de viver por si só a sua cotidianidade e que esse adulto deve dominar a assimilação das relações sociais, na qual, para a cotidianidade, ocorre o amadurecimento através dos grupos, ou seja, família, comunidades e a escola.

No cotidiano profissional é possível compreender as intervenções frente à realidade encontrada no ambiente de trabalho, as possibilidades e necessidades que amparam a sua atuação, possibilitando assim uma relação coletiva de articulação e integração. Note-se que a vida cotidiana é a vida de todo ser humano, como apontado por Heller (2008), ou seja, não tem como estar fora dela, é na vida que se sente, que há ideologias, paixões, etc.

Após as reflexões trazidas por Heller (2008) e Carvalho (2010) sobre a vida cotidiana, tem-se elementos para compreender a prática profissional no âmbito da educação, em especial da

educação inclusiva. O profissional inserido nessa política pública tem muito a contribuir no que se refere ao conhecimento, nas experiências e desafios constantes no cotidiano profissional.

A dinâmica da política de educação inclusiva se encontra num espaço contraditório, composto pelas relações econômicas, sociais, ditadas pelo neoliberalismo e por um processo de estruturas que buscam transformar a realidade educacional, visando efetivar os direitos sociais para a demanda da educação inclusiva.

Contextualizando o cotidiano e suas implicações na realidade do profissional inserido na educação, é importante dialogar com o debate sobre a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade vem sendo debatida pelas diversas áreas dos saberes, tanto na área acadêmica quanto nas intervenções da política pública. Neste tópico, o recorte se faz na discussão da interdisciplinaridade na política educacional e na modalidade da educação inclusiva, e para a compreensão desse conceito é necessário perpassar pelo processo de constituição da interdisciplinaridade.

Dentro deste cenário, surge a necessidade de refletir qual o conceito de multidisciplinaridade, as possibilidades de atuar na interdisciplinaridade e seu vínculo com a educação. Dessa forma, é necessário estabelecer diferenças e distinções relativamente de conceitos afins. Neste sentido, Fazenda (1979, p. 27) disserta:

Multidisciplina - Justaposição de disciplinas diversas, desprovidas de relação aparente entre elas. Ex.: música + matemática + história. Pluridisciplina - Justaposição de disciplinas mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento. Ex.: domínio científico: matemática + física; Interdisciplina - Interação existente entre duas ou mais disciplinas. Essa interação pode ir da simples comunicação de ideias à integração mútua dos conceitos diretores da epistemologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes ao ensino e à pesquisa. [...] Transdisciplina - Resultado de uma axiomática comum a um conjunto de disciplinas (FAZENDA, 1979, p. 27).

Percebe-se que há aproximações entre as disciplinas, porém, é com a interdisciplinaridade e também com a transdisciplinaridade, que há um diálogo entre as matérias, bem como um conjunto de ações/reflexões em prol de algo em comum. Ainda, para que se promova a interdisciplinaridade, é necessário muitas vezes vivenciar as outras dimensões de disciplinas.

Munhoz e Oliveira Junior (2009) apresentam que algumas experiências nas pesquisas interdisciplinares são compreendidas inicialmente do encontro multidisciplinar de vários profissionais, sendo que cada profissão tem sua competência específica. A partir desse encontro de profissões em direção à totalidade, constroem-se estratégias para o diálogo entre diversos conhecimentos para, posteriormente, ter um encontro com a interdisciplinaridade.

Assim, a interdisciplinaridade exige uma perspectiva de conhecimento que possibilite a articulação entre suas partes constitutivas, buscando transpor limites entre as áreas e as profissões, unindo forças e conhecimentos por um objetivo comum, com intuito de proporcionar ao profissional e pesquisador a possibilidade de trocar conceitos, ideias, experiências e criatividade.

Nesse contexto, passando para a discussão em torno da educação, segundo Luck (2007), o interdisciplinar manifesta-se como uma contribuição com intuito de trazer a reflexão e encaminhar

as soluções frente às dificuldades que correspondem à pesquisa e ao ensino, bem como o modo que o conhecimento é discutido.

Tratando especificamente da modalidade de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a prática interdisciplinar se dá através de alternativas concretas de inclusão do aluno no ensino regular, como apontado anteriormente na LDB/1996, possibilitando as experiências cotidianas realizadas pelos profissionais que atuam diariamente nessa modalidade de ensino.

A educação inclusiva é uma possibilidade de inserção do indivíduo na sociedade, além do trabalho, do lazer, que fazem parte do cotidiano, a interdisciplinaridade se encontra neste caminho, tendo o papel de reconhecer a proposta, o papel social do indivíduo no contexto escolar, garantindo, assim, uma aprendizagem e desenvolvimento integral.

A prática interdisciplinar na educação inclusiva tem que ser efetivada em todos os níveis de ensino, como um princípio de ação pedagógica. É no sistema de educação que as secretarias municipais e estaduais devem promover a educação inclusiva, a acessibilidade, implementação e implantação de rede de apoio, formação continuada, contratação de profissionais, além das mudanças na matriz curricular (PREZIBÉLLA, XXI).

Nesta perspectiva, Souza *et al.* (2005, p. 14) expõe que a interdisciplinaridade na modalidade da educação inclusiva é o motor de aprendizagem para o aluno, possibilitando associar vários aspectos relacionados ao conteúdo e “entre os conteúdos de várias disciplinas e desta maneira facilita a associação dos vários saberes, que é de fundamental importância para a fixação de aprendizagens”.

Sabe-se que, no processo da vida cotidiana, alguns sujeitos, aqui representados por profissionais inseridos na educação inclusiva municipal, ganham relevância na análise, com intuito de aprofundar as estratégias de se fortalecer, através da prática interdisciplinar, a qualidade para o aluno incluso. Nesse sentido, apresenta-se a experiência do Cemaie, no contexto da educação inclusiva municipal de Telêmaco Borba–PR. O setor pertence à Divisão de Planejamento de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico, sendo responsável pela educação especial na perspectiva da educação inclusiva municipal.

Desde 1997 houve tentativas de se criar um centro de atendimento a alunos com necessidades especiais educacionais. Em 2003, uma equipe, formada por psicólogo e psicopedagoga, elaborou um projeto denominado “CADE – Centro de Atendimento e Desenvolvimento Educacional”, que tinha como objetivo garantir a educação especial no município. Essa tentativa resultou na criação do Cemaie, em 2005, através da nova gestão municipal. A equipe iniciou seu trabalho contando com as seguintes áreas profissionais: Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia.

O objetivo desta equipe, em âmbito municipal, visa o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas Escolas e Centros municipais de educação infantil (Cmei's) de toda a rede municipal de ensino, atuando também diretamente com as famílias sempre que necessário ou quando fatores sociais comprometem a socialização e aprendizagem do aluno em seu contexto escolar (TELÊMACO BORBA, CADERNO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TELÊMACO BORBA, 2008).

Iniciado em 2005, o trabalho do Cemaie foi se ampliando gradativamente, bem como os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado que complementam a escolarização formal dos alunos com necessidades educativas especiais.

Cabe destacar que no ano de 2008 foi publicada através da SME a proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino, com objetivo de garantir subsídios para o desenvolvimento das políticas educacionais no município.

Um fato importante que deve ser salientado é que após a publicação da proposta pedagógica foram produzidos os cadernos pedagógicos², os quais trouxeram orientações para professores no que se refere ao trabalho e conceitos na educação.

Ressalta-se que, desde sua implantação, a equipe se intitulava como uma equipe multidisciplinar, podendo ser observada no Caderno pedagógico da educação especial de 2008, porém, no decorrer das atuações, através dos estudos e formações para elaboração do Caderno pedagógico da educação especial, o grupo foi se fortalecendo e notando que havia possibilidades de atuar de forma mais integrada, mais unida. Dessa forma, o grupo avaliou que os estudos em conjunto fortaleciam as devolutivas de avaliações de alunos às escolas e orientações aos professores.

Após várias discussões sobre a atuação profissional, o grupo teve como estratégias para melhor qualidade do trabalho: a realização de estudos e discussões de casos uma vez por semana, formação para professores sobre a educação inclusiva, a importância da família na escola, entre outros. Observa-se que houve avanços, porém, ainda não se constituía uma equipe interdisciplinar em seu todo.

Salienta-se que, em relação à organização da educação especial ao atendimento à educação municipal, não se tem no momento uma lei municipal específica da educação especial³, mas o município utiliza as resoluções, legislações estaduais e nacionais que garantem a educação especial.

Quanto aos serviços da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, em 2012, a estrutura dessa modalidade era composta pelos seguintes serviços: o Centro de Atendimento Especializado na área visual – CAE - DV, funcionando na Escola Municipal Costa e Silva; 02 classes especiais funcionando nas Escolas Municipais Leopoldo Mercer e Fabiano Braga Cortes; 05 salas de recursos multifuncionais, funcionando nas Escolas municipais Leopoldo Mercer, Conselheiro Zacarias, Dom Bosco, Costa e Silva, Samuel Klabin; 27 professores de apoio em sala de aula de alunos com laudos específicos para atendimento a alunos com transtornos globais do desenvolvimento e para atuar com alunos com deficiência física neuromotora que apresentassem formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva, oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas

² Os cadernos pedagógicos são cadernos elaborados pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação para orientar os professores no trabalho com alunos, bem como apresentar teoricamente cada modalidade de ensino de competência municipal. Vale salientar que para a construção dos cadernos pedagógicos, os profissionais tiveram capacitação continuada com pesquisadores que discutem a educação contemporânea.

³ Cabe destacar que há um projeto de lei organizado pela equipe do Cemaie com objetivo de regulamentar o trabalho da equipe, porém, ainda está em trâmite de elaboração, para apreciação e aprovação da Câmara de vereadores de Telêmaco Borba.

e neuromusculares, conforme exposto nas instruções nº 010/08 – Superintendente da educação - Secretaria de Estado Da Educação - Sued/Seed-PR e nº 002/12 – Sued/Seed.

Além desses serviços elencados acima, o Cemaie se responsabiliza por questões de ordem social, econômica e educacional de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem devido a problemas sociais, assim, tem como intervenções: visitas às famílias de alunos; orientações através de palestras para pais, com objetivo de aconselhá-los sobre a relação da participação da família na educação dos filhos e no combate a evasão escolar, sendo que estas palestras sempre ocorrem em parceria com o Cadastro Único (Cad. Único) do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município, para melhor orientação quanto a condicionalidades da educação no Programa Bolsa Família (PBF). São realizadas também avaliações socioeconômicas para concessão de vagas em Cmei. Vale ressaltar que todo atendimento, avaliação e/ou intervenção destes profissionais são realizados após recebimento da Ficha de encaminhamento devidamente preenchida pela equipe técnico-pedagógica da escola/Cmei e professor (a) do aluno, não se esquecendo de que somente deve-se enviar a ficha quando esgotadas todas as alternativas de trabalho com o aluno no contexto escolar.

Outro fato a ser apontado nesse sentido, é que através das atuações, das intervenções, dos serviços oferecidos, pode-se concordar com algumas sugestões trazidas por Paulon *et al.* (2005, p. 47), considerando concretizar ações da equipe interdisciplinar no apoio à inclusão educacional, como:

- a. Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação e saúde às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais; b. Desenvolver estratégias de parceria entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não governamental; c. Realizar visitas domiciliares para auxiliar no acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino; d. Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais, favorecendo a interlocução dos segmentos da comunidade escolar; e. Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família (PAULON *et al.*, 2005, p. 47).

Assim, a equipe do Cemaie, ao longo de oito anos, iniciou sua atuação de forma multidisciplinar, buscando, no seu cotidiano profissional, estratégias, estudos e formas de trabalhar interdisciplinarmente, através de sua intervenção, de formações continuadas da equipe, do acesso ao aluno aos níveis de ensino, com objetivo de buscar na escola um local de criatividade, de autonomia, um processo de vivência, ou seja, o sucesso escolar do aluno incluso.

Este processo ainda está em construção. Atualmente, o grupo percebe que há muitos desafios para se alcançar a interdisciplinaridade e neste contexto de avanços, de questionamentos, é que se objetivou esta pesquisa: analisar como se deu no cotidiano profissional a relação entre a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, a partir da experiência da equipe do Cemaie no contexto da educação inclusiva no município de Telêmaco Borba-PR.

A equipe do Cemaie iniciou sua atuação de forma multidisciplinar, buscando, no seu cotidiano profissional, estratégias, estudos e formas de trabalhar interdisciplinarmente através de sua intervenção, de formações continuadas da equipe, do acesso ao aluno aos níveis de ensino, com

objetivo de buscar na escola um local de criatividade, de autonomia, um processo de vivência, ou seja, o sucesso escolar do aluno incluso.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou, através das entrevistas, refletir sobre as estratégias realizadas pelo Cemaie, buscando responder às questões problematizadoras e aos objetivos específicos através das categorias elencadas nas entrevistas individuais.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou analisar o cotidiano profissional vivenciado pelos profissionais do Cemaie, de Telêmaco Borba-PR, no contexto da política educacional inclusiva, considerando a relação estabelecida entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, suas tensões e possibilidades, nos anos de 2005 a 2012.

Através dos depoimentos colhidos, notou-se que a prática interdisciplinar, na visão das profissionais, é apontada através das trocas dos saberes, das discussões de casos, da inter-relação dos profissionais, da ação conjunta em prol da garantia dos direitos da educação inclusiva das crianças da rede municipal de ensino.

Observou-se também nos depoimentos que é necessário superar a visão organicista presente na educação inclusiva e vivenciada pela equipe através das avaliações. É importante ressaltar que a equipe tem a compreensão de acompanhar todas as crianças inclusivas, de potencializar o trabalho, de oportunizar e participar de formações, de se atuar de forma integral e interdisciplinar. Porém, este desafio é presente no cotidiano da equipe, sendo necessária a reflexão sobre tais tensões apresentadas pela equipe, para que assim, realmente, consiga atuar de forma interdisciplinar e intersetorial.

Outro ponto que cabe destaque para que o trabalho interdisciplinar realmente se efetive é a compreensão que a inclusão não é somente permitir o acesso do aluno no ensino regular, devido a uma legislação, mas sim de garantir seu acesso e permanência, com equidade e garantindo o principal direito: a educação de qualidade.

Não se pode deixar de registrar que somente a existência de profissionais de diferentes áreas trabalhando juntos caracteriza algo interdisciplinar, sendo observado neste trabalho que a equipe do Cemaie inicia-se como equipe multidisciplinar e vai caminhando para a interdisciplinaridade através da atuação sobre a criança inclusa, sobre os encaminhamentos, sobre os projetos voltados para atenção integral da criança, com objetivos que visam alterar a realidade social encontrada e eliminar as barreiras disciplinares.

Assim, para que realmente aconteça à interdisciplinaridade no cotidiano da equipe do Cemaie, é necessário que a equipe implante-a 100% em sua atuação, pois não deve-se atender alguns casos, mas sim todos os casos. É possível perceber que a equipe tem uma visão comum do objetivo da interdisciplinaridade e das estratégias que pensaram em realizar de forma interdisciplinar, como a discussão de casos, os estudos em grupos e as formações. Mas é necessário ultrapassar as barreiras e superar os fragmentos ainda existentes na prática da equipe. E para que isso ocorra só a visão de equipe não será possível, é relevante que todos tenham a compreensão de que para

incluir realmente, deve-se romper com a visão organicista de educação especial, sendo necessário o investimento na formação integral, intersetorial e interdisciplinar e principalmente que todos estejam envolvidos em prol do direito social a educação inclusiva.

Muitos caminhos ainda deverão ser percorridos no que se refere aos aspectos do cotidiano profissional do Cema, mas é preciso considerar os avanços alcançados. É importante valorizar as competências coletivamente construídas em um determinado período considerado curto e que vêm proporcionando a promoção da educação inclusiva no sistema municipal de ensino de Telêmaco Borba.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo**. Campinas - SP: Autores Associados, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa - Portugal: Edições 70, 1977.
- CARVALHO, M. do C. B. de. O Conhecimento da Vida Cotidiana: Base Necessária à Prática Social. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, Conhecimento e crítica**. São Paulo, 10 ed., Cortez, 2012.p. 13-63.
- COSTA, L. C. da. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG: São Paulo: Cortez, 2006.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia?** São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar – Fundamentos teóricos-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MINAYO, M.C.S. In: DESLANDES, S. F., CRUZ NETO, O; GOMES, Romeu; MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. p. 16-22
- MUNHOZ, D.E.N, OLIVEIRA, C. R. J. Interdisciplinaridade e Pesquisa. p. 11-33. In: BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa Social – reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Ed.Toda Palavra, 2009.
- PREZIBÉLLA, P.R.M. **Construção de uma práxis interdisciplinar na educação especial: análise de uma experiência**. XXI. Disponível em: <<http://www.diaadia.educacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1377-8.pdf>>. Acesso em: 10/07/2014.
- PRIETO, R.G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M.T.E, PRIETO,R.G, ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.
- SOUZA, A.M. de, et al. **Inclusão: Trabalhando com as diferenças na sala de aula**. Brasília: Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília – CFORM/UnB: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Básica – MEC/SEB, 2005. 62 p. il. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/educaesp/Download/Mod4_Fas2_Educacao_Inclusiva.pdf>. Acesso em: 03/09/14.

TELÊMACO BORBA. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno Pedagógico da Educação Especial: Rede Municipal de Ensino**. Telêmaco Borba, PR: SME, 2008. 50 p. il.

Proteção previdenciária no Mercosul: um estudo sobre o acesso e abrangência aos trabalhadores do bloco

Guilherme Soares Schulz de Carvalho
Lucia Cortes da Costa

INTRODUÇÃO

A partir do surgimento do modo de produção capitalista, fica cada vez mais nítida a luta de classes entre os capitalistas e os trabalhadores. Há produção de bens e mercadorias para venda e consumo, objetivando o lucro dos proprietários dos meios de produção. Mas, para que essa produção ocorra, é necessário dispor de força de trabalho, de mão de obra. O sujeito que dispõe dessa força, o trabalhador, faz uso dela para obter o salário, que atenda, via de regra, as suas necessidades básicas para vivência digna.

Do ponto de vista do trabalho, a vivência digna tem direta relação com a garantia dos direitos sociais historicamente conquistados, como é o caso do direito previdenciário. Trata-se de proteção que confere renda ao trabalhador em caso de eventual perda, temporária ou permanente, da capacidade laboral. Em síntese, a proteção previdenciária dá segurança de renda ao trabalhador em caso de incapacidade laboral (CASTEL, 2013, p. 43).

Com o fenômeno da mundialização da economia, ou globalização econômica, que se configura em mais uma transformação da sociedade capitalista a partir da década de 1980, os Estados nacionais submetem-se as exigências do mercado mundial, que passa a condicionar as políticas locais. Suas políticas passam a enxergar o contexto macroeconômico e suas estruturas se reformam em busca de maior competitividade e capacidade de atração de capital investidor. Nesse contexto, ganha cada vez mais espaço a integração regional de países para que, conjuntamente, os objetivos do desenvolvimento econômico possam ser atingidos.

A integração regional, na América do Sul, muito embora historicamente viesse sendo discutida desde 1960, só ganhou impulso a partir da década de 1980. Em 1991 foi fundado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), pela República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, ratificando o Tratado de Assunção (1991). Em 2012 houve o ingresso da Venezuela ao Mercosul (MERCOSUL, 2012), ampliando o tamanho do território, do mercado e, do que mais importa a este estudo, do número de trabalhadores em todo o bloco.

A integração regional ocorrida através do Mercosul, embora iniciante se comparada a outros organismos semelhantes, como a União Europeia por exemplo, trouxe grande incremento nas relações comerciais entre esses países, o que permitiu o desenvolvimento econômico em um contexto de arroxo salarial, desemprego e pobreza por força dos ajustes neoliberais da década de 1990.

Ocorre que o desenvolvimento econômico não aconteceu sem os trabalhadores da região, que somavam, nos anos de 1990, o total de 101.407.040 trabalhadores (BANCO MUNDIAL, 2014). Em maior ou menor grau de qualificação, são elementos fundamentais da cadeia produtiva, tanto que seus direitos, seus ganhos, compõem os custos da produção de mercadorias, bens e serviços. Com a integração dos países, uma das consequências diretas é o aumento da circulação de pessoas intrabloco. E é o que vem ocorrendo com os países do Mercosul.

Entender os direitos desses trabalhadores que circulam e desempenham atividades em outros países é fundamental. Todavia, nosso primeiro questionamento se pautou na proteção previdenciária. Como se dá a proteção previdenciária dos trabalhadores migrantes no âmbito do Mercosul?

Desse questionamento inicial verificamos a vigência, desde 2005, do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul. Trata-se de um documento que confere proteção previdenciária e de saúde aos trabalhadores migrantes. No que tange à questão previdenciária, o Acordo prevê prestações por velhice, idade avançada, invalidez e morte aos trabalhadores por ele amparados, além de permitir a totalização dos períodos de contribuição, isso é, a possibilidade do cômputo de tempo de contribuição à previdência de um país no outro, por meio de requerimento administrativo em um dos organismos de ligação dos Estados membros (MERCOSUL, 1997a; 1997b).

Diante desse cenário, verificamos que as pesquisas brasileiras sobre o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul limitavam-se a analisá-lo em sua estrutura, seus benefícios e gestão somente até a entrada em vigor do documento. Por isso, vimos a necessidade de se elaborar estudo sobre os resultados, limites e perspectivas do documento após a sua entrada em vigor, analisando os critérios para acesso e abrangência previdenciária nele previstos. Compreender tais questões contribui para o pensamento plural de segurança e direitos, que cada vez mais se internacionalizam a partir da concepção de supremacia dos Direitos Humanos.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa sobre os desafios da proteção previdenciária no Mercosul foi bastante enriquecedor. O desafio de se produzir estudo interdisciplinar esteve sempre presente, o que nos ensinou a realizar certo distanciamento de nossa área de formação para poder lançar olhar sobre o objeto de pesquisa sob outras óticas do saber científico. Particularmente, foi-nos a experiência mais desafiadora e instigante.

À primeira parte do estudo coube a compreensão da luta histórica que resultou na conquista do direito previdenciário. Tratou-se de um apanhado histórico, jurídico e sociológico do que vem a ser a proteção previdenciária ao trabalhador e como essa é, nos dias atuais, sua segurança, o que

Castel (2013) comparou, analogamente, à segurança da propriedade privada da classe proprietária (ou burguesa).

Para construção do primeiro capítulo, foi adotada a pesquisa bibliográfica de autores da História, das Ciências Sociais, Ciências Políticas, do Serviço Social, da Economia e do Direito. Também foi feito uso da pesquisa documental, ao analisar documentos, relatórios e tratados internacionais. Procurou-se, durante a escrita, cruzar os fatos históricos que importavam ao estudo entre as mais diversas áreas do saber, percebendo que dele inúmeras consequências advieram. A revolução industrial, a luta entre capitalismo e socialismo e a luta de classes, a crise de 1929, a adoção do plano Beveridge, o surgimento da Organização Internacional do Trabalho, o *Welfare State*, dentre outros, são exemplos.

Feita a construção da origem da proteção previdenciária, a segunda parte dedicou estudo visando a compreensão da proteção previdenciária no Mercosul, entendendo como e em que contexto surge o bloco e, a partir daí, como nasce esse direito no âmbito regional e como ele avançou institucionalmente. Aproveitou-se para analisar, sinteticamente, como são os sistemas previdenciários de cada Estado parte do Mercosul e os princípios previdenciários adotados pelos Estados e pelo sistema regional.

O desenvolvimento do segundo capítulo também exigiu pesquisa bibliográfica, mas seu principal destaque foi a documental. Foi feito levantamento em todas as atas de reunião do Grupo Mercado Comum, do Conselho Mercado Comum e do Subgrupo de Trabalho nº 10 do Mercosul, desde os anos de 1991 a 2014. A pesquisa foi feita no sítio institucional do Mercosul, cujos dados são públicos e estão disponíveis para consulta. Para analisar os princípios previdenciários foi necessário adotar conceitos de estudiosos sobre o tema e analisar as normas dos Estados parte, bem como as normas editadas no âmbito do Mercosul, verificando a adoção ou não no contexto.

A terceira parte dedicou atenção às perspectivas da proteção previdenciária no Mercosul. Uma vez compreendida a luta histórica pelo direito e como esse se desenvolveu e se institucionalizou no Mercosul, importava compreender como se dera sua aplicação desde a entrada em vigor, em 2005, verificando seus resultados, avanços e desafios ao acesso e universalização da proteção.

Para construção desse capítulo, as pesquisas bibliográficas e documentais não foram suficientes, haja vista que não existia, na época, na literatura, dados sobre a aplicação do Acordo. Também haviam questionamentos sobre o acesso a essa proteção que não constavam em manuais ou relatórios governamentais. Então, a alternativa cabível foi a realização de entrevista com autoridades governamentais para obtenção dos dados necessários à finalização da pesquisa. Mas com tantos países e tantos organismos executantes do Acordo Multilateral de Seguridade Social, restava a definição de qual país concentraria mais informações sobre o Acordo. Por isso, escolheu-se as autoridades do Ministério da Previdência Social brasileiro, haja vista se tratar do país que elaborou o Sistema de Administração de Convênios Internacionais (SIACI) e que estruturou todo o sistema de execução e acompanhamento das prestações previdenciárias concedidas no âmbito regional (PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Em entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2015, com os servidores Denisson Almeida Pereira, Coordenador-Geral de Legislação e Normas e Eva Batista de Oliveira Rodrigues, Coordenadora de Legislação, ambos servidores do Ministério da Previdência Social, foram obtidas

as informações acerca da aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social no Mercosul no sentido de compreender os seus avanços, desafios, limites e resultados. A partir deles foi viabilizado o contato com a servidora Maria da Conceição Coelho Aleixo, do Instituto Nacional do Seguro Social, e com o Coordenador-geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, Aldo Cândido Costa Filho e seu assessor, Luiz Alberto Matos dos Santos.

Após a coleta de dados e o cruzamento das informações bibliográficas, documentais e verbais, pode-se atingir os dados mais relevantes e que esclareceram a problemática do objeto de pesquisa.

RESULTADOS

Da pesquisa realizada, foi possível melhor compreender a proteção previdenciária no Mercosul, sobretudo os seus desafios, no que tange ao acesso e à universalização dessa proteção. Dedicou-se, então, análise sobre o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, verificando, desde a sua entrada em vigor, como tem se dado tal proteção no bloco.

Percebeu-se que um acordo de natureza previdenciária contribui, normalmente, para aprofundar o processo de integração social. É através dele que se estimula a livre circulação de pessoas – característica elementar de um Mercado Comum e objetivo do Mercosul previsto no Artigo 1º do Tratado de Assunção (MERCOSUL, 1991), sobretudo os trabalhadores, além de ampliar a proteção previdenciária à esfera regional, através da totalização das contribuições.

Por se tratar de um acordo que coordena os sistemas de Previdência Social, seguindo a própria lógica estrutural do Mercosul, o Acordo Multilateral atua na coordenação dos sistemas internos de previdência social de cada Estado. Ao trabalhador será aplicada a norma do Estado parte em que exerce a atividade laboral, podendo ser computado, por força da totalização, o tempo de contribuição em um Estado noutro pertencente ao Mercosul. Observe-se que o objetivo desse documento não é harmonizar os sistemas previdenciários, criando normas que reduzam as assimetrias existentes; é apenas coordenar, estabelecer o momento de aplicação de cada sistema interno, de modo a não deixar o trabalhador sem acesso e cobertura previdenciária na região, conforme afirmam Pereira e Rodrigues (2014) em entrevista concedida para realização do estudo.

A tentativa do acordo é de assegurar um direito humano para além das fronteiras nacionais, haja vista a elevação das taxas de migração de trabalhadores no mundo e a existente restrição de acesso a certos direitos em virtude da não cidadania, de carência ou por não cômputo do tempo de contribuição ao sistema previdenciário do país de origem¹.

¹ Apesar de o objeto principal do acordo ter sido os trabalhadores dos países do Mercosul, o mesmo reconhece a aplicação a trabalhadores de outra nacionalidade residentes ou que tenham prestado serviços no território de um de seus Estados partes. Caso o período de serviço tenha sido prestado em um outro país não pertencente ao Mercosul, este poderá ser computado se um dos Estados membro do bloco tiver acordo bilateral com o Estado em questão, desde que o Estado membro reconheça como próprio o período contribuído fora da região (MERCOSUL, 1997a).

Considerando que a proteção previdenciária está assegurada regionalmente, indagou-se quem, efetivamente, pode hoje gozar dela. Em outras palavras, quem tem acesso aos benefícios previdenciários contidos no Acordo Multilateral de Seguridade Social?

Nos termos do Artigo 2, item 1, do Acordo, os direitos previdenciários são reconhecidos aos trabalhadores

[...] que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados Partes, sendo-lhes reconhecidos, assim como a seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeito às mesmas obrigações que os nacionais em tais Estados Partes com respeito aos especificamente mencionados no presente Acordo (MERCOSUL, 1997a).

Ao assinalar que todos os trabalhadores, assim como os seus familiares e assemelhados, que se enquadrem nos requisitos citados deverão ser garantidos os mesmos direitos e obrigações concedidas aos nacionais dos Estados Parte, há aí, maior segurança social aos trabalhadores migrantes do Mercosul, equiparados a cidadãos do próprio Estado para fins de proteção previdenciária e em relação aos quatro benefícios pecuniários indicados no texto do acordo. Todavia, o acordo foi além, ao definir o que considera trabalhador, ou seja, “toda pessoa que, por realizar ou ter realizado uma atividade, está ou esteve sujeita à legislação de um ou mais Estados Partes” (MERCOSUL, 1997a).

A partir das duas leituras, poderia se concluir que os direitos são assegurados, frise-se, a qualquer trabalhador que se enquadre nas definições ora trazidas. Mais ainda, que a proteção previdenciária, ao menos nos países do Mercosul, estaria universalizada, isto é, assegurada a todas as espécies de trabalhadores, independentemente da atividade prestada, ou das condições que assumiram para prestá-la. No entanto, há exclusões de trabalhadores e atividades que não estão amparadas no acordo, como se identificou no estudo.

Importa realizar, entretanto, análise dos dois dispositivos trazidos conjuntamente com o item 2 do Artigo 3 do Acordo (MERCOSUL, 1997a), que diz, expressamente, que cada Estado Parte concederá as prestações pecuniárias de acordo com a sua própria legislação. Ocorre que, ao aplicar a norma interna de cada Estado parte, as assimetrias existentes em matéria trabalhistas insurgem, como nessa questão, cujo conceito de trabalhador fixado no acordo pode ser “ferido” conforme a norma interna do país.

Em pesquisa acerca dos conceitos de trabalhadores adotados por cada Estado parte do Mercosul, constatou-se que os requisitos internos para ser um trabalhador divergem do adotado pelo Acordo Multilateral, de modo que os critérios de acesso à proteção previdenciária tornam-se mais restritivos. O Acordo multilateral estabelece, conforme comentado, que é trabalhador a pessoa que realiza ou realizou alguma atividade e, em virtude dessa, está ou esteve sujeita à legislação de um ou mais Estados Parte (MERCOSUL, 1997a). A nosso ver, essa sujeição pode ser de qualquer forma, haja vista a norma ser aberta, o que dá maior amplitude no rol de obreiros tutelados pelo instrumento.

Todavia, ao analisar o direcionamento às legislações internas dos Estados parte, observamos com facilidade a presença de requisitos comuns para se definir o Trabalhador: a subordinação a alguém, a habitualidade na prestação da atividade e a remuneração pela atividade prestada. No conceito argentino, brasileiro e paraguaio é cristalina essa percepção. No uruguaio, depende de maior

interpretação, sobretudo no que tange o provimento do próprio sustento através do trabalho, que deverá ser habitual e remunerado, e na promoção de uma atividade econômica – o que no arranjo social moderno não exclui a subordinação.

O acesso à proteção previdenciária, assim, está condicionado, em todos os países do Mercosul que a reconheceu, ao preenchimento, pelo trabalhador, dos requisitos de habitualidade, subordinação e percepção de salário pela atividade prestada em um dos Estados parte. Tal percepção exclui do rol de protegidos um grande número de trabalhadores, como os informais² e os desempregados³, por exemplo. Conforme Pereira e Rodrigues (2014), o Acordo protege aqueles trabalhadores que, em algum momento de suas vidas, contribuíram com a previdência de algum dos países do Mercosul. Cada legislação pode definir e alterar o que consideram como tempo de contribuição, mas, na atualidade, todos os países entendem como o aporte efetivo de recursos, de modo que, o trabalhador na informalidade⁴, não goza da proteção previdenciária.

Convém registrar que este estudo adotou a concepção ampliada de Antunes e Alves (2004, p. 342-343) acerca do trabalhador em uma sociedade cujo capital se mundializou. Trata-se de toda a classe de pessoas que vive do trabalho, da venda de sua força de trabalho, sendo apenas assalariados, privados dos meios de produção e que sofrem os efeitos da precarização.

A proteção previdenciária em cada Estado parte, nos termos do acordo, estende aos trabalhadores migrantes os mesmos direitos e sujeita às mesmas obrigações que os nacionais do Estado Parte em que busca a proteção (MERCOSUL, 1997a). Constrói-se aí o vínculo de pertencimento entre o obreiro e o Estado protetor, que passa a ter o dever de protegê-lo e garantir a segurança de renda caso sofra perda da sua capacidade laborativa. Essa lógica reproduz a concessão do status de cidadania ao nacional de outro Estado membro do Mercosul, passando a tratá-lo com a igualdade e a uniformidade que os nacionais do Estado concedente teriam.

Observe-se que o acordo multilateral não ampliou um direito social a todos os trabalhadores. Apenas o estendeu para alguns, mantendo a fragmentação e a estratificação característica do processo de internacionalização do capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Se incumbe à legislação interna a delimitação da proteção previdenciária, o trabalhador coberto, isto é, protegido, via de regra, será aquele que detém uma relação de emprego, contando

² A média de trabalhadores ocupados em setores informais da economia nos países do Mercosul atingiu a marca de 40,55% dos trabalhadores. O Paraguai ainda segue a liderança na informalidade, com 52,7%. Em segundo lugar, a Argentina, com 37,7%. Logo atrás, o Brasil, com 37,3% e, em seguida, o Uruguai, com 35,1%. (CEPAL, 2014)

³ A OIT (2013, p. 43-44) aponta que o desemprego entre os países do Mercosul tende a não reduzir mais, mantendo os índices atuais, quais sejam, Argentina 7,3% de desempregados, Brasil, 5,6% de desempregados, Paraguai com 8,1% e o Uruguai com 6,8% de desempregados. Todavia, alerta que a América Latina apresenta, hoje, 14,8 milhões de pessoas desempregadas e que, nos próximos 10 anos, deverá gerar 43,5 milhões de empregos, haja vista as mudanças do mercado, geográficas e populacionais que demandará maior atenção aos países dessa região.

⁴ Destaca-se que 40% dos trabalhadores da América Latina não gozam de nenhum tipo de proteção social (OIT, 2013, p. 56). Dentre os países do Mercosul, o Paraguai é o país mais afetado, em que oito a cada dez trabalhadores não possuem acesso à proteção previdenciária (PARAGUAY, 2013).

com a subordinação a um empregador, com a habitualidade e mediante o pagamento de salário pela atividade prestada (JORGE NETO; CAVALCANTE, 2013, p. 264-265); em síntese, o trabalhador empregado.

Além do critério geral de acesso, qual seja, ser o trabalhador empregado, há outros dois que também são reconhecidos no que tange a aplicação do Acordo. Trata-se, primeiro, do trabalhador por conta própria – ou, nos termos da legislação brasileira, trabalhador individual. Trata-se do trabalhador que não possui o vínculo da subordinação, mas que segue a tendência de ser segurado obrigatório nos sistemas internos de previdência (PEREIRA; RODRIGUES, 2014). E, segundo, o Microempreendedor Individual (MEI), que é resultante da política brasileira para reduzir a informalidade no país e ampliar as receitas de financiamento da seguridade social, haja vista que 43,9% dos contribuintes individuais (ou, em números absolutos, 38,4 milhões de trabalhadores de um universo de 87,5 milhões) não contribuía para a previdência social até 2008. Na prática é alternativa aos trabalhadores por conta própria no sentido de incluí-los na proteção social a partir da cobertura previdenciária (CONSTANZI; BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 387-389), oportunizando que estes se tornem “pessoas jurídicas simplificadas”, o que também não afasta a política do processo de precarização do trabalho. Note-se que em ambos os casos o acesso só se dá com a formalização do trabalhador junto ao Estado.

Ao falar em abrangência da proteção previdenciária, é possível verificar que, após nove anos de entrada em vigor, esta não se mostrou como mecanismo efetivo de proteção a todo trabalhador migrante no Mercosul, haja vista que os requisitos para acesso a essa proteção permite a cobertura apenas aos trabalhadores empregados, regra geral, que contam com contribuições de prestações ao seguro social de algum dos Estados partes.

A circulação de trabalhadores de forma segura no Mercosul, com proteção previdenciária, fica adstrita a parcela da classe trabalhadora, que deve possuir vínculo de emprego e, por consequência, com o seguro social do país em que almeja a proteção. Ainda que o acordo amplie a circulação de pessoas (PEREIRA; RODRIGUES, 2014), não é possível verificar que ele amplie a proteção social. Esta decorre do crescimento econômico e da geração de emprego; fatores estes que, a nosso ver, estimulam a circulação de obreiros pelos países do bloco. Constatou-se isso verificando que, até 30 de setembro de 2014, apenas 302 benefícios⁵ foram concedidos no âmbito do Acordo.

CONCLUSÃO

A partir do baixo número de trabalhadores protegidos pelo documento em estudo no Mercosul, buscou-se compreender qual a motivação de se reunir esforços para o estabelecimento de proteção previdenciária no âmbito regional se, após mais de nove anos de sua entrada em vigor, a circulação no bloco continua baixa, há pequena parcela de protegidos e grandes grupos excluídos da proteção e os números de benefícios concedidos são ínfimos perto da população obreira dos

⁵ Com base na informação verbal concedida pela servidora do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) do Brasil, em 30/09/2014, Maria da Conceição Coelho Aleixo.

quatro países e a informalidade ainda é elevada. A partir das percepções feitas, trabalhou-se com duas principais razões que contribuem para a compreensão dos problemas levantados.

A primeira razão é de que o acordo foi pensado na lógica de se atender às empresas transnacionais da região, ou aquelas que desejavam expandir sua produção para o âmbito regional. Através do acordo, é possível efetuar a circulação de mão de obra com segurança social entre os países da região.

Trabalhadores com qualificações específicas para atender às demandas produtivas poderiam, a partir da entrada em vigor do acordo, ser transferidos para prestar serviços em qualquer dos países do Mercosul protegidos contra riscos, do ponto de vista previdenciário. Tal escopo do acordo seria, nesse raciocínio, fortalecer o viés comercial do bloco, viabilizando a economicidade dos fatores de produção, afinal, o Estado passa a se responsabilizar pelo trabalhador no caso de infortúnios, no lugar da empresa. Isso diminui os custos na produção, facilita a transferência de mão de obra e, também, permite maior a competitividade das empresas da região. O viés social, aqui, se mostra como acessório ao comercial, que constituía prioridade do bloco à época da assinatura do acordo, em 1997 (VIEIRA MARTINS, 2014, p. 105).

A outra razão às questões levantadas encontra resposta na cidadania. Historicamente os países do Mercosul concedem direitos e proteção social apenas aos indivíduos que possuem o *status* de cidadãos do país, de modo que esta é percebida exclusivamente na capacidade de se ter direitos e contrair obrigações naquela sociedade.

Trata-se da reprodução, no âmbito regional, do modelo conservador-corporativista de proteção social (FIORI, 1997, p. 135). Observa-se a garantia de acesso e a cobertura previdenciária a apenas pequenos grupos contribuintes em detrimento de uma parcela maior, excluída e que também demanda atenção e proteção por parte do Estado. Há que se revisitar, contrariamente, a ideia clássica de cidadania, que não atende mais à sociedade moderna, transnacionalizada, e fundamentada nos Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes (ONU, 1993). A construção de blocos geopolíticos regionais impõe o dever de se pensar na garantia de direitos para além das fronteiras.

De acordo com Draibe e Riesco (2009, p. 178-179), a meta defendida por alguns segmentos do Mercosul é a de construção de uma “cidadania social”, isso é, a promoção de integração social por meio de políticas sociais unificadas, iguais aos países da União Europeia. Significaria, assim, estabelecer uma cidadania supranacional, comunitária, em um organismo tradicionalmente intergovernamental. Os autores destacam que essa cidadania é adotada como referencial ao estabelecimento da livre circulação de pessoas/trabalhadores.

A ideia de uma cidadania comunitária, supranacional, perpassa pela visão de que os países membros da instituição geopolítica conjuguem esforços para promoção do bem-estar aos indivíduos, atendendo-os nas suas necessidades sociais. Nesse sentido, Kerstenetzky (2012, p. 24) afirma que atender a essas necessidades não significa que estes países devam, exclusivamente, “prover necessidades materiais, mas provê-las por meio de serviços universais que evitem o estigma e contribuam para a construção da identidade das pessoas tendo por referência a comunidade política da qual são membros”.

A reprodução de um modelo corporativo de proteção previdenciária apenas fragmenta e seleciona os trabalhadores que terão acesso e estarão protegidos por esse direito, reproduzindo as diferenças de *status* (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108). O Acordo multilateral, nesse sentido, apenas reproduz a aplicação desse modelo, garantindo o acesso a apenas parcela da classe trabalhadora já que contribui com o modelo previdenciário posto; em outras palavras, quem possui profissão regulamentada e está inserido no mercado de trabalho formal assim reconhecido em todos os países de atuação. Em suma, trata-se de modelo clientelista, compensatório em que a cidadania parece estar ligada ao trabalho (MARCONSIN; SANTOS, 2008, p. 183).

De acordo com Santos (1979, p. 75-76) trata-se de uma “cidadania regulada”. Afirmo o autor que “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo”. Assim, se os direitos do cidadão são em decorrência da profissão que exerce, todas reguladas pelo Estado, o trabalhador que não possui ou opta por não a desempenhar adentra a seara da informalidade.

Estruturar a proteção previdenciária regional – e também interna – tendo como base o mercado formal de trabalho reproduz ainda mais o cenário de insegurança social. São cada vez mais frequentes crises do capital que refletem no (des)emprego e na renda dos trabalhadores, tornando-os reféns das oscilações do mercado e criando brechas para alterações nos padrões mínimos de proteção social (CACCIAMALI, 2001, p. 8).

A nós, parece que o caminho necessário a ser percorrido pelo Mercosul é o da construção de políticas de seguridade social capaz de oferecer proteção social àqueles que se encontram sem ela, calcando as ações no plano dos direitos humanos, sobretudo na dignidade humana, e não apenas no atendimento de interesses de investimentos e de capital. A consolidação de uma sociedade justa e menos desigual depende de ações que incluam a todos e assegure o acesso a direitos fundamentais e a participação de todos na sociedade. Com o Mercosul não pode ser diferente.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.
- BANCO MUNDIAL. **Datos Población Activa, total**. 1995-1999. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/Afgz2Q>> Acesso em: 16/06/2015.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de acumulação e processo de Informalidade na América latina Contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 12, n. 1(19), p. 5-49, 2001.
- CASTEL, Robert. **La inseguridad social. ¿Qué es estar protegido?**. 1ª Ed. 5ª reimp. Buenos Aires: Manantial, 2013.
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Indicador de Ocupados urbanos en sectores de baja productividad (sector informal) del mercado del trabajo, por sexo**. División de Estadísticas. Unidad de Estadísticas Sociales, sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países. Dez. 2014.

CONSTANZI, Rogério Nagamine; BARBOSA, Edvaldo Duarte; RIBEIRO, Hélio Vinícius Moreira. A experiência do empreendedor individual na ampliação da cobertura previdenciária no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília. Ed. 62 (4). Out/dez 2011. p. 387-406.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. **El Estado de bien estar social en américa latina: una nueva estrategia de desarrollo**. Madrid: Fundación Carolina – CeALCI, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n. 24. 34p. Set/10/1991.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Dez 1997, v.7, n.2, p.129-147.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

MARCONSIN, Cleier; SANTOS, Cleusa. A acumulação capitalista e os direitos do trabalho: contradição histórica que preside a seguridade social. In: **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. Eliane Rossetti Behring e Maria Helena Tenório de Almeida (Orgs.). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Tratado de Assunção. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. 1991. Assunção. Disponível em: <<http://goo.gl/D8j1PL>> Acesso em: 24/11/2014.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul**. 1997a. Promulgado no Brasil pelo Dec. 5.722, de 13 de março de 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/0gJZnK>> Acesso em: 20/08/2014.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Regulamento Administrativo para Aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul**. 1997b. Promulgado no Brasil pelo Dec. 5.722, de 13 de março de 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/0gJZnK>> Acesso em: 17/11/2014.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Decisão Conselho do Mercado Comum n. 27 de 30/VII/12**. Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al Mercosur. Brasília. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/a07N2D>> Acesso em: 16/05/2015.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Panorama Laboral 2013: América Latina e Caribe**. 2013. 1ª Ed. Peru.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Adotada pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/h0o1bY>> Acesso em: 26/09/2014.

PARAGUAY, Periódico. **En Paraguay, al menos el 80% trabaja sin cobertura social**. Assunção. Publicado em: 01/05/2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Ai0mY8>> Acesso em: 21/11/2013.

PEREIRA, Dênisson Almeida; RODRIGUES, Eva Batista de Oliveira. **Os desafios da Previdência Social no Mercosul:** o Acordo Multilateral de Seguridade Social [set. 2014]. Entrevistador: Guilherme Soares Schulz de Carvalho. Brasília: Ministério da Previdência Social: MPS, 2014. Gravação em Notebook. Entrevista concedida em 30/09/2014 em razão de pesquisa de campo feita pelo entrevistador.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1979.

VIEIRA MARTINS, José Renato. Mercosul: a dimensão social e participativa da integração regional. In: **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Walter Antonio Desiderá Neto (Org.). Capítulo II. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 101-144.

Preparação e inserção dos jovens aprendizes no mercado de trabalho tendo como parâmetro o trabalho decente

Kelen Aparecida da Silva Bernardo
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Maria Julieta Weber Cordova

INTRODUÇÃO

Pela importância social e econômica que o trabalho possui, além de ser um meio de formação de identidade, também é um direito social fundamental, sem o qual seria improvável que a classe que vende sua força de trabalho alcançasse os patamares de uma vida digna. É fato que o simples acesso ao trabalho não garante ao sujeito uma vida digna, mas sem o mesmo a situação fica muito mais complexa. Observa-se que o trabalho possui dimensões sociológicas e empíricas que permeiam a vida cotidiana dos indivíduos. Partilhando do pensamento de Marx em relação ao trabalho, entende-se que este permeia as relações sociais, sendo uma necessidade infindável da vida social (CARDOSO, 2011).

Além do significado social atribuído ao trabalho, a sua função como principal fonte de recurso para a sobrevivência da grande maioria da população mundial é um fator que merece especial atenção. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009, p. 1) apontam que “cerca de 80% da renda total das famílias latino-americanas, ou seja, grande parte da renda familiar e, por conseguinte, das condições de vida dos indivíduos, depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho”. A falta de postos de trabalho com remunerações adequadas traz embutido consigo uma série de questões que levam à violação de direitos sociais.

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho vem sofrendo significativas mudanças como precarização, terceirização e flexibilização dos contratos. Diante dessas circunstâncias, o acesso e permanência no mercado de trabalho colocam-se como um desafio. Porém, para os jovens pertencentes às camadas menos favorecidas, esse desafio é mais significativo, uma vez que eles constituem uma parcela vulnerável que sofre mais profundamente os efeitos da reorganização do mundo do trabalho. Para pesquisa, entende-se como sendo jovens os sujeitos que contemplam a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, conforme a classificação do Estatuto da Juventude. Para essa faixa populacional, os aspectos que caracterizam as especificidades em relação ao mercado de trabalho são: dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho; baixa qualificação profissional e evasão escolar por não conseguir conciliar a vida laboral com a escolar ou pela incapacidade do

sistema educacional em assegurar a permanência dos jovens no ambiente; informalidade e postos de trabalho precários; baixos salários; inserção precoce no mundo do trabalho.

Segundo a OIT (2009, p. 7), no contexto nacional “o desemprego juvenil continua em níveis bastante elevados (sendo mais do que o dobro em comparação aos adultos), além de ser inquietante a proporção de jovens que não estudam e nem trabalham”. Ainda segundo a OIT (2009), a proporção de jovens entre 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham era de 18,8% e a taxa de desemprego juvenil, nessa mesma faixa etária, era 17% no ano de 2007. Conforme Reis (2012, p. 32) “os jovens com idade entre 15 e 24 anos formam os grupos etários que apresentaram os maiores aumentos na taxa de desemprego entre 1996 e 2009”.

Pensando o trabalho para a juventude, a educação e a formação profissional de qualidade são fatores preponderantes para que os jovens assumam reais possibilidades de adentrar ao mercado de trabalho com êxito, possibilitando crescimento profissional futuro. Entretanto, segundo a OIT (2012), a elevação dos níveis de escolaridade não garante por si só o aumento de postos de trabalho, mas, sem educação as possibilidades são ainda mais reduzidas.

Na tentativa de minimizar os impactos negativos provocados pelo acirramento do capitalismo competitivo e pelas constantes crises internacionais, o Brasil, por meio da OIT, vem pautando o Trabalho Decente como resposta ao enfrentamento da desestruturação, flexibilização e precarização das relações de trabalho. O Trabalho Decente é compreendido como sendo aquele que possibilite condições para o indivíduo ter acesso a uma vida digna e está ligado a um entendimento de sociedade sustentável (BRASIL, 2006).

No âmbito da juventude, em 2010, foi elaborada a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil (ANTDJ), a qual possui quatro prioridades que devem ser seguidas para a promoção do Trabalho Decente para a juventude. São elas: Mais e melhor educação; Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; Inserção ativa e digna no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e de tratamento e; Diálogo Social – Juventude, Trabalho e Educação. Dentre essas prioridades, a terceira prioridade, que versa sobre a inserção ativa e digna no mundo do trabalho, norteará as discussões aqui desenvolvidas.

Tendo como parâmetro o trabalho decente, mais especificamente no que tange a inserção dos jovens no mundo do trabalho, verifica-se que não se trata só de inserir os jovens em postos de trabalho, mas sim de melhorar a qualidade desse trabalho. Nesse sentido, a inserção ativa e digna desse segmento populacional está diretamente ligada ao acesso que os mesmos têm à qualificação profissional. É fato que as camadas mais empobrecidas necessariamente dependem de políticas públicas para qualificar-se, pois não dispõem de recursos suficientes para adquirir no mercado educacional os requisitos exigidos pelas configurações do mundo atual. Entretanto, o caráter ideológico da educação para o trabalho, comumente direcionado para os segmentos populares, influencia diretamente na vida desses sujeitos, proporcionando ou não oportunidades de ascensão social.

As questões relativas ao trabalho para a juventude, respeitadas as características geográficas e culturais, são semelhantes em diversos contextos. Os jovens residentes no município de Ponta

Grossa¹-PR não escapam de questões como informalidade, rotatividade, precariedade, inserção precoce e ausência de qualificação adequada, que atingem a população juvenil de diversas regiões.

Diante das inquietações relativas ao trabalho para a juventude e tendo como horizonte os parâmetros do Trabalho Decente, a pesquisa objetivou compreender o processo de preparação e inserção do jovem no mercado de trabalho no município de Ponta Grossa (PR), por meio da política pública de qualificação profissional. Salienta-se que, ao afirmar que os parâmetros do Trabalho Decente nortearam a compreensão do processo de preparação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, se faz tendo como entendimento que parâmetro é um “elemento importante a levar em conta, para avaliar uma situação ou compreender um fenômeno em detalhe”(PARÂMETRO, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referencial teórico-metodológico que sustenta a pesquisa busca compreender a realidade de forma dialética, com suas contradições e disputas de interesses. Assim, ao abordar a problemática do trabalho para a juventude com os parâmetros do Trabalho Decente, são levadas em conta as contradições e dificuldades que permeiam o próprio conceito de Trabalho Decente.

Tendo como ponto de referência a terceira prioridade da ANTDJ, que é a “inserção ativa e digna no mundo do trabalho”, e olhando para as configurações da atual política pública de qualificação profissional, identificou-se a modalidade de qualificação que atua pela via da Lei nº 10.097/2000 que versa sobre a aprendizagem. Os cursos que se encaixam nessa modalidade têm o diferencial de englobar o aprendizado teórico e o prático, uma vez que os alunos são encaminhados para o mercado de trabalho concomitantemente à realização dos cursos. Por suas especificidades, onde existe a exigência legal de um acompanhamento institucional no que se refere à proteção e o respeito dos direitos trabalhistas desse jovem aprendiz, compreende-se que, por meio da Lei de Aprendizagem é possível proporcionar a inserção ativa e digna no mercado de trabalho. Assim sendo, estabeleceu-se como recortes de pesquisa, os cursos que atuam por meio da Lei de Aprendizagem, os quais foram identificados por meio da realização do mapeamento dos cursos de qualificação, ofertados no município de Ponta Grossa pela via da política pública.

É importante ressaltar que somente qualificar a mão de obra não é garantia de acesso a um trabalho considerado decente. Os determinantes dos níveis de empregabilidade e a qualidade desses empregos são permeados por inúmeros fatores. Entretanto, a qualificação é pensada como uma condição necessária para que os jovens possam aumentar suas possibilidades de adentrarem o mercado de trabalho de forma segura e digna. Assim, o acesso a uma qualificação profissional de qualidade favorece a inserção e a permanência dos jovens no mercado de trabalho em ocupações melhores, aumentando a possibilidade de acesso a empregos formais que assegurem seus direitos

¹ O município de Ponta Grossa está situado no Segundo Planalto do Estado do Paraná, na região dos Campos Gerais, sendo a quarta maior cidade do estado em número de habitantes. Mais informações sobre o município serão apresentadas no terceiro capítulo da presente pesquisa.

trabalhistas. Desta forma, entende-se que a qualificação profissional é uma das possibilidades de se alcançar os pressupostos do Trabalho Decente.

A pesquisa teve caráter qualitativo que:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Neste sentido, buscando compreender as particularidades e especificidades que envolvem o processo de preparação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, optou-se por adotar a pesquisa qualitativa, mas sem abrir mão de fontes quantitativas que fornecem dados que descrevam certos aspectos que conjugam o estudo em questão.

Com o intuito de conhecer as legislações que orientam a preparação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como as regulamentações referentes ao trabalho juvenil, lançou-se mão da pesquisa documental. Gil (2010) explica que a mesma consiste no emprego de referências que, até o momento da consulta, não receberam tratamento analítico ou que podem sofrer alterações posteriores. Os documentos utilizados foram: a Agenda Nacional de Trabalho Decente; a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil; a Lei nº 10.097/2000 que se refere à aprendizagem, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005; a Portaria nº 723/2012 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), a qual traz modificações na execução dos cursos de aprendizagem; a Constituição Federal Brasileira de 1988; a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9394/96 e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A aproximação com os estudos sobre o mundo do trabalho, Trabalho Decente, bem como em relação à juventude ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2010), consiste na consulta de materiais já existentes, como livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador analisar uma gama muito maior de fenômenos do que aquela avaliada na pesquisa de campo (GIL, 2010). Desse modo, destacam-se algumas obras utilizadas: Trabalho Decente e juventude (OIT, 2007); Trabalho Decente: conceitos, histórico e proposta de ações (ANAU; CONCEIÇÃO, 2011); Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (ANTUNES, 2006) e demais artigos, dissertações e livros referentes à temática, os quais formam utilizados com o intuito de dar embasamento teórico para a pesquisa.

Com a finalidade de mapear os cursos de qualificação profissional ofertados no universo de pesquisa, foram realizadas visitas institucionais, bem como contatos via telefone. Primeiramente, realizaram-se visitas no Conselho Municipal da Assistência Social e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, objetivando consultar as bases de dados para identificar as instituições promotoras de qualificação profissional que estavam cadastradas nos referidos conselhos. Após a identificação das instituições, foram realizadas visitas institucionais, bem como contatos telefônicos com o intuito de conhecer a atual organização da política pública de qualificação para o trabalho do município. Para tanto, foi elaborado um pré-roteiro para orientar os contatos.

Consultas foram realizadas na base de dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do MTE, o qual divulga informações oriundas dos Registros Administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com o intuito de identificar qual o setor que mais emprega os jovens no município de Ponta Grossa. Essa etapa da pesquisa partiu do preceito de que a experiência com o trabalho ocupa um lugar de destaque, não sendo o único, mas sendo primordial na formação da identidade do sujeito. Assim, ao identificar o setor que mais emprega os jovens, identificamos também quais as áreas que estão proporcionando as primeiras vivências com trabalho.

Com o intuito de compreender como a qualificação pela lei de aprendizagem está sendo desenvolvida, foram realizadas entrevistas com os gestores dos cursos aprendizagem. Quando se classifica os gestores como sujeitos de pesquisa, se faz pensando na pessoa que é o principal responsável por administrar as atividades relacionadas ao desenvolvimento dos cursos de aprendizagem. Assim, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, que consistem em:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tentar solucionar problemas sociais (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 80).

Partindo desse entendimento, o uso da entrevista semiestruturada permite ao pesquisador uma maior flexibilidade na obtenção de informação. Segundo Triviños (2007) a entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas informalmente. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2007, p. 146).

Assim, entende-se que, por meio da entrevista semiestruturada, é possível obter informações que identifiquem os fatores que compõem a gestão dos cursos de aprendizagem no município de Ponta Grossa. Portanto, os sujeitos entrevistados foram os gestores das seguintes instituições que ofertam cursos de aprendizagem: Programa Jovem Aprendiz, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A interpretação das informações obtidas teve como referência a análise de conteúdo. De acordo com Gomes (2007, p. 84), “através da análise de conteúdo, pode-se caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Este método possui três etapas que são: “pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial” (BARDIN, 1979 *apud* GOMES, 2007, p. 161). A pré-análise é a etapa da organização do material; a descrição analítica é quando se faz a análise do material coletado embasado pelo

referencial teórico; a interpretação inferencial é a etapa em que são feitas as reflexões e as conclusões a partir dos materiais coletados, permitindo compreender, analisar e interpretar os dados obtidos.

Ressalta-se que a pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil e recebeu o parecer favorável, estando desse modo de acordo com as determinações éticas que envolvem uma pesquisa científica.

RESULTADOS

O aporte teórico-metodológico possibilitou compreender os processos que provocaram mudanças no mundo do trabalho, fazendo surgir novas configurações nas relações de trabalho. A adoção de ideias neoliberais provocou a implantação de medidas que levaram à flexibilização, à precarização e à terceirização do trabalho.

Em um contexto de intensa precarização do mundo do trabalho, com grandes índices de desemprego vivenciados no final dos anos 90, a OIT busca, por meio da bandeira do Trabalho Decente, o enfrentamento dessa situação. Analisando a proposta do Trabalho Decente, foram identificadas algumas contradições. Porém, foi possível inferir que os pressupostos do Trabalho Decente visam melhores condições para a classe trabalhadora, pois buscam propiciar condições para que o indivíduo tenha uma vida digna através do respeito às normas trabalhistas, do trabalho adequadamente remunerado, sendo “exercido em condições de liberdade, equidade e segurança” (BRASIL, 2010, p. 11).

As reflexões sobre a qualificação para o mundo do trabalho, realizadas na pesquisa, demonstram que existe uma histórica dualidade no direcionamento da educação voltada ao trabalho. Para as classes mais empobrecidas, a educação era voltada para atividades de fácil aprendizado, com habilitações profissionais fragmentadas e generalistas. No entanto, a educação voltada para as habilidades mais intelectualizadas, de difícil aprendizagem, eram direcionadas para as elites sociais. Nesse sentido, conforme Kuenzer (1997), pode-se identificar no caminho percorrido pela educação brasileira uma separação entre a preparação de intelectuais, destinados aos cursos superiores e a preparação dos que desempenhavam atividades generalistas no processo produtivo.

A realização do mapeamento permitiu construir um retrato de como a política pública de qualificação profissional está estruturada no *lôcus* de pesquisa. A qualificação ligada ao sistema formal de educação, ofertada por meio dos colégios e institutos estaduais, é variada, sendo voltada para atividades de conhecimentos distintos de determinadas áreas específicas, demandando habilidades intelectuais relativas às matérias como: matemática, química, biologia e física. Também, identificou-se que são ofertados cursos com formações mais gerais, de fácil aprendizado. Portanto, a qualificação desenvolvida pelo sistema formal de educação constitui-se em oportunidades direcionadas para vários segmentos do mercado de trabalho, cabendo ao aluno escolher sua formação de acordo com suas aptidões.

No que tange a qualificação profissional desvinculada do sistema formal de educação, foi possível depreender que, de maneira geral, é voltada para atividades mais técnicas e de fácil aprendizagem, não exigindo dos alunos aptidões distintas. Assim, a formação profissional ofertada

pela política pública é direcionada para formar pessoas com habilidades generalizantes, de fácil aprendizagem. Ao refletir sobre esse fato, verifica-se que, com exceção de alguns cursos ofertados pelo Senai, a grande maioria das qualificações, desvinculadas do sistema formal de educação, são pontuais, direcionadas para uma atuação mais tecnicista, não possibilitando ao aluno o aprendizado de matérias específicas de determinadas profissões.

A identificação dos setores que mais empregam os jovens no município de Ponta Grossa evidenciou que a realidade vivenciada pelos jovens do município não é um fenômeno peculiar ao *lôcus* de pesquisa, mas também atinge os jovens no contexto nacional, os quais são predominantemente inseridos nos setores de serviços e comércio. Tal fato pode evidenciar a fragilidade da política pública de qualificação profissional, em ofertar formações diferenciadas e de qualidade, para que esses jovens possam ser inseridos em outros setores produtivos da economia.

Pensando à qualificação para os novos trabalhadores, a qual é direcionada para alunos e egressos do ensino médio, na modalidade de aprendizagem a partir dos 14 anos de idade, foi possível verificar que o Estado, por meio dos institutos e colégios estaduais, bem como do Programa Municipal Jovem Aprendiz e da UEPG, desponta como um dos principais executores da política pública de qualificação para novos trabalhadores.

Dicotomicamente, as organizações não governamentais despontam como as principais responsáveis em ofertar a qualificação permanente as pessoas que não se encaixam na condição de estudantes e aprendizes. É importante evidenciar a contradição existente nesse fato, pois se verifica a retirada do Estado na execução da qualificação profissional permanente, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil. Porém, o financiamento dessa política ainda advém dos recursos públicos, ou seja, o Estado atua como cofinanciador, deixando para a sociedade civil a responsabilidade da oferta do serviço.

Em relação à aprendizagem, foco de análise da presente pesquisa, verificou-se que, salvo as exceções, como os cursos ofertados pelo Senai, os cursos restantes não oferecem de fato uma aprendizagem específica com habilidades diferenciadas que qualifiquem esses jovens para adentrarem o mercado de trabalho com uma profissão específica. Por outro lado, ao adentrarem nos cursos de aprendizagem, os jovens têm a possibilidade de vivenciar o contexto laborativo, de entrar em contato com determinadas profissões, que podem ser aperfeiçoadas futuramente, caso esses aprendizes se identifiquem com essas atividades.

Quanto à inserção dos aprendizes no mercado de trabalho, identificou-se, que diferentemente dos jovens, o setor econômico que mais emprega os aprendizes é o da indústria. Constatou-se que cada instituição tem formas diferenciadas de realizar a inserção dos aprendizes no ambiente de trabalho. Entretanto, essas diferenciações não trazem prejuízos ao que dispõe a legislação que regulamenta a aprendizagem. Assim, os alunos que estão matriculados nos referidos cursos, consequentemente, estão desenvolvendo a parte prática em postos de trabalho condizentes com seu desenvolvimento, tendo seus direitos trabalhistas respeitados, uma vez que o Ministério Público do Trabalho está fiscalizando o processo de aprendizagem. Nesse sentido, é possível inferir que os adolescentes e jovens aprendizes desenvolvem seu trabalho em condições de liberdade e segurança,

sendo inseridos dignamente no mundo do trabalho, estando de acordo com os parâmetros do Trabalho Decente.

No que se refere ao conhecimento e compreensão que os gestores dos cursos possuem sobre o Trabalho Decente e a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil, por meio da entrevista, constatou-se que a temática do Trabalho Decente ainda não é conhecida pela grande maioria dos gestores. Dos quatro sujeitos entrevistados, apenas um declarou que os pressupostos do Trabalho Decente estão presentes nas atividades desenvolvidas pela instituição. Os demais gestores afirmaram desconhecer a temática, assim como a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil.

CONCLUSÃO

Entre as várias possibilidades de análise que permeiam a temática do trabalho para a juventude, buscou-se dar enfoque sobre a qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Ao final da pesquisa, pode-se concluir que a qualificação profissional continuada, ofertada pela política pública, é direcionada para formar pessoas com habilidades generalizantes e de fácil aprendizagem. Os resultados da pesquisa possibilitaram inferir que a maioria das qualificações, desvinculadas do sistema formal de educação, são pontuais, direcionadas para uma atuação mais tecnicista, não possibilitando ao aluno o aprendizado de matérias mais complexas e específicas, de determinadas profissões valorizadas pelo mercado de trabalho.

Diante dos resultados expostos, muito mais que conclusões, o que surge são questionamentos em relação a efetividade das políticas públicas de qualificação profissional voltadas para as camadas mais empobrecidas. Se tomarmos como ponto de partida as questões identificadas ao logo da presente pesquisa, o horizonte em relação a efetividade da qualificação profissional oferta pelo Estado não se mostra muito promissor.

REFERÊNCIAS

ANAU, R. V.; CONCEIÇÃO, J. J. Trabalho decente: conceito, histórico e propostas de ações. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, São Bernardo do Campo (SP), v. 2, n. 2, p. 44-68, 2011. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/ReFAE/article/view/2424/2455>>. Acesso em: 7/02/2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo, São Paulo, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18/05/2013a.

BRASIL. **Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em: 10/03/2013.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm>. Acesso em: 21/10/2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 7/12/2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente.** Brasília: MTE, 2006. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012EFD9027785D9E/Agenda%20Nacional%20do%20Trabalho%20Decente%20em%20Portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 25/10/2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil.** Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE53F261E58FB/Agenda%20Nacional%20do%20Trabalho%20Decente%20para%20a%20Juventude.pdf>>. Acesso em: 05/10/2011.

BRASIL. **Portaria n. 723, de 23 de abril de 2012.** 2012b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C140137709B066818B2/Portaria%20MTE%20n%C2%BA723,%20de%2023%20de%20abril%20de%202012.pdf>>. Acesso em: 15/02/2013.

CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo (SP), v. 23, n. 2, p. 265-295, 2011.

CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo (SP), v. 23, n. 2, p. 265-295, 2011.

GARAY, A. B. S. **Reestruturação produtiva e desafios de qualificação:** algumas considerações críticas. Disponível em: <<http://www.medtrab.ufpr.br/arquivos%20para%20download%202010/Reestruturacao%20produtiva.pdf>>. Acesso em: 11/11/2013.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. p. 79-108.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. p. 79-108.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. p. 79-108.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. S. C. Ciências, técnicas e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. p. 9-30.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil.** Brasília; Genebra: OIT, 2009.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**. Brasília; Genebra: OIT, 2009.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Tendencias Mundiales del Empleo 2012**. Prevenir una crisis mayor del empleo. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_168095.pdf>. Acesso em: 11/11/2013.

PARÂMETRO. **Dicionário on-line de português**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/parametro>>. Acesso em: 18/11/2013.

REIS, M. Um panorama do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília (DF), v. 17, n. 50, p. 27-39, 2012.

Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2000.

O tacógrafo como instrumento possivelmente capaz de controlar a jornada dos motoristas de caminhão empregados no ramo do transporte de cargas

Daniel Scheliga
Silvana Souza Netto Mandalozzo
Solange A. B. de Moraes Barros

INTRODUÇÃO

A economia de qualquer país do mundo depende do transporte, tanto da matéria-prima, como dos produtos acabados. Independentemente do tipo de transporte, seja ele predominantemente rodoviário, ferroviário, ou de qualquer outra forma, a questão é que para um país se desenvolver economicamente, ele necessita deslocar produtos de um lugar para o outro.

O Brasil, historicamente, adotou o sistema rodoviário como o principal meio de transporte, tornando-se esse, como dito acima, um dos setores de maior importância para o seu desenvolvimento econômico e, em consequência disto, surgiu uma determinada classe de trabalhadores, qual seja, a dos motoristas de caminhão empregados atuantes no ramo do transporte de cargas.

O trabalho visou pesquisar a possibilidade de se controlar a excessiva jornada executada pelos motoristas de caminhão, na condição de empregados, exercendo sua atividade voltada para o transporte de cargas.

Neste cenário, revelou-se uma situação que estava e continua sendo rotineiramente levada ao Poder Judiciário, ou seja, os litígios envolvendo motoristas de caminhão empregados e os empregadores, debatendo sobre a possibilidade ou não de controle da jornada da categoria e, consequentemente, a remuneração pelo labor extraordinário. Devido ao número de casos envolvendo a situação, que foi o objeto da pesquisa, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) chegou a editar uma Orientação Jurisprudencial sobre o assunto, como se verá abaixo, fato este que também ajudou a justificar a relevância da pesquisa.

Destaque-se, que além de envolver uma discussão jurídica, a mídia também explorava a situação, o que motivou reportagens em renomados programas de televisão com audiência a nível nacional, demonstrando a excessiva jornada de trabalho dos motoristas de caminhão aliadas ao grande consumo de drogas para suportar a rotina de vida desregrada, tudo isso devido a falta de uma legislação, na época, que regulamentasse a atividade.

Além disso, outros problemas sociais relacionados ao não controle da jornada dessa classe foram analisados, como por exemplo o enorme número de acidentes envolvendo os caminhões

transportando cargas, sinistros esses resultantes das longas jornadas de trabalho diariamente executadas por esses trabalhadores causando mortes no trânsito e prejuízos econômicos.

Também foram apontados os aspectos históricos que antecederam o problema social que culminou a pesquisa, fazendo-se uma análise sobre o desenvolvimento do transporte rodoviário no país, que continua sendo o principal meio para efetuar a circulação da riqueza no Brasil, fato este que fundamenta a importância de se estudar essa classe de trabalhadores atuantes no setor.

Outro fato abordado na pesquisa foi a luta de classes existente entre os motoristas de caminhão empregados e a classe dos empregadores, proprietários dos caminhões que, por não ser possível, ou por não controlar a jornada dos motoristas, conseqüentemente, acabavam enquadrando-os como trabalhadores que exercem a sua atividade laboral externamente a sede da empresa, portanto seriam incompatíveis com a fixação e controle do horário de trabalho.

Buscou-se assim um estudo sobre a jornada de trabalho executada pelos motoristas de caminhão empregados atuantes no transporte de cargas, apontando os excessos em sua execução e analisando-se instrumentos que possivelmente possibilitariam registrar dados sobre o horário de trabalho da categoria dos motoristas de caminhão empregados que atuam no transporte de cargas.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em apurar a possibilidade de controle da jornada de trabalho dos motoristas de caminhão na condição de empregados.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se:

- Estudar se o tacógrafo é um instrumento capaz de registrar informações sobre o horário de trabalho.
- Analisar se seria possível controlar a jornada dos motoristas de caminhão na condição de empregados, atuantes no transporte de cargas.
- Revelar se houvesse possibilidade de tal controle, por meio das informações constantes nos discos do tacógrafo, o direito do motorista empregado atuante no ramo do transporte de carga receber a remuneração pelo labor extraordinário, caso executado.

METODOLOGIA

Como metodologia, foram utilizadas a pesquisa documental e a revisão bibliográfica. A realização de uma pesquisa exploratória, com base na revisão bibliográfica, buscou a fundamentação teórica do objeto investigado. A pesquisa documental foi realizada nos sites dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país, em especial no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que é o do Paraná, assim como no site do Tribunal Superior do Trabalho, no qual as decisões judiciais acabam repercutindo em todo o país.

Desta forma, o estudo documental procurou levantar informações contidas nas decisões acerca do objeto da pesquisa, com o intuito de revelar o que está sendo decidido nos Tribunais pátrios e qual a fundamentação de tais decisões.

Fez-se inicialmente um estudo sobre a jornada de trabalho ao longo da história da humanidade até o que se tinha na época referente ao trabalho e o seu controle, dando-se ênfase ao desenvolvimento do Direito de Trabalho no Brasil e conseqüentemente do controle da jornada.

Também realizou-se um estudo sobre a luta de classes existente no trabalho, embasando-se nas teorias de Marx e Engels na obra Manifesto do Partido Comunista (2009). Dentre os outros doutrinadores que embasaram tal estudo, pode-se citar: Vianna (1997), Nascimento (2004), Gomes e Gottschalk (1972), Moraes Filho (1960).

Realizou-se uma pesquisa doutrinária, com obras clássicas da seara trabalhista até doutrinadores da atualidade, entre eles: Delgado (2006), Barros (2009), Chiarelli (1965), buscando-se qual a interpretação dada aos preceitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em específico as previsões sobre o controle da jornada de trabalho e suas exceções.

Seguindo, procurou-se demonstrar alguns dados estatísticos sobre o transporte de cargas no Brasil e o desenvolvimento da frota de caminhões. Também abordou-se a questão dos sinistros e vítimas decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo caminhões.

Instrumentos possivelmente capazes de registrar a jornada de trabalho dos motoristas de caminhão passaram a ser estudados, sendo que o tacógrafo, em especial, foi o de maior análise, pelo fato de ser um aparelho obrigatório em todos os caminhões, buscando-se fazer com que os resultados da pesquisa refletissem em toda a classe.

Por fim, realizou-se uma pesquisa em decisões judiciais, com o intuito de revelar o que os Tribunais têm decidido sobre a questão, juntando-se e comparando-se julgados favoráveis e contrários a utilização do tacógrafo como instrumento capaz de controlar a jornada dos motoristas de caminhão na condição de empregados.

RESULTADOS

Tratando-se de um caso que repercute em todo o país, pesquisou-se, inicialmente, decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem Jurisdição a nível nacional, e chegou aos seguintes dados sobre o controle da jornada por meio do tacógrafo:

- a) Que o tacógrafo registra velocidades e não serve como cartão ponto, servindo suas informações para se apurar uma eventual responsabilidade do motorista em caso de acidente;
- b) O tacógrafo pode ser usado como meio auxiliar para o controle indireto da jornada, desde que o empregador fixe o início e o término, observe de forma rígida o trajeto e a velocidade, inclusive os períodos de descanso intrajornada.

Vê-se que no fundamento acima, reconheceu-se o tacógrafo como auxiliar, interpretando-se que haveria necessidade de outros elementos que comprovassem o controle da jornada, como por exemplo, rotas pré-estabelecidas com previsão de duração das viagens.

Assim, todos os julgados citados mantinham o mesmo fundamento, qual seja, de que somente o tacógrafo, sem outros elementos, não serve para comprovar a jornada de empregado em atividade externa, como é o caso dos motoristas de caminhão.

Tais decisões seguiram a OJ 332 da SDI-1 do TST, que não aceita somente o tacógrafo como meio para controlar a jornada de trabalhador externo¹.

¹ OJ 332. MOTORISTA. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTERNA. CONTROLE DE JORNADA POR

Também, foi realizada uma pesquisa a nível mais regional, ou seja, no Estado do Paraná, sendo assim, foram analisadas decisões judiciais do Tribunal Regional do Paraná (TRT 9), sendo que ao se pronunciar sobre o controle da jornada de trabalho dos motoristas de caminhão, com base nas informações fornecidas pelo tacógrafo, apurou-se decisões quase unânimes entre todas as Turmas, no sentido de que não é possível, sob o fundamento de que tal aparelho serve exclusivamente para auferir a velocidade do veículo, não se prestando para o controle da jornada, necessitando-se de um aparelho específico para este fim.

Apenas a 2ª Turma do TRT 9 reconhecia que o tacógrafo, por si só, é capaz de controlar a jornada de trabalho dos motoristas de caminhão, com o fundamento de que somente a impossibilidade total de controle é que fundamenta a jornada do trabalhador externo, como é o caso dos motoristas de caminhão no transporte de cargas, não ser controlada.

CONCLUSÃO

Apesar da pesquisa apontar que o tacógrafo é um instrumento que possibilita demonstrar o tempo em que o caminhão esteve em movimento ou parado, assim, o tempo em que o motorista estava laborando ou descansando, também, identificar qual o motorista que executava o labor, bem como, a data e a hora do início da operação do veículo, verificou-se que, apesar de registrar todas essas informações, é quase unânime as decisões dos Tribunais no sentido de não se reconhecer o controle da jornada dos motoristas de caminhão empregados com base apenas nos registros fornecidos por tal instrumento.

A pesquisa também revelou que é unânime nas decisões judiciais analisadas, o reconhecimento do controle da jornada dos motoristas de caminhão empregados, quando, analisando-se o contexto fático-probatório, fica demonstrado que o empregador realmente poderia exercer a fiscalização do labor executado, mesmo que indiretamente, e que o fato da atividade ser externa não quer dizer que não haja a possibilidade de fiscalização da jornada de trabalho.

Neste cenário, ficou claro que esse tipo de transporte tornou-se inevitável pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil e que até aquele momento da pesquisa não havia uma legislação dedicada a esta classe de trabalhadores, regulamentando a profissão, prevendo direitos e deveres e consequentemente evitando os problemas sociais, individuais e econômicos apontados na pesquisa.

Atualmente, tal situação passou por uma grande transformação, pois foi publicada a chamada “Lei dos Caminhoneiros” (Lei 12.619, de 30 de abril de 2012)², que regulamentou primeiramente

TACÓGRAFO. RESOLUÇÃO N. 816/1986 DO CONTRAN. DJ. 09.12.03. O tacógrafo, por si só, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho de empregado que exerce atividade externa (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2003, p.1113).

² Fonte consultada: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112619.htm. Acesso em: 08 ago. 2015.

o exercício da profissão e que posteriormente sofreu algumas modificações com a denominada “Nova Lei dos Caminhoneiros” (Lei 13.103, de 02 de março de 2015)³.

A Lei 12.619/12, que regulamentou inicialmente a profissão, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prevendo o direito do motorista de caminhão empregado usufruir tanto do intervalo intrajornada quanto do intervalo interjornada. Tal Lei garantiu aos motoristas de caminhão empregados uma jornada de trabalho diária de oito horas, com a possibilidade de no máximo duas horas de prorrogação, assim como um intervalo intrajornada de no mínimo uma hora para alimentação além do repouso diário de onze horas a cada vinte e quatro horas. Também, e de grande importância, obrigou que nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o empregado do ramo tivesse um intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção.

Acontece que, no final do mês de fevereiro e início do mês de março de 2015, uma manifestação tomou conta do país, ganhando proporção a nível nacional, foi a chamada “greve dos caminhoneiros”. Apesar do nome, tal movimentação, que em sua origem se deu pela paralização dos caminhoneiros que bloquearam estradas, dificultado o transporte no país, ganhou outros adeptos, que levantando uma bandeira de cunho político, aderiram a manifestação pedindo o impeachment da atual Presidente, Dilma Rousseff, assim como o combate a corrupção no setor Público do país.

Mas, em sua origem, a manifestação se deu devido as constantes altas do preço do óleo diesel, encarecendo o custo do transporte e comprometendo o lucro de tal atividade. Apesar de esse ser o principal motivo da manifestação, como dito acima, os reflexos de tal paralização culminaram desde acertos sobre o congelamento temporário do preço do diesel, até a edição da denominada “Nova Lei dos Caminhoneiros”, como ficou conhecida a regulamentação aprovada, consistindo ela em uma das condições para se pôr fim a paralização por parte dos trabalhadores e empresas do segmento, trazendo algumas alterações quanto ao tempo diário de direção, que poderá ser aumentado, e quanto aos intervalos intrajornada, que aumentou o tempo contínuo de direção, sendo, portanto, prejudiciais, diga-se de passagem, tanto no aspecto jurídico quanto no social.

Tais considerações demonstram que o assunto ainda gera debates e principalmente manifestações da sociedade civil, sendo que mais especificamente sobre o controle da jornada, cumpre destacar que tanto a “Lei dos Caminhoneiros” como a “Nova Lei dos Caminhoneiros” preveem que agora a obrigatoriedade é do empregador de controlar a jornada de trabalho do motorista de caminhão empregado atuante no ramo do transporte de cargas e em não sendo feita tal fiscalização, tem-se, inicialmente, aceitado como verdadeira a jornada alegada pelo motorista de caminhão numa eventual ação trabalhista.

³ Fonte consultada: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13103.htm. Acesso em: 08 ago. 2015.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: LTr, 2009.
- CHIARELLI, Carlos Alberto G. **Formulário Trabalhista**. Rio de Janeiro: José Konfino – Editor, 1965. p. 20-21.
- DELGADO, Mauricio Godinho. Duração do trabalho – jornada. In: _____. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006. Cap. XXIII, pt. I, p. 830- 949.
- GOMES, O.; GOTTSCALK, E. A Duração do Trabalho. In: _____. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: Forense, 1972. Cap. 18, p. 284-297.
- MANIFESTO do Partido Comunista: Marx & Engels. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção A Obra Prima de cada Autor).
- MORAES FILHO, Evaristo de. Conceito de trabalho: em geral e no Direito do Trabalho. In: _____. **Tratado Elementar de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960. v.I, cap. IX, p. 209-304.
- NASCIMENTO, A. M. Jornada diária. In: _____. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 32. ed. Rio de Janeiro: LTr, 2006. Cap. XI, p. 165-176.
- VIANNA, S. Antecedentes Históricos. In: SÜSSEKIND, A. *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 1997. v. 1, p. 29-53.

“PARA PRESIDENTE, VOTE NA GENTE”

As personalidades presentes nos programas do PT e PSDB veiculados no horário eleitoral de 2002, 2006 e 2010

Camilla Quesada Tavares
Emerson Urizzi Cervi

INTRODUÇÃO

A redemocratização do país trouxe avanços significativos em termos de participação social. A forma mais simples é por meio do voto, caracterizado como pleno exercício da cidadania em contextos democráticos. Apesar de hoje já haver experiências de ampliação desse ambiente participativo (DAGNINO, 2004), a partir dos conselhos, Orçamentos Participativos, consultas públicas, dentre outros, as eleições recebem maior atenção neste sentido. A cada dois anos os brasileiros são convocados para expressar sua vontade nas urnas, escolhendo os representantes aos cargos públicos eletivos. O processo de decisão perpassa pelas informações disponíveis na sociedade sobre os candidatos e partidos, seja por meio da cobertura dos veículos jornalísticos ou pelo conteúdo veiculado a partir dos espaços dedicados às campanhas eleitorais – como é o caso do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). E é sobre esse último ambiente que este trabalho se dedica.

O processo de decisão do voto leva em conta vários elementos (VEIGA, 2002); portanto, as campanhas eleitorais se dedicam a explorar as possibilidades para convencer o eleitor a votar em determinado candidato não apenas a partir das informações objetivas, mas tentam influenciá-lo sob outros fatores, como os persuasivos e emocionais. Tendo isso em vista, esse trabalho se dedica a investigar uma das estratégias presentes nos programas do HGPE dos candidatos à Presidência da República do PT e PSDB, em três eleições distintas (2002, 2006 e 2010). Esta estratégia refere-se aos personagens (políticos e sociais) presente nos programas eleitorais do primeiro turno de cada ano, os quais colaboram com a construção da imagem do candidato. A hipótese principal é a de que os candidatos de ambos os partidos buscam apoios de pessoas importantes dentro do contexto político e social para manifestarem sua posição nos programas veiculados no horário eleitoral, embora empreguem a estratégia de maneira distinta. A estas pessoas que manifestam apoio aos candidatos durante a campanha, reunindo características específicas para tal função, propõe-se defini-las como patrono do candidato¹. Outra hipótese é a de que o PT inaugura um novo tipo de apoio com Lula, em 2010.

¹ Não são todas as personalidades aparentes no horário eleitoral que são consideradas patronos. Para fazer essa

O patrono é a pessoa que possui relação pessoal ou política com o candidato e o apoia publicamente, estando ao seu lado em compromissos eleitorais e ajudando a construir a imagem pública frente ao eleitor. Ele aparece sempre para tentar melhorar algum aspecto dentro da campanha, que em princípio pode ser a imagem do candidato, visto que o que está em jogo são os atributos pessoais e não temáticos². Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral identificar quem são as pessoas presentes nos programas do primeiro turno do PT e PSDB nos anos de 2002, 2006 e 2010, veiculados no horário eleitoral televisivo. Além disso, busca-se também: 1) verificar se os personagens que aparecem nos programas podem ser considerados patronos, a partir da discussão da literatura; 2) classificar o personagem de acordo com as categorias propostas; 3) fazer uma análise do discurso do patrono (quando houver) baseado nos estudos de Charaudeau (2008).

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, adotou-se a metodologia de análise de conteúdo, a partir da qual serão analisados os excertos do horário eleitoral. Cervi (2009) lembra que o método é apenas o meio para se chegar à finalidade proposta. Sendo assim, não é o pesquisador que escolhe o método e sim o objeto e os objetivos do estudo que indicam qual é o melhor caminho a seguir. Godoy (1995 *apud* GANDIN, 2012) coloca que a pesquisa qualitativa é indutiva, baseada em premissas particulares, além de ser descritiva. Por meio desse método pôde-se buscar no universo do programa eleitoral o caso particular que é o do patrono e, a partir da transcrição do trecho, fazer uma descrição e análise discursiva conforme será visto a seguir. De maneira complementar, para ajudar na visualização e compreensão dos dados descritivos, utiliza-se a metodologia quantitativa. Cada metodologia permite chegar a resultados diferentes, mas verificou-se que o embate entre os pesquisadores que adotam a metodologia qualitativa e aqueles que empregam a quantitativa ainda persiste. No entanto, alguns autores já superaram tais discordâncias, uma vez que entendem que os métodos se complementam na pesquisa científica (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002; MAHONEY; GOERTZ, 2006). É a partir desse pressuposto que se adotou o método quanti-qualitativo para a realização deste estudo.

Na primeira etapa da pesquisa, de caráter descritivo, buscou-se categorizar as personalidades que apareciam no horário eleitoral. Para isso, foram identificados quais políticos/atores estiveram presentes nos programas das três eleições em questão e depois o número de vezes em que eles apareciam³. Num segundo momento, foi realizada uma análise do discurso, baseada no

diferenciação vamos seguir as características e atribuições discutidas no tópico 3, onde definimos o que é e quais os tipos de patrono, apresentado junto com a análise dos dados.

² Parte-se do pressuposto de que o patrono aparece para construir a imagem do candidato e não para tratar de temas de interesse público. No entanto, verificou-se que em alguns casos ele também é uma alternativa para discutir temas, como foi o caso de Lula em 2010.

³ Para a realização deste trabalho foram assistidos os 20 programas eleitorais do primeiro turno de cada pleito, sendo coletada a fala completa da(s) personalidade(s) política(s) e/ou social(is) presente nos programas de cada partido que apareceram para manifestar apoio e pedir voto para o candidato em questão. Em 2002, o PSDB

conceito de *ethos* de Charaudeau (2008), para identificar de que maneira a imagem do candidato foi construída a partir da fala dessas pessoas. Segundo o autor, existem dois *ethé*: os de credibilidade e os de identificação. Entre os *ethé* de credibilidade estão os seguintes *ethos*: de sério, de virtude e de competência. Já entre os de identificação configuram-se os seguintes *ethos*: de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade (CHARAUDEAU, 2008). Conforme forem sendo identificados no discurso, serão mostradas as características que constituem cada imagem, no tópico a seguir.

RESULTADOS

Antes de discutir os resultados da pesquisa empírica, é necessário apresentar conceitualmente o que se entende por patrono. A literatura sobre campanhas eleitorais indica que esse período se tornou um espaço de espetacularização da política (LAVAREDA, 2009), em que a figura do candidato tende a se destacar mais do que a do partido e, em muitos casos, se mostra acima até mesmo da discussão de temas de interesse público (CERVI; MASSUCHIN, 2011). Assim, a disputa pelo poder nas eleições não está mais centrada no melhor plano de governo apresentado, mas sim nas características pessoais de cada candidato, além do seu poder comunicativo (MANIN, 1995). A partir dessas características do novo modo de fazer política em sociedades complexas, nas quais os meios de comunicação de massa se tornaram fundamentais para o processo político (MANIN, 1995; RUBIM, 2007), novas estratégias começaram a aparecer, principalmente na campanha na televisão. Um desses exemplos é o patrono. O patrono é a pessoa que possui relação com a trajetória política do candidato, apoiando-o publicamente, estando ao seu lado em compromissos eleitorais e o ajudando a construir e dar mais credibilidade à imagem pública frente ao eleitor. O patrono aparece sempre para tentar melhorar algum aspecto dentro da campanha, que tende a ser a imagem do candidato, pois o que está em jogo são os atributos pessoais e não temáticos. Desta forma, propomos dividir o patrono em três tipos: o familiar, o eleitoral e o social. O quadro a seguir sistematiza conceitualmente cada um.

investiu em aparição de pessoas político e/ou socialmente conhecidas, tendo um total de 38 falas provenientes dessas figuras. Por outro lado, acredita-se que o PT optou por outras estratégias na televisão, já que houve apenas três inserções de personalidades, concentradas em um único programa, ao final do pleito. Em 2006 o resultado foi diferente do encontrado na eleição anterior. O número de inserções de personalidades conhecidas diminuiu de 2002 para 2006 no PSDB - 32 ao todo - ao passo que no PT esse tipo de estratégia não apareceu nos programas do primeiro turno. Por fim, em 2010 verifica-se uma inversão de resultados em relação aos outros anos de disputa. Enquanto o PSDB teve apenas uma inserção de personalidades, o PT somou 28.

Quadro 1 - Principais características dos três tipos de patrono

TIPO DE PATRONO	CARACTERÍSTICAS
FAMILIAR	O patrono familiar é aquele que possui parentesco com o candidato. Geralmente são figuras oriundas de famílias tradicionais na política, exercendo a influência tradicional (WEBER, 2002) por já serem conhecidos da população. Está presente na política há muitos anos e sua família já se tornou tradicional dentro do contexto político.
ELEITORAL	O patrono eleitoral é aquele que não tem nenhuma relação de parentesco com o candidato, ficando restrito apenas à ligação por questões políticas. É aquele que “apadrinha” determinado candidato, manifestando apoio direto a ele. Está ligado ao tipo de dominação carismática de Weber (2002), pois ele só ganha notoriedade devido aos seus aspectos pessoais.
SOCIAL	O patrono social se caracteriza principalmente por não estar ligado a nenhum aspecto da vida política nem familiar do candidato. Ele pode se tornar patrono devido à influência que ele exerce no meio social por conta de características pessoais e sociais. Ele possui prestígio frente à população, que pode ser explicado pela distinção social (BOURIDEU, 2007).

Fonte: Autora (2012), baseada nos conceitos de Weber (2002) e Bourdieu (2007).

Agora que se conhecem os tipos de patronos, passemos aos resultados. A parte quantitativa da pesquisa mostra que os tipos de personalidades variam de acordo com o partido e ano. Em 2002, o PSDB recorreu ao apresentador Gugu (34,2%), aos cantores sertanejos Chitãozinho e Chororó (5,3%) e a escritora Glória Perez (7,9%). O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apareceu somente duas vezes (5,3%), assim como o atual senador Aécio Neves (PSDB). Pessoas socialmente conhecidas (2,6% cada) e políticos aliados ao candidato (2,6% cada) também estiveram presentes. O apresentador Gugu, embora tenha aparecido com maior frequência do que as demais pessoas e está no HGPE na condição de apresentador, não se comporta como patrono. Serra já é conhecido, pois ocupou outros cargos eletivos no Brasil e também integrou dois Ministérios no governo Fernando Henrique, o do Planejamento e da Saúde. Diferentemente, Fernando Henrique Cardoso tem ligação com a história do candidato e, de certa forma, introduziu-o no cenário nacional a partir da confiança dos dois Ministérios. Então, o ex-presidente é considerado patrono eleitoral de Serra, mas Gugu não pode ser classificado como social. Por outro lado, nos programas do PT em 2002 apareceram apenas três inserções de personalidades políticas e/ou sociais. As pessoas presentes nos programas do PT foram o sociólogo Antônio Cândido⁴, o economista Celso Furtado⁵ e o desenhista Ziraldo⁶. Cada um apareceu apenas uma única vez para dar depoimento a favor de Lula durante um encontro com artistas e intelectuais brasileiros. Como eles não possuem

⁴ Antônio Cândido é professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É também sociólogo e escritor e um dos fundadores do PT, em 1980, junto com Lula. No entanto, não pode ser considerado patrono de Lula porque não o apresenta como seu candidato, nem se mantém presente nos programas do horário eleitoral. O sociólogo aparece apenas uma vez, para dar depoimento a favor do candidato do PT em 2002.

⁵ Celso Furtado é economista e participou da Comissão do Plano de Ação do governo Tancredo Neves, em 1985. Também foi ministro da Cultura do governo de José Sarney de 1986 a 1988. Também aparece no HGPE apenas como mero apoiador de Lula.

⁶ Ziraldo é cartunista brasileiro. Não ocupou nenhum cargo público nem ajudou a fundar o PT. É apenas amigo de Lula e manifesta essa amizade em um único programa do horário eleitoral de 2002.

história ligada à de Lula, não são mais influentes do que o próprio candidato nos nichos eleitorais do partido, eles não podem ser classificados como patronos. Os três são entendidos apenas como personalidades que caminham juntas com Lula e que acreditam em seu poder político.

Em 2006, as inserções do PSDB foram de personalidades políticas que apareceram para dar depoimento a favor do candidato Geraldo Alckmin. Não se pode considerar nenhum político presente como patrono eleitoral porque eles não possuem relação com a história do candidato, tanto que muitos deles apareceram nos programas de Serra em 2002, como é o caso de Aécio Neves e Jarbas Vasconcelos. Ressalta-se também a inversão de apoios entre Serra e Alckmin: enquanto que Serra recebia apoio de Alckmin em 2002, ele retribuiu aparecendo nos programas do novo candidato na eleição presidencial seguinte. Conforme mostrado anteriormente, o PT não apresentou nenhum apoio político nem social em 2006. Acredita-se que o PT possa ter optado em deixar de fora personalidades políticas nesse período, já que Lula possuía boa aprovação no primeiro mandato⁷, o que para Azevedo (2011) pode estar ligada à boa situação econômica em que o país se encontrava naquele momento, com ampliação e criação de novos programas sociais e estabilidade econômica.

Por fim, em 2010 o PSDB traz apenas uma personalidade que aparece apenas uma vez para dar apoio ao candidato, que foi o caso de Aécio Neves. O PT, por outro lado, teve um aumento no número de inserções proferidas por personalidades, mas há um fato novo: essa pessoa se comporta como patrono eleitoral e não apenas um apoiador político. A maior parte dessas falas (92,85%) foi do ex-presidente Lula. Sendo assim, o que aumentou não foi o número de personalidades nos programas do HGPE do PT, mas sim a presença constante de uma única pessoa – a qual se comporta como patrono eleitoral de Dilma.

MAS, SOBRE O QUE FALAM OS PATRONOS?

Nos programas do PSDB em 2002, como foi possível verificar no subtópico anterior, houve várias aparições de políticos e personalidades, mas apenas uma figura pôde ser classificada como patrono: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente se comporta como patrono eleitoral porque é uma figura do mesmo partido que Serra, possuindo ligação com sua história política e tendo maior capital simbólico (BOURDIEU, 1997) do que o candidato por já ter ocupado a cadeira mais importante da democracia brasileira. O ex-presidente apareceu apenas em dois momentos durante o primeiro turno da campanha na TV daquele ano, limitando-se a dizer que Serra era o mais preparado, mais competente e o melhor candidato para assumir o cargo de

⁷ Outra possível explicação é que a imagem de Lula era suficiente para conseguir chamar a atenção do eleitor. Naquele momento não existia ninguém mais forte do que ele próprio dentro de seu partido ou entre seus aliados políticos que pudessem colaborar mais com sua campanha. Panke (2010) coloca que a campanha televisiva de Lula em 2006 foi altamente pragmática e emocional, discutindo a geração de empregos, com “agricultura (cooperativas e agricultura familiar), lei para micro empresas, indústrias (principalmente a naval), educação, tecnologia (digital e combustível) e obras de infraestrutura. Em termos emocionais, houve vinculação com qualidade de vida, ascensão social, melhoria de vida e dignidade pessoal” (PANKE, 2010, p. 135). Tudo isso mostrado num cenário de gabinete, mostrando a bandeira do Brasil em alguns casos, exaltando a brasilidade do presidente (PANKE, 2010).

presidente da República. A primeira fala de FHC foi ao ar durante o primeiro programa do HGPE no dia 20 de agosto.

José Serra integrou o governo do ex-presidente e ganhou destaque pelo seu desempenho como ministro da Saúde. O ex-presidente destaca a competência do candidato e a construção da imagem se faz a partir do *ethos* de competência, por meio do qual exige saber e habilidade para desempenhar alguma função (CHARAUDEAU, 2008). Além disso, cria a imagem de político sério (*ethos* de sério), em que as promessas e propostas apresentadas não devem ser de difícil realização e devem, ao mesmo tempo, serem voltadas ao bem público (CHARAUDEAU, 2008). Fernando Henrique reforça essa imagem quando diz que Serra fez muito pela Saúde e que foi reconhecido pelo Fórum Mundial em 2001, quando o candidato foi escolhido o melhor ministro da Saúde do mundo. Fernando Henrique Cardoso afirma confiar em Serra, dando a entender que os eleitores que votaram nele nas outras eleições devem votar agora no Serra, sendo este o representante do ex-presidente.

A segunda e última aparição de FHC nos programas eleitorais televisivos de 2002 se deu no último programa antes do primeiro turno, no dia 3 de outubro. Mais uma vez o ex-presidente vai até o público para dizer que Serra é o mais preparado e o mais competente, mas neste caso não informa o motivo de acreditar nisso, nem elenca argumentos para tal.

Como o PT não apresentou nenhuma personalidade que configurasse patrono, não houve material para análise do partido nesse ano. Embora tenham aparecidas três personalidades sociais nos programas de Lula, nenhuma delas se comporta como patrono social por não apresentar o candidato aos eleitores e não possuir maior representatividade do que o próprio candidato em boa parte do eleitorado.

Em 2010, o outro ano em que houve a aparição do patrono - neste caso, do tipo eleitoral, a coleta de dados mostrou o que já era esperado: nenhum tipo de patrono nos programas eleitorais de José Serra e a grande presença do ex-presidente Lula nos programas de Dilma Rousseff. Os dados indicam a forte presença do patrono eleitoral Lula no início do horário eleitoral e um número alto de inserções no último dia da campanha. Dos 28 trechos coletados, 26 foram ditos pelo ex-presidente, o que representa 92,85% do total. Nestes casos, Lula buscou mostrar os atributos da candidata do PT e oferecer ao eleitor a sua visão de Dilma Rousseff, já que até o início do ano eleitoral ela não era conhecida do grande público, nem tinha a intenção de voto da maioria.

Nos cinco primeiros programas (dos dias 17, 19, 21, 24 e 26 de agosto) Lula apareceu para mostrar que muita coisa já havia sido feita durante o seu governo e para garantir que melhorias viriam com Dilma à frente da Presidência. Isso pode ser verificado na fala do ex-presidente no dia 17 de agosto, enquanto dialoga com a candidata e fica claro que Lula quer mostrar ao povo que acredita fielmente na vitória de Dilma e que não há possibilidade de derrota. Lula incorpora a imagem de líder carismático (WEBER, 2002; PARSONS, 2010) para incentivar o voto na candidata do PT ao pleito de 2010. Para sustentar sua escolha, o ex-presidente mostra que Dilma é competente e que sem ela seu governo não teria conseguido alcançar as principais metas.

Em todos os trechos analisados, Lula quis deixar claro que Dilma foi uma peça fundamental dentro de seu governo, que sempre foi competente e até mesmo “especial”, haja vista que

em alguns momentos mostra superação da candidata em todas as funções que lhe foram dadas. Ao falar que “ela foi uma das grandes responsáveis pelas conquistas desse governo”, Lula tenta, mais uma vez, passar à população que Dilma sempre esteve ao seu lado e que mesmo não tendo ocupado nenhum cargo eletivo, ela sempre teve papel fundamental em seu mandato. Já o trecho “por isso estou com ela e peço: votem na Dilma. Ela é a pessoa mais preparada para ser presidente do Brasil” representa a função plena do patrono eleitoral: mostrar apoio explícito, pedir voto para o candidato em seu nome e mostrar que acredita que aquele candidato é o mais indicado para ocupar o cargo, tendo diversos atributos positivos a seu favor.

Além do *ethos* de sério, o de credibilidade também se faz presente nas falas de Lula, mostrando que Dilma coordenou os principais programas sociais do governo do PT durante os oito anos de mandato, programas que ajudaram milhares de brasileiros a saírem da miséria e de condições precárias de subsistência. Ao focar nos programas sociais, Lula quer mostrar ao eleitor que todos os que recebem benefícios do governo devem em partes à Dilma, porque ela fez acontecer.

No dia 2 de setembro, Lula quer mostrar ao povo a importância de votar na Dilma, pois é ela quem vai dar continuidade aos programas desenvolvidos em seu mandato que beneficiaram milhares de brasileiros. Ao analisar o fragmento, fica mais uma vez evidente o *ethos* de competência, atributo pelo qual o ex-presidente Lula quer formar a imagem de Dilma para os eleitores. Para que isso acontecesse, ele incorpora o *ethos* de chefe, que se direciona à população como a figura de guia-profeta (CHARAUDEAU, 2008), ou seja, aquela pessoa que é capaz de guiar a população, construindo uma imagem de pai e inspirador de espírito, desde que o povo o siga.

No programa do dia 4 de setembro uma breve frase de Lula chamou a atenção: “E quero dizer pra vocês que votando nela é a mesma coisa que estar votando em mim. É a mesma coisa”. A fala aconteceu durante um comício em que Lula participou ao lado de Dilma. Foi a primeira vez no HGPE que o ex-presidente afirmou de forma clara e explícita que o voto do eleitor dele tinha que ser em Dilma, pois ela representa a continuidade garantida de seu governo. Neste momento ele quer mostrar aos eleitores que Dilma é mais do que uma candidata escolhida para representar o PT nas eleições presidenciais de 2010, ela é sinônimo de governo Lula, um governo que deu certo, beneficiando milhares de brasileiros com diversos programas sociais e que tudo estaria garantido com Dilma presidente.

No penúltimo programa veiculado no primeiro turno, do dia 28 de setembro, Lula relembra quando chegou ao governo, faz um balanço sobre as metas alcançadas e reforça, mais uma vez, que Dilma vai continuar com as ações iniciadas em seus mandatos. Os *ethos* de sério e competência se fazem presentes quando o ex-presidente relembra todas as mudanças alcançadas em seu governo, o que lhe conferiu uma imagem de seriedade, “daquele que, reivindicando para si certo pragmatismo, preocupa-se com o bem público de maneira realista” (CHARAUDEAU, 2008, p. 122). Assim, Lula assumiu a chefia do Brasil em 2002, desenvolveu diversas ações sociais para melhorar a vida do brasileiro e, ao mesmo tempo, cuidou de outros setores de nosso país. Suas principais propostas e promessas foram realizadas, o que colabora também com a imagem de político competente. O discurso chama para a imagem de força tranquila, constituinte do *ethos* de caráter, em que “se evoca o tempo e a virtude da perenidade, a tenacidade combativa daquele que jamais

abandona seus compromissos, [...], a confiança em si daquele que calcula e faz apostas no futuro” (CHARAUDEAU, 2008, p. 143). Lula mostra orgulho de suas realizações enquanto presidente do Brasil e faz uma aposta no futuro, a aposta de que Dilma Rousseff fará um governo tão bom quanto o dele e que dará continuidade à forma de governo e aos programas que ele iniciou.

Por fim, no programa do dia 30 de setembro, o último transmitido antes do primeiro turno das eleições, Lula aparece em vários momentos, e em um deles identifica-se o terceiro pedido explícito de voto na candidata. Lula convida os brasileiros a pensarem se eles acham o seu governo bom e, em caso de resposta positiva, pede para que eles votem em Dilma, pois ela representa a certeza de boas mudanças para o país. Em todos os trechos fica muito clara a associação de Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula. Em alguns momentos o ex-presidente se destacou mais do que a própria candidata, como é o caso do programa do dia 7 de setembro, em que ele saiu em defesa de Dilma contra os ataques proferidos por seus adversários. Nos cinco primeiros programas, verifica-se que Lula apareceu com frequência, mas ao longo da campanha sua imagem deixa de ser tão explorada⁸ e dá espaço à própria candidata. Apenas no último programa é que Lula volta a ganhar mais tempo, utilizando-o para aparecer num diálogo de cenas intercaladas com Dilma e depois, para finalizar, pedindo para que os brasileiros votem nela.

Até aqui mostramos quem são os patronos presentes no horário eleitoral brasileiro, das campanhas de 2002 e 2010 nos programas do PT e PSDB, mesmo que de maneiras muito distintas. A seguir veremos os apoios políticos que aparecem em 2006 principalmente nos programas do PSDB, a fim de apresentar as diferenças entre o mero apoio de candidatura e o patrono.

OS APOIOS POLÍTICOS NOS PROGRAMAS DO PSDB

Há uma diferença importante entre apoio de lideranças políticas e patronos: a função que eles desempenham. Enquanto que o patrono possui ligação com o candidato - e não com o partido - aparece em vários momentos da campanha para mostrar aos eleitores que o candidato X é o seu candidato pessoal, em quem ele confia por diversos motivos, o apoio de lideranças se dá da forma mais genérica possível. O apoio político de lideranças do próprio partido ou de partidos aliados geralmente ocorre independente do candidato em questão, mas sim em função da organização partidária a qual o candidato representa. Isso é o que acontece nos programas do PSDB em 2006, em que Geraldo Alckmin era o candidato concorrente de Lula.

De acordo com os dados apresentados no início deste capítulo, várias personalidades políticas apareceram para manifestar apoio ao candidato do PSDB, demonstrando que ele tinha aliados políticos em todo o país. Porém, essas pessoas apareceram por serem lideranças regionais do próprio partido, como é o caso de Beto Richa - que já ocupou o cargo de prefeito de Curitiba, capital do Paraná, e que ocupa atualmente a cadeira de governador do Estado. Ele é a liderança peessedebista

⁸ As poucas inserções de Lula nos programas seguintes e até mesmo a ausência do ex-presidente no HGPE pode estar ligado às críticas recebidas no início da campanha de que Dilma Rousseff seria uma marionete de Lula, obedecendo às ordens dadas pelo presidente. Chegou a se questionar a competência e capacidade de governabilidade da candidata.

no Paraná, era prefeito de Curitiba na época e apareceu nos programas de Alckmin para dar um depoimento como companheiro de partido⁹. O mesmo ocorre com Aécio Neves, que aparece nos programas de 2002, 2006 e 2010, mas que não pode ser considerado um patrono. Além disso, as falas são muito genéricas. O patrono pressupõe um compromisso com o candidato, ele precisa estar presente em vários momentos, tratando de diferentes assuntos¹⁰. O que se observa aqui é uma tentativa de mostrar aos eleitores que Alckmin, apesar de não ser conhecido da grande população, tem alianças com vários políticos ao longo de todo o país, inclusive no Nordeste, reduto de voto do PT. Neste caso não há um pertencimento com relação ao candidato, por isso acreditamos que essas pessoas não podem ser consideradas patronos eleitorais de Alckmin em 2006, diferentemente do que ocorre com Lula e Dilma em 2010, conforme mostrado anteriormente.

CONCLUSÃO

Com a análise dos programas presidenciais do PT e PSDB de três anos eleitorais - 2002, 2006 e 2010 - é possível traçar um panorama sobre a presença de personalidades políticas e/ou sociais nas propagandas eleitorais gratuitas desses dois partidos. A pesquisa teve por finalidade responder a seguinte pergunta: algumas dessas personalidades presentes no horário eleitoral podem ser consideradas patronos dos candidatos? A partir desta pesquisa pode-se afirmar que sim. Vê-se, então, como se deu a distribuição dos patronos por tipo, por partido e por eleição no período analisado.

De maneira geral, os dados mostraram que em 2002 o PSDB utilizou a imagem de Gugu para tentar popularizar o candidato à Presidência, José Serra, principalmente no que diz respeito à apresentação de sua proposta de criação de empregos - o Projeto Segunda-Feira. No entanto, o apresentador não pode ser considerado patrono social de Serra porque não apresenta o candidato ao público, serve apenas como seu porta-voz. Identificou-se também a presença de Fernando Henrique Cardoso, mas como se havia previsto, ele aparece muito pouco nos programas eleitorais, em apenas dois momentos. Dada a conjuntura de 2002, esperava-se a dissociação entre candidato e ex-presidente, visto que a aprovação do governo de Fernando Henrique foi baixa e os últimos anos de seu governo foram conturbados, principalmente do ponto de vista econômico. Dessa maneira, sua imagem estava desgastada, assim como a do partido. Essa pode ser uma das possíveis explicações para a ausência do ex-presidente ao longo da campanha de Serra no primeiro turno de 2002.

O PT, por outro lado, não recorreu a personalidades para manifestar apoio ao candidato Lula durante todo o primeiro turno, com exceção do penúltimo programa eleitoral, que foi ao ar no dia 1º de outubro, em que apareceram três apoiadores- o escritor Antônio Cândido, o economista

⁹ Nas eleições presidenciais de 2014, Beto Richa também apareceu nos programas de Aécio Neves, então candidato à Presidência, para manifestar apoio. Mais um exemplo de que Richa e os demais políticos que aparecem neste caso não podem ser considerados patronos, pois estão ali pelo partido e não pelo candidato em si.

¹⁰ Muitos destes políticos aparecem pelo menos duas vezes nos programas do primeiro turno, mas a fala é a mesma. Isso demonstra mais uma vez que eles são apenas apoiadores, não patronos, pois só aparecem para mostrar aos eleitores que o candidato tem o apoio de vários governadores brasileiros.

Celso Furtado e o cartunista Ziraldo. No entanto, nenhum deles se comporta como patrono do candidato por não possuírem as características necessárias para tal, como ter prestígio social, serem conhecidos pela maioria da população (mas sim em nichos específicos) e terem, pelo menos, tanto capital simbólico quanto o próprio candidato. No âmbito político, o PT também não possuía uma personalidade mais importante do que Lula naquele momento, uma pessoa que pudesse ser considerada patrono eleitoral, por isso a ausência desta figura nos programas eleitorais em 2002.

Em 2006 não houve presença de patrono de nenhuma natureza, tanto nos programas do PSDB quanto nos do PT. Todavia, nos programas do PSDB foram identificadas várias inserções de personalidades políticas¹¹, mas nenhuma pôde ser classificada como patrono eleitoral, dada a ausência de ligação com a carreira política do candidato e por não obter maior capital simbólico do que tal. Por fim, em 2010 chegou-se a resultados bastante diferentes. Desde antes de a campanha eleitoral começar já se previa a grande presença e influência que Lula teria na candidatura de Dilma Rousseff. Em junho de 2009, segundo dados do Datafolha, Dilma tinha apenas 16% da preferência do público, enquanto que a preferência por Serra variava entre 35% e 42%. Entretanto, a intenção de votos em Dilma foi crescendo com a proximidade do início do HGPE e a candidata abriu vantagem apenas duas semanas após o início dos programas televisivos. Acredita-se que o responsável pela reviravolta nas eleições tenha sido a presença de Lula na disputa. O papel que o ex-presidente cumpriu na campanha de 2010 foi definido pelos autores, com base principalmente nos estudos de Weber (2002) e Parsons (2010), como patrono eleitoral.

A conclusão a que se chega, após a análise do discurso de Lula, é de que ele apareceu no HGPE para mostrar ao brasileiro que Dilma foi parte fundamental de seu governo e a responsável pelos principais e mais importantes programas desenvolvidos durante seu mandato. O *ethos* mais identificado nas falas do ex-presidente foi o *ethos* de competência, que é a partir do qual se forma a imagem de quem tem capacidade, habilidade e saber político para exercer tal atividade (CHARAUDEAU, 2008). É possível afirmar que, no período analisado, Lula é o caso exemplar de patrono eleitoral no HGPE. Embora FHC tenha aparecido nos programas de Serra em 2002, é com Lula que essa categoria é inaugurada, de fato, no HGPE. O ex-presidente manteve-se constantemente presente nos programas eleitorais de Dilma, foi a público apresentá-la ao Brasil e mostrar seus atributos pessoais aos eleitores. Lula passa de candidato a um avaliador de novos políticos - pessoas em quem ele acredita ter capacidade para assumir tal cargo, tentando persuadir pelo seu carisma e pelo respeito que o povo tem para com ele.

As conclusões desta pesquisa são válidas apenas para a campanha eleitoral televisiva. Portanto, não se pode afirmar se houve presença de patrono em outras instâncias da campanha, como nos comícios, por exemplo. Para isso seria necessário um novo estudo para investigar a campanha nos outros espaços além da televisão. Assim, espera-se que os resultados mostrados aqui sirvam como base para novos estudos que tenham como objetivo pesquisar o patrono em eleições futuras, pois se acredita que esta nova abordagem inaugurada por Lula em 2010 tem grandes chances

¹¹ Vale lembrar que a partir das eleições de 2006 a presença de artistas na campanha eleitoral foi proibida pelo TSE.

de ser incorporada por outros partidos. Para isto basta que eles consigam criar líderes políticos tão fortes quanto o ex-presidente petista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. Eleições Presidenciais, Clivagem de Classe e Declínio da Grande Imprensa. **Revista USP**, v. 90, p. 84-101, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. 3. ed. p. 17-36.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.

CERVI, E. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON, J. (Org.). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA Editora, 2009. p. 125-143.

_____.; MASSUCHIN, M. G. HGPE e a formação da opinião pública no Brasil: análise das estratégias dos principais candidatos à presidência da república em 2010. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública – WAPOR, 4., 2011, Belo Horizonte. **Anais eletrônico do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública - WAPOR**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Emerson_Urizzi_Cervi_2.pdf>. Acesso em: 20/12/2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008. 328 p.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

GANDIN, L. **Entre imagem e mito - A transferência de *ethos* de Lula para Dilma na campanha presidencial de 2010**. 2012, 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27424/R%20-%20D%20-%20GANDIN,%20LUCAS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22/06/2012.

GOMES, N. **Formas persuasivas de comunicação política**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 135 p.

LAVAREDA, A. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 311 p.

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research. **Political Analysis**, n. 14, 2006.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, n. 29, ano 10. 1995.

PARSONS, T. **A estrutura da Ação Social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RUBIM, A. Professor Antonio Albino Canelas Rubim, da UFBA fala sobre mídia e política. **Revista MIDIA Com DEMOCRACIA**, Porto Alegre, n. 6, p. 4-7. 2007.

VEIGA, L. Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política. **Revista Contracampo**, n. 07, 2002.

WEBER, M. **Ciências e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

ALFREDO CESAR ANTUNES

Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Mestrado em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Doutorado em Educação Física/Ciência do Desporto pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do curso de Educação Física e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

BRUNA MAYARA BONATTO

Graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste; Mestrado interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

BRUNO JOSÉ GABRIEL

Graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CAMILLA QUESADA TAVARES

Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Professora do curso de Jornalismo da UEPG.

DANUTA ESTRUFKA CANTOIA LUIZ

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Serviço Social pela

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

DANIEL SCHELIGA

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor de Direito do Trabalho, Responsabilidade Civil, Contratos, Ciência Política e Direito Aplicado a Administração na Uniguaçu.

DIEGO PETYK DE SOUSA

Graduação em Educação Física pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EDINA SCHIMANSKI

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná; Doutorado pela University of London - Institute of Education. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EMERSON URIZZI CERVI

Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná; Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Ciência Política e Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

GUILHERME SOARES SCHULZ DE CARVALHO

Graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

JOSÉ AUGUSTO LEANDRO

Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná; Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná; Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa

Catarina; Pós-doutorado pela Universidade do Texas. Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa

JUCELENE MENDES VALÉRIO PEDROSO

Graduação em Serviço Social pela Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

JUSSARA AYRES BOURGUIGNON

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Prática Profissional e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

KELEN APARECIDA DA SILVA BERNARDO

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda pela UPFR em sociologia

LUCIA CORTES DA COSTA

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Graduação em Direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa; Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

LENIR APARECIDA MAINARDES DA SILVA

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MÁRCIA HELENA BALDANI

Graduação em Odontologia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em saúde pública pela Escola Nacional De Saúde Pública; Doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública. Professora do curso de Odontologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MARIA JULIETA WEBER CORDOVA

Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JR.

Graduação em educação física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do curso de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PEDRO FAUTH MANHÃES MIRANDA

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina; Graduando em Ciência Política pela Uninter; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage) no curso de Graduação de Direito.

RESHAD TAWFEIQ

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor do curso de Direito na Sociedade Educativa e Cultural Amélia (Secal).

SILVANA SOUZA NETTO MANDALOZZO

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Professora do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SOLANGE A. B. DE MORAES BARROS

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

VITOR HUGO BUENO FOGAÇA

Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor Colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná e da Faculdade de Telêmaco Borba .

SOBRE O LIVRO

<i>Tipologia</i>	Garamond, Myriad Pro
<i>Ano</i>	2016